UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERUNIDADES EM
MUSEOLOGIA

Carolina Vasconcellos Vilas Boas

O papel dos museus na transformação da cidade de Medellín:

Identidade, patrimônio e memória.

São Paulo
2018

Carolina Vasconcellos Vilas Boas

O papel dos museus na transformação da cidade de Medellín:

Identidade, patrimônio e memória.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Museologia

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Garcez Marins

Linha de Pesquisa: História dos Processos Museológicos, Coleções e Acervos.

Versão corrigida*

A versão original encontra-se disponível no MAE/USP

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação integral ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação do

Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

V697

Vilas Boas, Carolina Vasconcellos.

O papel dos museus na transformação da cidade de Medellín: identidade, patrimônio e memória / Carolina Vasconcellos Vilas Boas; orientador Paulo Cesar Garcez Marins – São Paulo, 2018.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, 2018.

1. Museologia. 2. Museus. 3. Memória cultural. 4. Urbanismo. 5. Justiça. 6. Reparação. 7. América Latina. I. Garcez Marins, Paulo Cesar. II. Universidade de São Paulo. Museu de Arqueologia e Etnologia. Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia. III. Título.

Para minha família, a que veio antes de mim –
minha avó, minha tia, minha mãe e meu pai.
A que eu construí – meu marido, nossos filhos,
nossos gatos e todo o pacote.
Obrigada! Sem vocês, eu não seria.

AGRADECIMENTOS

Fazer mestrado com quase 40 anos de idade, aumenta não apenas a sua reponsabilidade na escrita como também a lista de agradecimentos, pois já se caminhou um pedaço suficiente para entender melhor a importância do outro.

Em primeiro lugar, devo agradecer à Universidade de São Paulo, em especial à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, universidade e faculdade pública e gratuita, local onde há 20 anos comecei minha trajetória acadêmica, espaço de grandes descobertas, onde pude ampliar meu amor pelo conhecimento, minha capacidade crítica e meu desejo de transformação social.

À Profa. Zilda Iokoi, que sempre me inspirou, me incentivou e me fez acreditar que muitas coisas eram possíveis, para além dos muros da Universidade.

À Profa Leila Hernandez, Profa. Maria Ligia Prado, Prof. Nicolau Sevcenko, Prof. István Iancsó e, necessariamente, ao Prof. Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, cujas reflexões sobre patrimônio, identidade e museologia são referenciais, não apenas para esse trabalho, como para a área.

Ao Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), lugar que me acolheu ainda adolescente, onde aprendi o gosto pelos museus, pela educação museal e pela museologia. São muitas as pessoas, mas não posso deixar de nominar Profa. Maria Cristina Bruno, Profa. Marília Xavier Cury, Prof. Camilo Mello Vasconcellos, Prof. Eduardo Góes Neves, Carla Gibertoni Carneiro, Judith, Cida, Maria e tantos outros. Obrigada por tudo. Minha vida mudou depois do MAE.

À Denise Grispum, que sempre me incentivou a voltar a estudar, generosamente leu meu projeto de pesquisa e, certamente, foi decisiva na minha escolha profissional, pelo seu talento e profissionalismo.

Às minhas colegas da Especialização em Museologia, que se tornaram amigas e companheiras de vida, Beatriz Cavalcanti Arruda, Joana Tuttoilmondo e Maria Cecília Winter e, em nome delas, toda a minha turma, professores e tutores. Família Cemmae!

À EXPOMUS, empresa na qual atuo há 10 anos, que me inspira e desafia, todos os dias, a fazer melhor e diferente! Certamente, a possibilidade dessa dissertação é fruto dessa trajetória, das experiências vividas e dos muitos projetos desenvolvidos ao longo desses anos.

À Maria Ignez Mantovani Franco, que ilumina a museologia com seu olhar apaixonado e certo, por quem eu tenho tanto afeto quanto respeito. Sem ela, esse trabalho não teria sido possível. Estendo meus agradecimentos à Roberta, Renato, Joelma, Alessandra, Patrícia, Carla, Ana Maria, Adriana, Bia e Dona Neuza, que me acompanham nesse cotidiano surpreendente do fazer cultura no Brasil.

Não poderia deixar de agradecer com destaque às companheiras do Núcleo de Museologia, sem elas nada seria possível, partilhar e ter partilhado o cotidiano com essas meninas é uma tremenda sorte – Lilian Almeida Silva, Heloísa Bedicks, Lourdes Silva e Fiorela Bugatti Isolan. Amo vocês.

Às minhas amigas da vida, que de mais perto ou de longe, torcem, choram e compartilham a vida e o feminino comigo, Gabu Ficher, Roberta Kovac, Livia Lara, Tatiane Mattos, Fabiana Rocha e Ana Hutz. Cada uma fez parte de um tempo da minha vida, todas ficaram. Oxalá, estejamos sempre juntas.

A todos os companheiros de trabalho com quem interajo e sempre tiveram uma palavra amiga, generosa e tornam o dia-a-dia mais fácil, de Brasília, de Minas, do Rio, de Floripa e por todos os lados, em que tenho andado.

Às curadoras e amigas do Museu Judaico de São Paulo, em especial, à Roberta Sundfeld e à Juliana Portenoy, pela torcida e pelo apoio.

À comuna 13 San Javier, Medellín e Colômbia, por ter sido tão bem recebida por todos, sempre, em todos os lugares.

Ao Jorge Melguizo, que além de grande responsável por essa expedição caribenha, por sua inspiração e talento, me ajudou na organização da viagem, agendou entrevistas, me recebeu em sua casa e mostrou toda a hospitalidade colombiana.

À Mariluz, com quem dividi apartamento durante o trabalho de campo em Medellín, e me fez entender a cidade por ângulos jovens, bonitos e curiosos.

A todos os profissionais do Museo Casa de la Memoria, que me receberam e se desdobraram em me ajudar. Em especial, Livia Ester Restrepo, Cindy Losada, Victor Muñoz, Isabel Dapena, Edison Gomez e a todos os educadores do museu. Muito obrigada! Muchas gracias!

À Marta Ines Villa, Mercedes Ossa (Mechas), Maíra Duque, que me receberam e concederam um tempo para me contar sobre o projeto do MCM e da sua importância para Medellín. Obrigada!

À Lucía Gonzáles, que me recebeu em sua casa em Bogotá, por sua verdade e força inspiradora, uma daquelas mulheres que não se esquece!

Aos professores e, em especial, aos colegas do PPGMUS, com quem compartilhei das agruras do pouco tempo de mestrado, com humor, apesar da angústia, trocamos informação e nos salvamos, com coleguismo nas madrugadas pelo WhattsApp.

À minha banca de qualificação e defesa composta pelos professores Camilo Mello de Vasconcellos, Renato Cymbalista e Aline Carvalho, que certamente colaboraram para a formulação desse trabalho.

À minha querida família pelo amor incondicional, em especial, minha mãe e minha tia, que mesmo dentro de momentos de incompreensão, estão ao meu lado e são minha melhor torcida. Sempre quis ser melhor, por vocês.

Aos meus filhos, sempre, por me terem trazido por esses caminhos. Lalá e Neno, todo o meu amor.

Ao Henrique, companheiro que divide a vida comigo ao longo desses 20 anos. Com certeza, essa relação me fez uma pessoa melhor.

Por fim, ao meu querido orientador Paulo César Garcez Marins, que topou essa aventura, aguentou meus choros, meus atrasos, minha mudança de cidade, minha instabilidade emocional e financeira. Obrigada, Paulo! Obrigada, mesmo.

RESUMO

O objetivo da pesquisa é refletir sobre o papel da memória e do patrimônio no projeto de planejamento urbano da cidade de Medellín, na Colômbia, ocorrido na primeira década do século XXI, entre os anos de 2004 a 2011, com ênfase na concepção e na institucionalização do Museo Casa de la Memoria. Para isso, buscou compreender como o museu estabeleceu seus programas – o institucional e a política curatorial (narrativa expositiva e recorte patrimonial), bem como no diálogo com o público, trata as questões relacionadas ao conflito e à memória como reparação simbólica, e ainda entender em que essa instituição auxilia no desenvolvimento ou fortalecimento das políticas de paz, atenção às vítimas e à diversidade. A opção metodológica foi analisar como a cultura e, em especial, a memória e o patrimônio aparecem nos documentos oficiais do governo municipal, na legislação federal e, por fim, no estudo de caso do Museo Casa de la Memoria. Dessa forma, fez um exercício de reflexão acerca dos usos da memória, nesse processo político e sociocultural específico e tece hipóteses sobre os limites e as potencialidades da institucionalização da memória como expressão das minorias, como vetor de reparação simbólica e a sua incorporação como discurso de Estado e de reconciliação nacional.

Palavras-Chave: Museologia. Museus. Memória. Cultura. Urbanismo. Justiça. Reparação. América Latina.

ABSTRACT

The aim of the research is to reflect about the role of memory and heritage in the urban planning of the city of Medellín, Colombia, that occurred in the first decade of XXI century, between 2004 and 2011, with an in-depth analysis of the conception and building of the Museo Casa de la Memoria (MCM). For this purpose, it seeks to understand how MCM established its programs – institutional and curatorial policy (exhibition narrative and heritage emphasis). To interpret how, in the dialogue with the public, the Museum raised questions about the conflict and memory as symbolic reparation, and to grasp how it helps in the development and empowerment of peace, victims' aid and diversity policies. The methodological option was to analyze how culture and, specially, memory and heritage appear in the municipal government official documents, in the federal legislation and, finally, in the case study of MCM. Therefore, it seeks a reflection about the uses of memory in this specific political and sociocultural process and it bring hypothesis about the limits and potentials of institutionalizing memory as the expression of minorities and as a vector of symbolic reparation, as well as its incorporation as a state discourse of national reconciliation.

Key words: Museology. Museums. Memory. Culture. Urbanism. Justice. Repair. Latin America.

RESUMEN

El objetivo de la investigación es reflexionar sobre el papel de la memoria y del patrimonio en el proyecto de planificación urbana de la ciudad de Medellín, Colombia, ocurrido en la primera década del siglo XXI, entre los años 2004 a 2011, con énfasis en la concepción y la institucionalización del Museo Casa de la Memoria. Para ello, buscó comprender cómo el mismo estableció sus programas -el institucional y la política curatorial (narrativa expositiva y recorte patrimonial). Como en el diálogo con el público, el Museo levantó las cuestiones relacionadas con el conflicto y la memoria como reparación simbólica, y aún entender en qué auxilia en el desarrollo o fortalecimiento de las políticas de paz, atención a las víctimas ya a la diversidad. La opción metodológica fue analizar cómo la cultura y, en especial, la memoria y el patrimonio aparecen en los documentos oficiales del gobierno municipal, en la legislación federal y, finalmente, en el estudio de caso del Museo Casa de la Memoria. De esa forma, busca una reflexión acerca de los usos de la memoria, en ese proceso político y sociocultural específico y teje hipótesis sobre los límites y las potencialidades de la institucionalización de la memoria como expresión de las minorías, como vector de reparación simbólica y su incorporación como discurso de Estado y de reconciliación nacional.

Palabras clave: Museología. Museos. La memoria. Cultura. Urbanismo. Justicia. Reparación. América Latina.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização de Medellín do Departamento de Antioquia e Medellín subdividido em zonas, corregimientos e comunas.	48
Figura 2. Mapa de estratos sociais predominantes, 2010.	49
Figura 3. Distribuição geográfica dos Proyectos Urbanos Integrales	57
Figura 4. Parques Bibliotecas construídos 2004-2007	62
Figura 5. Equipamentos Culturais 2008-2011.	63
Figura 6. Projetos Urbanos Integrados – A transformação de Medellín, uma ação social.	65
Figura 7. Plantas do projeto do MCM, 2010.	73
Figura 8. Plantas do projeto do MCM, 2010.	73
Figura 9. Memorial localizado na área externa do MCM, com nomes de vítimas homenageadas.	76
Figura 10. Instalações sonoras. Caminho de acesso ao MCM pelo pavimento inferior (auditório e salas temporárias)	77
Figura 11. Fachada do MCM.	92
Figura 12. Mapa da sala central. MCM.	99
Figura 13. Instalação <i>Ausencias</i> .	100
Figura 14. Instalação <i>Paisajes Nostalgicos</i> durante visita mediada	101
Figura 15. Texto de abertura da exposição <i>Medellín. Violencias y resistencias</i> .	102
Figura 16. Sala central. MCM	103
Figura 17. <i>Medellín: horizontes y fronteras</i> .	104
Figura 18. <i>Territorios sensibles</i>	105

Figura 19. <i>Lugares da memória</i>	107
Figura 20. MCM Medellín	108
Figura 21. <i>Projeção atual.</i>	109
Figura 22. <i>Cronología – tramas de la historia y la violencia.</i>	110
Figura 23. <i>Las múltiples caras de la violencia.</i>	112
Figura 24. <i>Palavras claves.</i>	113
Figura 25. <i>Susuros. Historias para gritar</i>	114
Figura 26. Mesas. <i>Claves para pensar la guerra</i>	115
Figura 27. Mesas. <i>Claves para pensar la guerra</i> (detalhe da vitrine).	115
Figura 28. Mesas. <i>Claves para pensar la guerra</i> (detalhe).	115
Figura 29. <i>Historias presentes, palabras de encuentro</i>	117
Figura 30. <i>Historias presentes, palabras de encuentro</i> (detalhe).	117
Figura 31. <i>Memoria Sonora. Palabra, sonido y poder</i>	118
Figura 32. <i>La Mirada del arte</i>	119
Figura 33. <i>Recinto de la memoria</i>	120
Figura 34. <i>Resistencia.</i>	121

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Gráfico 1. Crescimento populacional de Medellín - 1930-2010.	51
Tabela 1. Número de visitantes anuais.	87
Gráfico 2. Ingresso anual de visitantes em museus.	88
Tabela 2. Número de visitantes anuais nos museus da Colômbia.	88
Gráfico 3. Ingresso anual de visitantes em parques bibliotecas.	89

SUMÁRIO

<i>INTRODUÇÃO.....</i>	<i>16</i>
Estrutura da dissertação	24
<i>Capítulo 1. Identidade, reparação e justiça: desafios para a memória colombiana</i>	<i>26</i>
1.1. Identidades contemporâneas e novas politizações da memória	26
1.2. A memória como instrumento contemporâneo de reparação.....	32
1.3. Os novos lugares de memória traumática.....	34
1.4. A Colômbia enfrenta a(s) memória(s)	39
<i>Capítulo 2. Projetos Urbanos Integrados, cultura e memória em Medellín</i>	<i>47</i>
2.1. Medellín em contexto	47
2.2. Projeto Urbano Integrado (Proyectos Urbanos Integrales de Medellín – PUI).....	55
2.3. A transformação pela cultura	60
<i>Capítulo 3. Museo Casa de la Memoria de Medellín: sobre a memória da violência ...</i>	<i>68</i>
3.1. Antecedentes e a construção de um projeto de memória.....	68
3.2. Perfil institucional e gestão	79
3.3. A exposição de longa duração	92
3.4. Sala central – exposição <i>Medellín: memorias de violencia y resistencia</i> ..	98
<i>Considerações finais.....</i>	<i>123</i>
<i>Referências Bibliográficas</i>	<i>130</i>
<i>Apêndice.....</i>	<i>134</i>
<i>Anexos</i>	<i>135</i>

INTRODUÇÃO

O tema central dessa dissertação é entender as potencialidades da cultura, da memória e do patrimônio no contexto de transformação social e urbana da cidade colombiana de Medellín, com especial ênfase na trajetória institucional do Museo Casa de la Memoria.

Capital do Departamento de Antioquia, Medellín está localizada no Vale de Aburrá, próxima à Cordilheira dos Andes Central. É o segundo município mais populoso da Colômbia, com 2,5 milhões de habitantes, sendo um dos principais centros econômicos, industriais e financeiros do país. Ficou mundialmente conhecida e estigmatizada, ao longo dos anos de 1980 e 1990, como “cidade marginal”, por conta do tráfico de drogas e das disputas entre facções criminosas.

Conhecer a história da violência na Colômbia, que tem Medellín como um dos epicentros, ainda que não seja o foco desta investigação, é determinante para a compreensão das opções tomadas na construção do planejamento urbano e suas consequências, inclusive no que toca às políticas da memória ali em curso. Essa violência pode ser compreendida como fenômeno circular e repetitivo, o que iguala a cidade, em muitos dos seus aspectos, a outras dos demais países da América Latina, compartilhando os mesmos problemas de instabilidade política, econômica, violência estatal e policial, além de desigualdade social, concentração de renda, altas taxas de desemprego e omissão do Estado.

No entanto, foram algumas de suas características específicas que conduziram a Colômbia a um contexto de graves violações aos direitos humanos, originados em: uma guerra civil de guerrilhas e de violência estatal; numa guerra encabeçada pelo Estado e por focos paramilitares localizados; na violência exercida pelo narcotráfico contra a sociedade civil e contra o Estado, sob a forma de grandes cartéis de droga, em contextos rurais e urbanos e na organização em grande escala do paramilitarismo, com a união dos latifundiários, das Forças Armadas e do narcotráfico. (YOKOYA e ALMEIDA, 2016, p.89.)

Como marco pregresso dessa história de violência, o período conhecido como *La Violencia*, entre os anos de 1946 e 1957, torna-se importante para compreendermos os dias atuais, lembrado pelo assassinato do candidato do Partido Liberal, Jorge Eliécer Gaitán, em 09 de abril de 1948, o que gerou uma enorme onda de manifestações populares e de destruição no centro histórico de Bogotá – um movimento que recebeu o nome de *Bogotazo*.

La Violencia foi uma época que misturou terror oficial, sectarismo partidário e políticas de terra arrasada, que resultaram da confluência da crise da república cafeeira, da debilidade do Estado central e da concorrência pelos direitos de propriedade, principalmente no eixo do café. [...] A violência política, que sempre foi um elemento básico nas regiões e municipalidades, foi desencadeada pela primeira vez em nível nacional contra as insurreições *gaitanistas* (HYLTON, 2010, p. 71).

Esse período foi marcado pela violência política bipartidarista e um movimento de aniquilação dos liberais do país, que legou à Colômbia mais de 200 mil mortos e um espectro de medo e injustiça, em especial, nas zonas rurais. Para muitos intelectuais, *el Bogotazo* é entendido como evento inaugural do conflito armado interno. Em 1953, a crise deflagrada pela violência exacerbada, resulta em um golpe militar, que levou ao poder Gustavo Rojas Pinilla, conhecido como “golpe de opinião”, pois decorreu sem combate e com o apoio dos partidos, regime que dura menos de 5 anos.

A ditadura de Pinilla é sucedida por uma frente civil e, na sequência por juntas militares, até uma redemocratização que se dá por meio de um acordo nacional – a Frente Nacional, entre conservadores e liberais, que passaram a se alternar no poder, o que perdurou de 1958 até o início da década de 1990 (HYLTON, 2010, p. 85).

Os anos de alternância de poder da Frente Nacional testemunharam o surgimento dos grupos guerrilheiros identificados com os ideais de esquerda: as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia — Exército do Povo (FARC), em 1964, o Exército de Libertação Nacional da Colômbia (ELN), em 1965, o Exército Popular de Libertação (EPL), em 1967, todos esses com bases rurais e, um pouco mais tarde, em 1970, o Movimento 19 de abril (M-19), como um movimento urbano vinculado à classe média.

Na região de Medellín, a década 1970 é marcada por outra questão fundamental para a história da Colômbia e da região, o narcotráfico e a produção de cocaína em escala. O que acabou por acentuar e definir os processos de violência e marginalização do município:

Semelhante ao caso da economia de exportação cafeeira, o negócio do transporte e processamento da cocaína encontrou seu eixo central em Medellín. Essa nova economia conseguiu articular a Colômbia das cordilheiras central e ocidental com a Colômbia das planícies orientais e das costas do Pacífico e do Atlântico [...] Medellín, ponto de intersecção, recuperava assim sua glória industrial desvanecida ao se converter no centro do único produto de exportação que os colombianos fabricavam e controlavam totalmente, e sobre o qual se construiu um monopólio que foi favorecido e consolidado com a migração de Antioquia e Cali para o sul da Flórida e para Jackson Heights, em Queens, que facilitou redes de distribuição próprias para os reconhecidos cartéis de Medellín e Cali (HYLTON, 2010, p. 105).

A vida no país também foi sensivelmente impactada pelo episódio do massacre do Palácio da Justiça, ocorrido com a tomada e retomada do recinto pelo M-19¹, em 06 de novembro de 1985, que contou com 28 horas de terror, cerca de 100 mortos e 11 desaparecidos, dentre os quais, ainda sete sem paradeiro – tantos anos depois, mesmo com o estabelecimento de uma Comissão da Verdade sobre o caso, a sucessão dos acontecimentos na sede do poder nacional segue misteriosa, como o envolvimento de Pablo Escobar no caso².

O poder do grupo criminoso ligado à produção e ao tráfico da droga se ampliou com a participação política. Isso ocorreu pela primeira vez, nas eleições de 1982, quando Pablo Escobar e outros traficantes pleitearam cargos políticos. Nessa época, a cocaína já superava a produção de café em 30% nas exportações colombianas (HYLTON, 2010, p. 105). Em paralelo ao poder crescente das

¹ Em 6 de novembro de 1985, enquanto o país enfrentava o ataque do narcoterrorismo, a outra guerra, a do Estado contra a guerrilha, foi instalada por dois dias na Praça Bolívar, no coração do poder da Colômbia, em Bogotá. Foram 28 horas de horror durante as quais o Palácio da Justiça, sede do Supremo Tribunal e do Conselho de Estado, foi reduzido a escombros pelos violentos combates entre o Exército e a guerrilha, e pelos três incêndios que assolaram o edifício durante a tomada e ele leva de volta. Ainda hoje não se comprova as reais intenções do Ataque não pouco se apurou a repressão. Juan Manuel Santos, atual Presidente, reconheceu em 2016, a responsabilidade do Governo. Mais informações em: <http://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-16417763>. Acesso em 03 jul.2018.

² Informações extraídas do https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151105_narcos_palacio_justica_nc_cc. Acesso em 10 jun. 2018.

organizações mafiosas, crescia a articulação dos grupos guerrilheiros e dos paramilitares de extrema direita, acirrando a violência e a repressão.

No governo de Belisario Betancur (presidente da Colômbia, entre 1982 e 1986 e chefe de Estado no massacre do Palácio da Justiça), ocorreram as primeiras tratativas de paz aliadas às ações de abertura política aos grupos guerrilheiros, com anistias e tentativas de cessar-fogo – essas sempre marcadas por grande violência política, com líderes assassinados e sequestros.

Em fins da década de 1980, Washington pressionou a Colômbia para que fossem estabelecidas medidas contundentes de combate ao tráfico, o que levou o novo presidente liberal eleito, Virgílio Barco, a perseguir e buscar a extradição do Cartel de Medellín, arrastando a Colômbia e, em especial, o Departamento de Antioquia, para novas ondas de extrema violência rural e urbana – a chamada “limpeza social” – que assolou Medellín, Cali, Pereira, Bogotá e Barranquilla, quando o homicídio passou a ser a maior causa de mortalidade masculina no país (HYLTON, 2010, p. 116-118).

O governo de César Gaviria, que sucedeu a Barco, em 1990, deu continuidade à “guerra contra as drogas” e foi responsável pela Assembleia Constituinte que estabeleceu uma nova Constituição para o país, em 1991³, que com algumas alterações, está em vigor até os dias de hoje. Essa carta incluiu a ampliação dos direitos democráticos, a garantia de reconhecimento histórico aos indígenas e determinou a proteção à diversidade cultural.

A política de combate ao tráfico ganhou uma nova amplitude com o Plano Colômbia⁴, concebido como *Plano para a paz, a prosperidade e o fortalecimento do Estado*. Sob a orientação do presidente colombiano Andrés Pastrana (1998-2002), que contou com grande apoio dos Estados Unidos, o plano visou a combater a produção e o tráfico de drogas. Esse plano envolveu ações muito violentas e fumigação de grandes áreas de plantio, causando graves problemas

³ Disponível em: <http://es.presidencia.gov.co/normativa/normativa/Constitucion-Politica-Colombia-1991.pdf>. Acesso em 30 jun. 2017.

⁴ Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/p/plano-colombia>. Acesso em: 29 jun. 2017.

para as zonas rurais e enormes levas de migração para as cidades, em especial, Bogotá.

Nesse contexto, os traficantes e os guerrilheiros passaram a ser enquadrados como “terroristas” pelo governo – a mudança semântica serviu de justificativa para a violência extrema, despolitizando muitas questões intrínsecas às guerrilhas. Apesar da ofensiva, com novas sequências de sequestros, desaparecimentos e assassinatos e com o aumento da repressão, o combate ao tráfico se mostrou ineficiente.

O longo processo de enfrentamento do narcotráfico e de injeção de recursos internacionais, que resultou na captura e no assassinato de Pablo Escobar, no desmantelamento dos Cartéis de Medellín e de Cali, bem como na guinada do país para novos acordos de paz com as guerrilhas e a proteção às vítimas, trouxe dividendos e novos desafios para toda a Colômbia e, em especial, para Medellín, devido à sua condição de epicentro do conflito e à sua conjuntura política no início dos anos 2000:

De acordo com dados oficiais do Observatorio del Centro Nacional de Memoria Histórica e da Unidad para la Atención y la Reparación Integral de Víctimas (UARIV), entre 1980 e 2014, ao menos, 132.529 pessoas foram vítimas reconhecidas do conflito armado em Medellín.

Dessas, 106.916 são vítimas de deslocamento forçado, 19.832 de assassinato seletivo, 2.784 de desaparecimento forçado e 221 massacres com mais de 1.175 vítimas.

Além de outras violências, não letais, mas que demonstram a magnitude do conflito: ações bélicas (784 vítimas), sequestro (484), violência sexual (336), recrutamento forçado (136), atentado terrorista (80) e danos a bens civis (12).

Isso quer dizer, que uma cidade com 2.644.322 habitantes, cerca de 5 de cada 100 pessoas foi vítima direta do conflito armado e das violências associadas. Isso confirma também uma das características do conflito armado nacional: seu impacto predominante na sociedade civil não combatente (**Basta Ya! Medellín**, 2017, p. 25-26)⁵.

Neste contexto nacional de busca por políticas de apaziguamento social, transcorrido no início do século XXI, Sergio Fajardo assumiu a Alcaldía de Medellín (2004-2007) e impôs à cidade uma série de transformações, cuja principal ação se concentrou na construção de um modelo de modernização e de equidade social por meio do urbanismo. Segundo ele, em diversas

⁵ Tradução nossa.

entrevistas, seu governo optou por usar a arquitetura como ferramenta de transformação social e dignidade:

Aqueles que dizem que um belo edifício não melhora a qualidade da educação, eles não entendem uma questão crítica. Precisamos construir mais belos edifícios em lugares onde a presença do Estado tem sido mínima. O primeiro passo para uma educação de qualidade é a dignidade do espaço. Quando a mais pobre criança de Medellín atinge a melhor "sala de aula" da cidade, nós vamos enviar uma mensagem poderosa de inclusão social. É uma profunda mensagem de transformação social. Essa é a nossa revolução (FAJARDO *apud* NOGUEIRA, 2013).

A execução do planejamento urbano contou com a parceria entre poder público, empresas privadas e concessionárias públicas, além de investimentos internacionais em torno do projeto “civilizatório” de intervenção integral. Esse projeto ganhou concretude por meio dos *Proyectos Urbanos Integrales* (PUI) – que vamos nominar na presente dissertação como Projeto Urbano Integrado – nos quais a cultura, a educação e a reordenação dos espaços urbanos são eixos estruturantes (e cujo detalhamento será abordado mais adiante). Tal projeto coordena grandes obras de mobilidade urbana, programas habitacionais, escolas, centros culturais e a instalação dos Parques Bibliotecas (grandes complexos de cultura e lazer, nos quais entram a requalificação e a criação de novos museus, localizados em zonas de grande vulnerabilidade social).

A mescla de anos de violência política e paramilitar, a vulnerabilidade social e o narcotráfico configuraram em Medellín uma condição ímpar, marcado por cifras de violência muito alarmantes, razão pela qual as iniciativas bem-sucedidas com redução significativas dos índices de violência e vulnerabilidade despertaram interesse mundial.

O objetivo desta pesquisa científica, cujo recorte temático é inédito no Brasil, é entender esse cenário de transformação urbana, sob a ótica das políticas de cultura e memória empreendidas e, em especial a implantação do Museo Casa de la Memoria (MCM) em Medellín. Sendo assim, refletiremos sobre a atuação do MCM nesse processo, buscando identificar em que medida é capaz de dar voz à diversidade social, promover o fortalecimento de minorias e agir como vetor de reparação simbólica aos “traumas históricos”, a partir de sua inscrição urbana e museal.

O MCM buscou estabelecer um local de encontro e novas formas de relacionamento com seus públicos heterogêneos, bem como se alinha a uma série de medidas de reparação empreendidas pela Colômbia no processo de pacificação social nos quais as memórias sociais são uma questão central. Nesse sentido, estudar o Museo Casa de la Memoria como estudo de caso permite abordar como memórias e patrimônio foram relacionados às vítimas do conflito armado em Medellín.

Além disso, essa instituição é abordada também a partir de sua inserção no processo de requalificação urbana, focalizando-se seu potencial como fórum contemporâneo do processo de pacificação e reparação de direitos em curso na Colômbia.

Assim, esta pesquisa parte da hipótese de que os museus, em especial os de memória, podem desempenhar um duplo papel na sociedade contemporânea, tanto como agentes de democratização e acesso à cultura, quanto como espaços de salvaguarda, diálogo e referência para as memórias das minorias, no caso antioquenho, das vítimas do conflito armado.

Para isso, a pesquisa tem como premissas teóricas essenciais o alargamento do conceito de museu, engendrado pela *nova museologia* e pelos estudos sobre as relações entre memória e identidade, entre memória traumática, reparação e justiça transicional, relações essas que serão tema do capítulo inicial desta dissertação.

A *nova museologia* é um movimento de larga abrangência teórica, metodológica e temporal, que congrega muitas iniciativas sobre a ampliação da função social dos museus, tendo como marcos paradigmáticos as jornadas de Lurs, na França (1966), que originam a criação de diversos museus de sítio e do termo ‘ecomuseu’, de George Henri Rivière e Hugues de Varine (DUARTE, 2013, p. 99-117).

A ideia dessa museologia participativa e de museu integral adquiriu força após as definições trazidas pela mesa-redonda de Santiago do Chile, em 1972, encontro realizado por iniciativa da UNESCO com o objetivo de debater o papel do museu na América Latina. Segundo Bolaños (2002, p. 292),

(...) em Santiago, os profissionais de museu decidiram que não podiam seguir vivendo fechado em seus tesouros, no coração das cidades subdesenvolvidas e imersas na miséria: o museu devia conquistar os bairros esquecidos. Inspirados nos princípios do ecomuseu propuseram um museu integral que será um dos projetos definidores da nova museologia.

Essa nova conceituação museológica amplia o entendimento de patrimônio, extrapola ação do museu, contemplando o território e não apenas o patrimônio edificado e, especialmente, prevê maior participação da comunidade nos processos decisórios da instituição, enfatizando-se a educação e o desenvolvimento local e regional, por meio de geração de renda, compreendidos como benefícios concretos a população (VARINE, 2012).

A *nova museologia* dialoga diretamente com às reflexões sobre memória cultural e sua relação dialética com a história. Segundo Meneses (2009, p. 461), “a dimensão política dos lugares de memória contemporâneos pode ser considerada sua marca mais relevante, embora com presença diferencial. O monumento, por excelência, é hoje arena de conflito, reivindicações, realização de interesses de indivíduos, instituições, grupos, movimentos”.

Segundo Huysen (2000), o fortalecimento das demandas pela memória se caracterizam como:

Um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos últimos anos consistiu no surgimento da memória como uma preocupação central da cultura e da política das sociedades ocidentais, uma mudança em relação ao passado, que contrasta de maneira notável com a tendência a privilegiar o futuro, tão característico das primeiras décadas da modernidade do século XX.

As políticas da memória no nosso tempo abrem caminho para o desejo de recordação total, no qual tudo pode ser passivo de memorialização como ação política, a serviço de vários grupos (sociedade civil e Estado) e de forma, muitas vezes, híbrida.

A difusão geográfica dessa cultura da memória é tão ampla quão variado são os usos políticos da memória, que abarcam desde a mobilização de passados míticos, para dar sustento agressivo às políticas chauvinistas ou fundamentalistas (por exemplo, na Sérvia pós-comunista, o populismo hindu na Índia) até às tentativas recentes na Argentina e no Chile de criar esferas públicas para a memória “real”, que se contraponham à política dos regimes pós-ditadura, que perseguem o esquecimento através tanto da “reconciliação” e de

anistias oficiais como do silenciamento repressivo. Mas ao mesmo tempo, está claro que nem sempre é fácil traçar a linha que separa o passado mítico do passado real, que seja aonde for é uma das encruzilhadas que se colocam a toda política da memória. O real pode ser mitologizado da mesma maneira em que o mítico pode engendrar fortes efeitos de realidade. Em suma, a memória se converteu em uma obsessão cultural de proporções monumentais no mundo inteiro (HYUSSEN, 2000, p. 5-6).

Considerando esse arcabouço teórico, a dissertação embasa-se empiricamente na pesquisa dos documentos institucionais da Alcaldía, do Museo Casa de la Memoria e das legislações referentes à reparação às vítimas do conflito interno. Uma viagem de campo realizada entre fevereiro e março de 2018, na qual realizamos visitas técnicas ao MCM, bem como entrevistas semi-estruturadas com profissionais da instituição e agentes formadores dos projetos que deram origem ao Museu, conforme apêndice apresentado, forma igualmente centrais para a definição das abordagens que constituem as reflexões desse trabalho.

Estrutura da dissertação

A dissertação está organizada em três capítulos e considerações finais. No capítulo inicial – *Identidade, reparação e justiça: desafios para a memória colombiana* – buscamos uma aproximação com os conceitos de memória, entendida nesse processo como direito e como dever de Estado. Nesse capítulo, são tecidas algumas considerações sobre as leis de reparação e justiça, no que tange à **reparação simbólica** por meio do estabelecimento de instituições de memória – arquivos, museus e memoriais.

No segundo capítulo – *Projetos Urbanos Integrados, cultura e museus em Medellín* – apresenta-se uma análise dos planos de desenvolvimento da Alcaldía de Medellín – *Compromisso de toda la Ciudadanía (2004 – 2007)* e, em especial, *Medellín es solidaria y competitiva (2008 – 2011)* e os que se seguiram, com ênfase nas questões relacionadas à cultura, memória, turismo e patrimônio, com o objetivo de traçar uma visão panorâmica acerca do contexto cultural e urbano de Medellín, no qual o MCM será inserido.

O terceiro capítulo – *Museo Casa de la Memoria de Medellín: sobre a memória da violência* – trata do processo propriamente de concepção e implantação desse museu, cuja inauguração parcial se deu em 2011, como parte do Projeto

Urbano Integrado, zona Centro-Oriental. O capítulo busca entender a concepção do museu, os processos participativos que deram forma à sua exposição de longa duração, seu recorte patrimonial, sua relação com a *Ley de víctimas y restitución de tierras* (2011), como forma de **reparação simbólica**. Para tanto, analisaremos documentos institucionais como informes de gestão, legislação, publicações, bem como observação *in loco* dos textos, dos vídeos, das visitas mediadas, do público espontâneo, além de entrevistas com membros da equipe do museu e com profissionais envolvidos em sua concepção. A análise de sua exposição de longa duração constitui também um dos objetivos deste capítulo, visando compreender como as temáticas da paz, da reparação simbólica e da representatividade de diferentes atores sociais estão apresentadas.

As *Considerações finais* trazem uma reflexão acerca dos usos da memória, nesse processo político e sociocultural específico, com vistas a tecer hipóteses sobre os limites e as potencialidades da institucionalização da memória como expressão das minorias, como vetor de reparação simbólica e incorporação como discurso de Estado e de reconciliação nacional.

O estudo traz ainda, como anexos, documentos relacionados à institucionalização do MCM, que podem contribuir para futuras leituras e aprofundamentos sobre seu posicionamento político-institucional; são eles: o documento síntese *“Trayectoria e Cronología do Museo Casa de la Memoria”*, datado de 2017; o folder da exposição *“Medellín: Memorias de violencia y resistencia”*, de 2015; e a publicação *“Memória”*, de abril de 2015.

Capítulo 1. Identidade, reparação e justiça: desafios para a memória colombiana

Do Rio que tudo arrasta se diz que é violento. Mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem (Bertold Brecht).

Neste capítulo, propõe-se uma aproximação com os sentidos de memória, entendida como direito dos povos e como dever de Estado. Nesse sentido, empregaremos alguns autores, na tentativa de historicizar essa transformação. De posse desse conjunto de conceitos, refletiremos sobre como as instituições museológicas têm acolhido essas ideias e, finalmente, traçaremos algumas considerações sobre as leis de reparação e justiça, focalizando especialmente a reparação simbólica das vítimas de violência na Colômbia.

1.1. Identidades contemporâneas e novas politizações da memória

Refletir sobre processos de musealização requer, necessariamente, um debruçar sobre o papel da memória, visto que tais instituições desempenham, desde o século XIX, um papel central na relação dialética entre a redefinição das memórias sociais pela história e também na formação das identidades individuais e coletivas. Segundo Meneses (2017), para tratar da memória é preciso fazê-lo sob a perspectiva da história, assim:

A partir do século XX, até a década de 1920, a memória social foi mobilizada preponderantemente a serviço das identidades nacionais e na fundamentação de uma ilusória coesão e homogeneidade. O próprio conceito pioneiro de memória coletiva de Maurice Halbwachs, que remonta a 1925 e que a fazia derivar de quadros sociais, corresponde a um momento de consolidação da Sociologia/Antropologia, que reforçavam as perspectivas de integração social, liames e solidariedade.

Já no pós-guerras (1914-18/1939-45) a fragmentação das sociedades tornava inviável ou dificultoso qualquer mito de integração harmoniosa. A sociedade não era mais um todo homogêneo, mas cada vez mais dividido.

Por volta dos anos 1960/70: quando se agrava essa fragmentação (econômica, social, cultural, política, educacional, étnica, religiosa, sexual), e quando se consolida em várias partes do mundo a ascensão e o sucesso dos movimentos de direitos civis e das minorias, de grupos de toda natureza e quando as palavras de ordem do multiculturalismo e da diferença cultural já começam a circular, pode-se então dizer que

a memória assume mais explicitamente o papel de instrumento de luta política.

Nesse quadro, como contraponto da crescente globalização, ganham maior relevo os processos identitários, envolvendo as questões pós-coloniais e as novas configurações demográficas, econômicas e culturais dos fluxos migratórios nos países desenvolvidos e também nas antigas colônias.

Em suma, as funções cognitivas da memória e seus conteúdos perdem relevância em favor de uma marca decididamente *pragmática*, com predominância, pois, das práticas que abrem espaço para a dimensão ético-política da memória⁶.

A memória coletiva, como professa Halbwachs (2006), vai além das teses psicologizantes da memória ao fazer um estudo dos contextos sociais. Os estudos empreendidos por ele trazem, portanto, uma nova vertente para a noção de memória e apresentam os quadros sociais que a compõem. Para ele, mesmo que aparentemente particular, a memória remete a um grupo; o indivíduo carrega em si a lembrança, mas está sempre interagindo na sociedade.

Segundo Pollak (1989), Halbwachs não vê nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, mas sim acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, em especial, o reforço da coesão social, cunhando inclusive a expressão "comunidade afetiva".

No contexto europeu do século XIX, para Halbwachs (2006), a nação é a forma mais acabada de um grupo e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva.

Contudo, a noção de memória coletiva, que impulsionou a construção de narrativas homogeneizantes, a ideia de nação ou a possibilidade de uma sociedade apaziguada romperam-se ao longo do século XX. O advento das duas grandes guerras, do Holocausto, da independência das antigas colônias africanas com sangrentas guerras civis, da necessidade de afirmação de novos grupos nacionalista após a queda do comunismo estatal no Ocidente e toda a

⁶ Trecho transcrito de palestra de abertura do Prof. Ulpiano Meneses, no *Seminário Memória, resistência e políticas culturais na América Latina*, de 16 a 17 de março de 2017. Observatório do Itaú Cultural, São Paulo/SP (transcrição de gravação feita).

sorte de conflitos étnicos e religiosos das décadas recentes reabriram o campo semântico à discussão, inclusive no âmbito patrimonial.

O declínio desse mundo que cultivava o futuro e o “progresso” (a modernidade), segundo o historiador Pierre Nora (2009), nos legou nos últimos 30 anos a emergência da memória e a proliferação de museus, monumentos simbólicos, eventos comemorativos, arquivos, ou seja, instituições que amplificam a ideia de memória, de pertencimento e de identidade, numa busca obsessiva pelo passado.

Sob a influência de pensadores alemães, tal como Koselleck (2006), e de sua noção de tempo histórico, Nora (2009) indica duas razões principais para esse fenômeno: a primeira delas, a *aceleração da história*, que considera que nunca na história da humanidade as mudanças se deram de forma tão intensa, rompendo a unidade de tempo histórico (a temporalidade que ligava passado, presente e futuro). A segunda causa seria o que ele nomeou de *democratização da história*, que consiste no movimento de emancipação, libertação e descolonização dos povos, que resultou no surgimento de novas memórias, como afirmação étnica, política, religiosa, entre outras. *A memória começa a ser entendida aqui como uma forma de reparação e justiça* (NORA, 2009, p. 6-7)⁷.

Huyssen (2000, p. 1), doutor em literatura comparada e grande referência nos debates sobre a memória na modernidade, ao refletir sobre a obsessão contemporânea pela memória, traz para o debate, além da aceleração da história, o medo ancestral do esquecimento e a pós-modernidade. Essa contraposição à modernidade que, encantada com as novas tecnologias, louvava o futuro e passa a enaltecer um passado mítico para se resguardar das inúmeras incertezas do presente e da perda de previsibilidade do futuro, em diferentes contextos geográficos e sociais.

Contudo, a preocupação de Huyssen não é estabelecer uma relação de hierarquia ou apontar contradições entre memória e história, mas sim refletir sobre a dualidade memória-esquecimento. Além disso, pondera sobre o quanto a emergência da preocupação com a memória e a sua cristalização em aparatos museológicos ou literários garantem, primeiro, o seu “não esquecimento” e, mais

⁷ Grifos nossos.

sensivelmente, como a musealização da memória do trauma pretende garantir a sua não repetição.

Ambos os estudiosos chamam a atenção para os novos usos da memória e, especialmente para o surgimento de novas memórias. O paradigma que marca o fim da modernidade tem nos horrores do Holocausto sua tradução mais crua. O Holocausto inaugura para a história também a era da testemunha – a lembrança e o ato político de lembrar nunca antes tiveram tanto espaço no Ocidente, especialmente a partir dos anos de 1990.

Meneses (2017) considera ainda que o trauma pode ser definido como um dano à estrutura psíquica causada por evento que o indivíduo (ou grupos sociais) não se sentem capazes de dominar ou a respeito do qual não conseguem integrar as ideias e emoções envolvidas. O Holocausto e os demais delitos contra os direitos humanos são compreendidos como traumas históricos coletivos, passíveis, portanto, de reparação judicial e simbólica, compreendido agora como o dever de memória.

Huyssen (2000) toma a musealização do Holocausto como ponto de inflexão para a espetacularização da memória e o que nomeia como, globalização do discurso do Holocausto que, ao mesmo tempo, pode ser usado como prisma para outros genocídios no mundo ou dificultar um olhar pormenorizado às outras violências nas suas especificidades.

A comparação com o Holocausto, portanto, pode ativar em termos retóricos determinados discursos sobre a memória traumática, como também pode servir como lembrança encobridora e simplesmente bloquear as reflexões históricas locais específicas (HUYSEN, 2000, p. 3-4).

A provocação do autor leva-nos aos questionamentos sobre se a eleição do Holocausto como metáfora da dor universal e sobre se a proliferação de tantos memoriais é de fato educativa e fortalecedora da cultura de paz, capaz como premissa de garantia de não-repetição.

Em análise sobre como o século XX passa a incluir essas novas memórias, Pollack (1989), entende a acentuação do caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, inclui que as memórias subterrâneas agem como uma subversão no silêncio. Segundo ele, a memória

entra em disputa. As memórias individuais são confrontadas com a memória nacional e oficial, ainda numa tentativa de enquadramento.

Essa alteração do lugar da memória moderna e a necessidade contemporânea de afirmação das diversidades e das individualidades encontra na musealização das “lutas” e das “dores”, uma caixa de ressonância de vozes comunitárias e do Estado, uma forma de “pacificação e construção de um futuro melhor” – o que abre espaço para a memória como reparação e um dever de Estado.

Dessa forma, o museu e a memória tendem a sair do lugar de altares da pátria – essa que por anos elegeu heróis e heroínas como forja da identidade nacional – numa radical repolitização de seu papel de mediação e de sua potência discursiva. Ambos se conectam às novas formas de inserção e de permeabilidade social, ampliando a representatividade dos cidadãos em seus acervos e colocando-se como fóruns privilegiados para questões polêmicas.

Perez (2010), que participou da equipe que preparou o Museo Nacional da Colômbia para as comemorações do Bicentenário da Independência, ao tratar do histórico das festas colombianas de Independência ou datas cívicas, assinala:

Na festa se colocava em jogo elementos simbólicos que apelavam, através dos diferentes sentidos, a emoção dos participantes: salvas de artilharia, música, arcos simbólicos, bandeiras, procissões e quadros representativos de passagens heroicas, que tinham a função de ‘refrescar’ a memória, atualizá-la no presente para reestabelecer o amor à pátria e à unidade.

Nesse sentido, a eleição das vítimas como sujeitos históricos dignos de memórias reconhecidas e institucionalizadas e a celebração do dia das vítimas como data cívica dão voz a uma espécie de anti-herói da nação, de tentativa de expurgo coletivo das dores, enquanto expõem as mazelas e a falência do Estado como entidade unificadora, a partir da exposição das memórias individuais.

O processo colombiano traduz o espírito de um tempo em que, como pontua Assmann (2011, p. 20), citando Antze e Lambek:

A memória se tornou, como nunca antes, um fator de discussão pública. Apela-se à recordação para curar, para acusar, para justificar. A recordação tornou-se parte essencial da criação identitária e individual e coletiva e oferece palco tanto para conflito quanto para identificação.

Ao discorrer sobre os campos de concentração europeus transformados em locais de memória, Assmann (2011, p. 351) coloca ainda que:

Espera-se dos locais da recordação, para além do valor informativo que lugares memorativos e documentais proporcionam, onde quer que se localizem, que haja um aumento da intensidade da recordação por meio da contemplação sensorial. O palco dos acontecimentos históricos deve tornar acessível ao visitante o que as mídias escritas ou visuais não conseguem transmitir: a aura do local que não é reproduzível em *medium* algum. Essa abordagem corresponde não só a uma disposição interna muito antiga de peregrinos e turistas em busca de formação cultural, mas também a uma nova tendência na pedagogia museológica, que procura veicular a história como experiência. Concreção sensorial e colorido afetivo devem aprofundar a apreensão meramente cognitiva do saber histórico no sentido de uma confrontação e apropriação pessoal diante dele.

No contexto de violência generalizada em todo seu território, algumas iniciativas na Colômbia buscam essa apreensão da memória das vítimas por meio da coleta de depoimentos, de uma profusão de documentários, da coleta de vestígios da violência, que passam, para o público visitante, a constituir a base dos acervos dos centros de memória e dos museus como espaços de recordação e recriação da experiência vivida pelos grupos excluídos⁸.

A reparação total, porém, não é uma conquista homogênea – as cicatrizes da violência e das desigualdades persistem na sociedade colombiana, que enfrenta revezes e discordâncias no processo de pacificação social que se tornaram evidentes no plebiscito do mês de outubro de 2016, quando se explicitou a divisão do país e a discordância com os termos do acordo de paz com as FARC, principal facção da guerrilha armada ainda em ação no país.

Contudo, estabelecida necessariamente sob a égide das decisões do presente, essa reparação implica também na cristalização da experiência vivida e na sua aparente superação total, o que, por vezes, acarreta uma estetização das contradições e dos conflitos sociais que se quer recordar, promovendo assim novos silenciamentos. Assim, a memória, como matéria complexa e contraditória, sempre convive e duela com o esquecimento, sendo novamente instância de combate e meio discursivo nem sempre efetivamente democrático.

⁸ Mais informações sobre os projetos de memória em cumprimento à Lei estão disponíveis em: <http://www.centrodememoriahistorica.gov.co/>. Acesso em: 01 jun. 2017.

A memória e a história entrelaçadas como matérias-primas da museologia necessitam de constante crítica, independentemente da forma e da qualidade de suas representações, pois são sempre limitadas e comprometidas com o presente e com os grupos que a disputam.

1.2. A memória como instrumento contemporâneo de reparação

Lembrar ou esquecer, individual e/ou coletivamente, implica, portanto, em alterar os elementos que dão significado e sentido ao futuro, uma vez que o que nos lembramos do passado é fundamental para que possamos refletir sobre quem somos no mundo e onde nos encontramos no tempo. Mais ainda: nossas lembranças configuram nossas percepções sobre o universo ao nosso redor e são determinantes para a orientação de nosso agir, pois a memória (bem como o esquecimento seletivo) contribuem para a formação de nossos juízos mesmo nos planos não-conscientes (ARENDR, 1989).

A memória como ferramenta de reparação insere-se no processo de ampliação dos direitos humanos, após a II Guerra Mundial⁹. O Tribunal de Nuremberg, a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos são marcos na afirmação dos direitos no pós-guerra. Como afirma Ruti Teitel (2013), o legado dos julgamentos ocorridos no pós-guerra supera qualquer precedente histórico e a criminalização dos Estados com base em um quadro universal de direitos constitui a base dos direitos humanos modernos.

Notadamente, nas Américas, com a retomada da democracia, ao longo dos anos de 1980 e 1990, é desencadeada uma série de reivindicações que clamam por justiça e que denunciam diversos tipos de violações de direitos sofridos durante os períodos de ditadura militar ou civil, tais como: torturas, detenções ilegais, desaparecimentos forçados, execuções, entre outros. A redemocratização

⁹ “O problema [do reconhecimento dos direitos do homem], bem entendido, não nasceu hoje. Pelo menos desde o início da era moderna, através da difusão das doutrinas jusnaturalistas, primeiro, e das Declarações dos Direitos do Homem, incluídas nas Constituições dos Estados liberais, depois, o problema acompanha o nascimento, o desenvolvimento, a afirmação, numa parte cada vez mais ampla do mundo, do Estado de direito. Mas é também verdade que somente depois da II Guerra Mundial é que esse problema passou da esfera nacional para internacional, envolvendo – pela primeira vez na história – todos os povos.” (BOBBIO, 1992, p. 49).

deflagra no Direito o que se convencionou denominar como “Justiça de Transição” ou “Justiça Transicional”.

A Justiça de Transição deve ser entendida como um conjunto de ações, dispositivos e estudos, que surgem para enfrentar e superar momentos de conflitos internos, violação sistemática de direitos humanos e violência massiva contra grupos sociais (ou indivíduos) ocorridos na história de um determinado país. Dentro dos contextos mais distintos, alguns objetivos comuns podem ser estabelecidos como norteadores gerais da Justiça de Transição: julgar os perpetradores de crimes e das graves violações de direitos humanos; estabelecer a verdade sobre os fatos ocorridos no período; registrar, reconhecer e dar visibilidade à memória como construção imprescindível da história do país; oferecer reparações às vítimas; reformar as instituições que participaram direta ou indiretamente das violações cometidas¹⁰.

Com base nos princípios descritos acima, cada país determina a sua legislação e os encaminhamentos para o estabelecimento da justiça; além disso, ocorreu o desenvolvimento do direito internacional e de seus fóruns supranacionais, que foi constituindo normas e jurisprudências, que servem de base para a efetivação da memória, da verdade, da justiça, da reparação e da reforma institucional nos países que vivem situações de transição. Nesse sentido é indispensável lembrar o *Estatuto de Roma* (1998), que cria a Corte Penal Internacional (ICC – de acordo com a sigla em inglês), importante organização para o julgamento de crimes de guerra, crimes de lesa humanidade e genocídios. Nesse contexto, a ONU é um dos órgãos determinantes nos processos de Justiça de Transição, por meio da atuação da Comissão de Direitos Humanos, que formula documentos e sistematiza discussões que visam à garantia dos direitos humanos e à luta contra a impunidade.

Devemos ressaltar ainda o Centro Internacional para a Justiça Transicional (ICTJ), organização internacional sem fins lucrativos, especializada em Justiça de Transição, que atua há 15 anos junto às sociedades no processo de transição, com a tarefa de enfrentar o legado das violações massivas aos direitos humanos

¹⁰ Sobre a definição de Justiça Transicional. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/justica-de-transicao/index.html>. Acesso em: 01 jul. 2017.

e a reconstruir a confiança cidadã na capacidade das instituições públicas em garantir tais direitos no presente e no futuro.¹¹

No contexto da América Latina, temos a criação em 2011, da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT)¹², como uma iniciativa que reúne militantes e estudiosos da temática da justiça de transição de diferentes países do continente. Foi concebida para facilitar e promover a troca de conhecimentos sobre as experiências locais dos diferentes países, em especial, acerca de seus contextos comuns de ditadura militar ao longo do século XX, bem como incentivar a produção de um pensamento integrado sobre a temática na América Latina.

Dentre os mecanismos de Justiça Transicional, estão a reparação e a promoção da memória, tanto do ponto de vista individual, quando representam o resgate da dignidade humana, como do ponto de vista coletivo, quando almejam um “acerto” de contas com o Estado violador de liberdades e direitos para com seus cidadãos. Isso porque, mesmo que uma vítima possa recusar a reparação, individualmente, uma sociedade que se quer justa não pode abrir mão da memória de seu passado sem violar individualmente seus cidadãos.

1.3. Os novos lugares de memória traumática

O fortalecimento da memória como reparação e como uma das ferramentas da Justiça Transicional é fomentado nas Américas pela proliferação das Comissões da Verdade ou processos de organização de minorias. Esses movimentos fizeram emergir uma nova série de museus ou sítios de memória, com a finalidade de dar voz e imagem a atores sociais portadores de histórias traumáticas, com o objetivo de exaltar valores maiores de uma sociedade democrática, como os direitos humanos, a liberdade e a tolerância. Essas instituições surgem como formas de exorcismo dos males a serem superados e de reparação às vítimas.

¹¹ Disponível em: <https://www.ictj.org/es>. Acesso em: 01 jul. 2017.

¹² Mais informações disponíveis em <http://rlajt.com/>. Acesso em: 01 jul. 2018.

A criação dos primeiros museus e memoriais voltados às questões das arbitrariedades praticadas contra os direitos humanos, como comentado anteriormente, teve início logo após a II Guerra Mundial. Esses museus e memoriais foram desdobramentos especialmente do Holocausto e, na sequência, surgiram pela necessidade de discutir os problemas sociopolíticos do seu tempo. Alguns são implantados nos próprios lugares de memória, onde os fatos ocorreram, como, por exemplos, o Museu Memorial de Terezín (República Tcheca) – o local serviu de prisão, gueto judio e estação de trânsito dos judeus até os campos de extermínio da Gestapo – e, a Casa de Anne Frank (Holanda). Outros foram instalados em fortificações e presídios, como os museus que compõem a rede do Museu da Resistência Nacional na França (em várias cidades do país) ou as prisões da Alemanha, como o Memorial Bautzen (em Bautzen) e o Memorial Berlin-Hoenschönhausen (em Berlim). Ou ainda, estão em edifícios públicos e clandestinos, utilizados para detenção, tortura e desaparecimento, bastante comuns na América Latina, como é o caso do Parque por la Paz Villa Grimaldi (Chile) e do Memorial da Resistência de São Paulo (Brasil) (NEVES, 2011, p.47).

Podemos pontuar outros exemplos na América do Sul. Na Argentina, algumas experiências vinculadas à memória da ditadura pelo país, como o Museo de la Memoria de Rosario (que em muito inspirou o MCM de Medellín, segundo relatos e documentos institucionais consultados) e o Espacio Memoria y Derechos Humanos¹³, em Buenos Aires, esse último instalado no edifício da Escola de Mecânica da Armada (ESMA), antigo reduto de violência e de violação dos direitos humanos no período da Ditadura argentina¹⁴.

Lugar de memória, condensadora de sentidos, a ESMA foi e é objeto de disputas tanto pelas diversas esferas de governo como pela própria memória social.

[...]

Em 24 de março de 2004, em um ato realizado na ESMA e carregado de um enorme peso simbólico e emotivo (de não menos controversas repercussões), o Poder Executivo Nacional e o Governo da cidade de Buenos Aires firmaram um convênio que estabelecia a desapropriação

¹³ Disponível em: <http://www.espaciomemoria.ar/recuperacion.php>. Acesso em: 01 ju. 2017.

¹⁴ A ESMA, localizada na zona norte de Buenos Aires, abrigou o Casino de Oficiales, um dos maiores centros clandestinos de detenção do Estado terrorista. Calcula-se que, entre 1976 e 1983, passaram por ali em torno de 5000 pessoas, entre prisões e desaparecimentos (CARNOVALE, 2006).

da ESMA por parte da Marinha e garantia a futura instalação no local, do Museo de la Memoria y de promoción de los Derechos Humanos (CARNOVALE, 2006, p. 13-14).

No Uruguai, foi constituído o Centro Cultural Museo de la Memoria¹⁵, em Montevideu, inaugurado em 2007, cuja missão é contribuir para a construção da memória sobre o terrorismo de Estado e a luta do povo uruguaio contra a Ditadura.

No Chile, foi criado o Museo de la Memoria y los Derechos Humanos¹⁶, em Santiago, inaugurado em 2010, como parte das celebrações do Bicentenário da Independência. A instituição se define como um espaço que deve contribuir para que a cultura dos direitos humanos e dos valores democráticos se convertam em fundamento ético compartilhado.

No Peru, em 2015, foi inaugurado o Lugar de la Memoria, la Tolerancia e la Inclusión Social (LUM)¹⁷, em Lima. Tem como objetivo ser um espaço de comemoração, educação e cultura que apresenta a história dos fatos ocorridos, durante o conflito entre os grupos terroristas internos, durante os anos de 1980 e 2000.

No Brasil, apesar do estabelecimento e da relatoria da Comissão da Verdade, não foram levadas a cabo iniciativas nacionais para a constituição de um museu de memória, que pudesse coroar o estabelecimento de novos elos institucionais entre a população e o Estado. Contudo, podemos mencionar ações significativas regionais ou de grupos da sociedade civil, tal como o Memorial da Resistência¹⁸, em São Paulo – uma iniciativa da Secretaria de Estado da Cultura. A instituição dedica-se à preservação de referências das memórias da resistência e da repressão políticas do Brasil republicano (1889 à atualidade), por meio da musealização de parte do edifício que foi sede, entre 1940 e 1983, do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP)

¹⁵ Disponível em: <http://mume.montevideo.gub.uy/museo/centro-cultural-museo-de-la-memoria>. Acesso em: 01 ju. 2017.

¹⁶ Disponível em: <https://ww3.museodelamemoria.cl/sobre-el-museo/>. Acesso em: 01 ju. 2017.

¹⁷ Disponível em: <http://lum.cultura.pe/el-lum/quienes-somos>. Acesso em: 01 ju. 2017.

¹⁸ Disponível em: <http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/default.aspx?mn=4&c=83&s=0>. Acesso em: 01 ju. 2017.

– uma das polícias políticas mais truculentas do país, principalmente durante o regime militar. Além disso, tem-se o Instituto Vladimir Herzog¹⁹, que desenvolve ações e projetos especiais voltados à valorização dos direitos humanos, da democracia e da liberdade de expressão.

Com esses novos espaços, surgem também novas reflexões na museologia sobre esse patrimônio oriundo dos mais diferentes traumas, o que instaura um amplo campo semântico, designando-os ora como “patrimônio difícil”, “lugares de dor e vergonha”, “sítios de consciência”, “passados sensíveis”, “museus de memória”, ora como os mais conhecidos “memoriais” e “monumentos”, que agora homenageiam novos atores.

Para Dolff-Bonekämper (2002, p. 4), a preservação de sítios de referência de memórias traumáticas, doloridas suscitam três questões fundamentais:

Por que os lugares devem ser preservados se ofendem os sentimentos de pessoas que não desejam ser lembradas?

Que tipo de informação eles transmitem que não estão disponíveis em outras formas, como livros, testemunhos, ou filmes?

Por que e como esses locais devem ser tratados como patrimônio edificado a ser preservado?

A primeira questão apontada por Dolff-Bonekämper envolve o direito individual e familiar de superação do trauma pela negação dos lugares de sofrimento e a vontade dos perpetradores ou de uma comunidade culpada pela violência em serem esquecidos, o que impõe a esses lugares um espaço de constante disputa de versões e de legitimidade sobre essa memória. A segunda questão aponta para a especificidade do tridimensional, da experiência material como uma possibilidade de interação única com a memória da dor. Por fim, fica o limite dessa materialidade para sítios que não possuem uma expressão arquitetônica emblemática ou sintetizadora do patrimônio que lhe é atribuído e precisa contar com o testemunho e, em que medida, essa preservação se justifica. Em síntese, a autora nos provoca sobre os desafios em lidar com essa memória da dor, os limites que essa preservação encontra acerca da própria construção da narrativa

¹⁹ Disponível em: <http://vladimirherzog.org/o-instituto/>. Acesso em: 01 ju. 2017.

e, por fim, da ambição que o impulso preservacionista garanta um futuro em que esses males não se repitam (DOLFF-BONEKÄMPER, 2002, p. 4-10).

Da necessidade de discussão dessas questões, o novo campo de conhecimento constitui redes para troca de informações e experiências, como ocorreu no Conselho Internacional de Museus (ICOM). Desde 2001, o Conselho conta com o Comitê Internacional de Museus Memoriais para rememoração das vítimas de crimes públicos (International Committee of Memorial Museums in remembrance of the victims of public crimes – ICMEMO). O ICMEMO define que seus principais objetivos são promover uma memória responsável da história e motivar a cooperação cultural através da educação e do uso do conhecimento em prol da paz – o que também é um objetivo fundamental da UNESCO. Estabelece ainda que esses museus-memoriais celebram as vítimas de crimes estatais, ou motivados por vulnerabilidade social ou por divergências ideológicas. As instituições são frequentemente localizadas nos edifícios históricos originais, ou em locais escolhidos pelos sobreviventes de tais crimes para fins de rememoração. Eles procuram transmitir informações sobre eventos históricos de forma a preservar uma perspectiva histórica, ao mesmo tempo, que faz ligações fortes ao presente²⁰.

Outra rede é a coalização internacional, intitulada *Sites de Consciência*²¹. Essa rede apresenta-se como global, envolvendo locais históricos, museus e iniciativas memoriais, que ligam as lutas do passado com os movimentos de direitos humanos e justiça social de hoje. Esses lugares estão dispostos a transformar a memória em ação atual. São mais de 200 instituições, desde locais históricos já estabelecidos, até iniciativas de memória emergentes, que rememoram uma grande variedade de histórias e abordam uma ampla gama de questões. A rede qualifica como um grupo empenhado em ligar o passado ao presente e a memória à ação.

²⁰ Disponível em: <http://icom.museum/the-committees/international-committees/international-committee/international-committee-of-memorial-museums-in-remembrance-of-the-victims-of-public-crimes/>. Acesso em: 01 jun. 2017.

²¹ Disponível em: <http://www.sitesofconscience.org/pt/inicio-2/>. Acesso em: 01 jun. 2017.

Cabe também citar, a *Rede de Sítios de Memória Latinoamericanos e Caribenhos*²², site criado para divulgar as atividades, compartilhar e compartilhar documentos, materiais e outras produções realizadas pelos lugares de Memória da América Latina, buscando visibilizar toda informação acerca dessa temática. Esse site reúne 40 instituições de 12 países. A RESLAC desenvolve projetos, atua em capacitações conjuntas e busca fortalecer a integração entre as instituições membros, com perspectivas semelhantes.

1.4. A Colômbia enfrenta a(s) memória(s)

Na Colômbia dilacerada pela violência do conflito armado interno, apesar das tentativas de paz nos anos de 1990, os conceitos de *justiça de transição*, *memória* e *reparação* foram introduzidos, de maneira mais efetiva, no ordenamento jurídico apenas no governo do Presidente Álvaro Uribe (2002-2006 e 2006-2010), por meio da Lei de Justiça e Paz (Lei no. 975 de 2005)²³, a qual deu início ao processo de desmobilização o da força paramilitar das Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC). A Lei dispõe sobre a reintegração de membros de grupos armados organizados a margem da lei, como forma de facilitar o processo de pacificação nacional.

A aplicação da Lei de Justiça e Paz significou o desmantelamento de uma estrutura armada de cerca de 30 mil combatentes, embora não haja clareza sobre os desmobilizados que realmente pertenciam às AUC e outros atores armados que vieram do narcotráfico e se aproveitaram dos benefícios penais da lei, passando-se por paramilitares. O processo também teve o efeito de atomizar várias estruturas armadas envolvidas no tráfico de drogas e fomentar novas dinâmicas de integração das sociedades complexas de crime organizado em torno das drogas e da desapropriação de terras, com pactos difusos com setores políticos de diversas áreas do país. Por fim, a Lei de Justiça e de Paz tem produzido resultados precários em relação ao julgamento de responsáveis por crimes de lesa-humanidade, em um contexto geral de impunidade frente à crise humanitária resultante das ações das AUC. (YOKOYA e ALMEIDA, 2016, p.95)

²² Disponível em: <http://sitiosdememoria.org/es/>. Acesso em: 01 jun. 2017.

²³ Disponível em: https://www.cejil.org/sites/default/files/ley_975_de_2005_0.pdf. Acesso em: 01 jun. 2017.

Com o governo de Juan Manuel Santos, antigo aliado e Ministro de Uribe, eleito presidente em 2010, o tema da reparação das vítimas passou a ser o eixo central da reflexão nacional sobre os dispositivos jurídicos para a desmobilização e a construção da verdade, por meio da promulgação da Lei das Vítimas e Restituição de Terras (Lei 1.448 de 2011)²⁴.

A promulgação da Lei 1448, reitera e amplia a legislação anterior, com a tarefa de aplacar o continuado sentimento de ruptura do tecido social colombiano e de injustiça, buscando recompor a confiabilidade do Estado para com os cidadãos, propondo a ideia de reparação total às vítimas dos conflitos armados. Por esse motivo, nela se pautará a nossa análise mais apurada.

Cabe ressaltar a centralidade da questão do deslocamento forçado e a desterritorialização sofrida pela população rural colombiana, cuja lei de vítimas tem que nascer vinculada à reintegração de terras.

Conforme descrito no artigo 1º, o objeto da Lei é:

establecer un conjunto de medidas judiciales, administrativas, sociales y económicas, individuales y colectivas, en beneficio de las víctimas de las violaciones contempladas en el artículo 3º de la presente ley, dentro de un marco de **justicia transicional**, que posibiliten hacer efectivo el goce de sus **derechos a la verdad, la justicia y la reparación con garantía de no repetición**, de modo que se **reconozca su condición de víctimas y se dignifique a través de la materialización de sus derechos constitucionales**²⁵.

A memória ou a rememoração se impõe como estratégica na reintegração social das vítimas. De acordo, com o artigo 3º, são consideradas **vítimas**:

Se consideran víctimas, para los efectos de esta ley, aquellas personas que individual o colectivamente hayan sufrido un daño por hechos ocurridos a partir del 1º de enero de 1985, como consecuencia de infracciones al Derecho Internacional Humanitario o de violaciones graves y manifiestas a las normas internacionales de Derechos Humanos, *ocurridas con ocasión del conflicto armado interno*.

También son víctimas el cónyuge, compañero o compañera permanente, parejas del mismo sexo y familiar en primer grado de consanguinidad, primero civil de la víctima directa, cuando a esta se le hubiere dado muerte o estuviere desaparecida. A falta de estas, lo serán los que se encuentren en el segundo grado de consanguinidad ascendente.

²⁴

Disponível em: <https://www.centrodememoriahistorica.gov.co/micrositios/caminosParaLaMemoria/descargables/ley1448.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2017.

²⁵ Grifos nossos

De la misma forma, se consideran víctimas las personas que hayan sufrido un daño al intervenir para asistir a la víctima en peligro o para prevenir la victimización.

La condición de víctima se adquiere con independencia de que se individualice, aprehenda, procese o condene al autor de la conducta punible y de la relación familiar que pueda existir entre el autor y la víctima.

Cabe destacar acerca dessa exclusão, os parágrafos 3º e 4º:

Parágrafo 3º. Para los efectos de la definición contenida en el presente artículo, no serán considerados como víctimas quienes hayan sufrido un daño en sus derechos como consecuencia de actos de delincuencia común.

Parágrafo 4º. Las personas que hayan sido víctimas por hechos ocurridos antes del 1º de enero de 1985 tienen derecho a la verdad, medidas de reparación simbólica y a las garantías de no repetición previstas en la presente ley, como parte del conglomerado social y sin necesidad de que sean individualizadas.

O recorte temporal estabelecido se explica pela exacerbação da violência nos anos de 1980 e a decisão política de incorporar os acontecimentos conhecidos como holocausto do Palácio da Justiça ocorridos em 1985. A eleição de quem são as vítimas do conflito, apesar das ressalvas, estabelece um recorte político sobre qual o conjunto de memórias individuais deve ser inserido na memória coletiva da nação e, mais, eleva essa inserção à categoria de dever de Estado, atribuindo a essa ação uma forma de reparação e a garantia da não repetição dos atos vitimizantes.

Ficam resguardados ainda pela Lei, os princípios de dignidade, boa fé igualdade, garantia do devido processo, justiça transicional. Explicitando no artigo 8º, **justiça de transição** como:

los diferentes procesos y mecanismos judiciales o extrajudiciales asociados con los intentos de la sociedad por garantizar que los responsables de las violaciones contempladas en el artículo 3º de la presente Ley, rindan cuentas de sus actos, se satisfagan los derechos a la justicia, la verdad y la reparación integral a las víctimas, se lleven a cabo las reformas institucionales necesarias para la no repetición de los hechos y la desarticulación de las estructuras armadas ilegales, con el fin último de lograr la reconciliación nacional y la paz duradera y sostenible.

Segundo o artigo 28, é **direito das vítimas**:

1. Derecho a la verdad, justicia y reparación.
2. Derecho a acudir a escenarios de diálogo institucional y comunitario.
3. Derecho a ser beneficiario de las acciones afirmativas adelantadas por el Estado para proteger y garantizar el derecho a la vida en condiciones de dignidad.
4. Derecho a solicitar y recibir atención humanitaria.
5. Derecho a participar en la formulación, implementación y seguimiento de la política pública de prevención, atención y reparación integral.
6. Derecho a que la política pública de que trata la presente ley, tenga enfoque diferencial.
7. Derecho a la reunificación familiar cuando por razón de su tipo de victimización se haya dividido el núcleo familiar.
8. Derecho a retornar a su lugar de origen o reubicarse en condiciones de voluntariedad, seguridad y dignidad, en el marco de la política de seguridad nacional.
9. Derecho a la restitución de la tierra si hubiere sido despojado de ella, en los términos establecidos en la presente Ley.
10. Derecho a la información sobre las rutas y los medios de acceso a las medidas que se establecen en la presente Ley.
11. Derecho a conocer el estado de procesos judiciales y administrativos que se estén adelantando, en los que tengan un interés como parte o intervinientes.
12. Derecho de las mujeres a vivir libres de violencia.

O Título IV estabeleceu as **medidas de reparação às vítimas**:

Las víctimas de que trata esta ley, tienen derecho a obtener las medidas de reparación que propendan por la restitución, indemnización, rehabilitación, satisfacción y garantías de no repetición en sus dimensiones individual, colectiva, material, moral y **simbólica**. Cada una de estas medidas será implementada a favor de la víctima dependiendo de la vulneración en sus derechos y las características del hecho victimizante.

O artigo 141 tratou, especificamente, da **Reparação Simbólica**.

Se entiende por reparación simbólica toda prestación realizada a favor de las víctimas o de la comunidad en general que tienda a asegurar la preservación de la memoria histórica, la no repetición de los hechos victimizantes, la aceptación pública de los hechos, la solicitud de perdón público y el restablecimiento de la dignidad de las víctimas.

O artigo 142 estabeleceu o **Dia Nacional da Memória e Solidariedade com as vítimas**, no dia 9 de abril (mais uma vez fazendo menção ao episódio do Bogotazo). Colocou que além das celebrações nacionais, o Congresso deve se reunir nesse dia a ouvir as vítimas.

O artigo 143 fixou como o **Dever de Memória do Estado**, o que se traduz em propiciar garantias e condições necessárias para que a sociedade, através de suas diferentes expressões como vítimas, universidades, ONGs, etc. contem com autonomia e garantia orçamentária para avançar em exercícios de reconstrução da memória.

De acordo com o artigo 144 – **Dos arquivos sobre violações aos direitos humanos e infrações ao direito internacional humanitário por ocasião do conflito armado interno**, a Lei estabeleceu:

Dentro de los seis (6) meses siguientes a la promulgación de la presente Ley, el Centro de Memoria Histórica, diseñará, creará e implementará un Programa de Derechos Humanos y Memoria Histórica, el cual tendrá como principales funciones las de acopio, preservación y custodia de los materiales que recoja o de manera voluntaria sean entregados por personas naturales o jurídicas, que se refieran o documenten todos los temas relacionados con las violaciones contempladas en el artículo 3° de la presente Ley, así como con la respuesta estatal ante tales violaciones.

No artigo 145 – **Ações em matéria de Memória Histórica**:

Dentro de las acciones en materia de memoria histórica se entenderán comprendidas, bien sean desarrolladas por iniciativa privada o por el Centro de Memoria Histórica, las siguientes:

1. Integrar un archivo con los documentos originales o copias fidedignas de todos los hechos victimizantes a los que hace referencia la presente ley, así como la documentación sobre procesos similares en otros países, que reposen en sitios como museos, bibliotecas o archivos de entidades del Estado.
2. Recopilar los testimonios orales correspondientes a las víctimas y sus familiares de que trata la presente ley, a través de las organizaciones sociales de derechos humanos y remitirlos al archivo de que trata el numeral anterior, para lo cual se podrá incorporar lo obrado en las audiencias públicas realizadas en el marco de la Ley 975 de 2005, siempre y cuando no obste reserva legal para que esta información sea pública, y no constituya revictimización.
3. Poner a disposición de los interesados los documentos y testimonios de los que tratan los numerales 1 y 2 del presente artículo, siempre que los documentos o testimonios no contengan información confidencial o sujeta a reserva.

4. Fomentar a través de los programas y entidades existentes, la investigación histórica sobre el conflicto armado en Colombia y contribuir a la difusión de sus resultados.
5. Promover actividades participativas y formativas sobre temas relacionados con el conflicto armado interno, con enfoque diferencial.
6. Realizar exhibiciones o muestras, eventos de difusión y de concientización sobre el valor de los derechos humanos.
7. El Ministerio de Educación Nacional, con el fin de garantizar una educación de calidad y pertinente para toda la población, en especial para poblaciones en condición de vulnerabilidad y afectadas por la violencia, fomentará desde un enfoque de derechos, diferencial, territorial y repositivo, el desarrollo de programas y proyectos que promuevan la restitución y el ejercicio pleno de los derechos, desarrollen competencias ciudadanas y científico-sociales en los niños, niñas y adolescentes del país; y propendan a la reconciliación y la garantía de no repetición de hechos que atenten contra su integridad o violen sus derechos.

O artigo 146 criou o Centro de Memória Histórica em Bogotá, com o objetivo de reunir e recuperar o material documental, história oral e quaisquer outros meios relativos às violações de que trata o artigo 3º da presente Lei e com a determinação ainda de criação de um Museu Nacional da Memória, ainda em projeto.

O artigo 149, que estabeleceu as garantias de não repetição, cabe destacar:

- b) La verificación de los hechos y la difusión pública y completa de la verdad, en la medida en que no provoque más daños innecesarios a la víctima, los testigos u otras personas, ni cree un peligro para su seguridad;**
- e) La creación de una pedagogía social que promueva los valores constitucionales que fundan la reconciliación, en relación con los hechos acaecidos en la verdad histórica;**
- q) Diseño e implementación de estrategias de pedagogía en empoderamiento legal para las víctimas;**

Fica consolidado ainda Capítulo II – artigo 154, um Registro Único de Víctimas, Unidade Administrativa Especial para Atención e Reparación Integral das vítimas.

O Registro Único de Víctimas (RUV) se consolidou como o primeiro registro oficial de vítimas no país, que teve como características a inclusão de diversas categorias de crimes e danos (*amplitude*) e a sistematização de informações das pessoas que se autodeclaram como vítimas, possibilitando melhor *alcance* e *cobertura* no que concerne aos beneficiários do programa reparatório. O RUV

representa, assim, importante ferramenta de trabalho, especialmente tendo em vista o elevado número de pessoas vitimizadas na Colômbia e à multiplicidade de violações por elas sofridas²⁶.

A implementação da Lei 1448 enfrenta uma série de desafios, assim como todo o processo de reparação às vítimas na Colômbia, por se tratar de uma legislação criada em meio ao conflito armado, não como resultado de um período de transição, como é o caminho mais habitual nesse tipo de legislação e processo.

Dessa forma, como pontua YOKOYA e ALMEIDA (2016), a construção dessa política de reparação e de memória histórica cumpre uma função múltipla: de esclarecimento dos acontecimentos; de reparação no plano simbólico, ao constituir-se como espaço de duelo e denúncia para as vítimas; de reconhecimento do sofrimento social; e de afirmação dos limites éticos e morais que as coletividades devem impor sobre a violência. Além de fundamental instrumental político para as negociações de paz.

Após a Lei 1448, um novo passo importante é estabelecido em 2012: o início dos diálogos de paz entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP) e o governo central, em Havana, Cuba.

Em 2015, os principais avanços em matéria de justiça de transição no país foram o estabelecimento de um acordo para a criação da Jurisdição Especial para a Paz; de um acordo para a localização e identificação de pessoas desaparecidas; e da decisão para a constituição da Comissão da Verdade, Convivência e Não Repetição, após assinatura do Acordo Final de Havana (YOKOYA e ALMEIDA, 2016).

O estabelecimento de uma paz duradoura na Colômbia, apesar de grandes avanços, ainda enfrenta muitos desafios, seja por conta da grande parcela de mobilização de guerrilhas ou de grupos armados ainda em operação; seja pelo

²⁶ De acordo com o RUV é possível visualizar as cifras atualizadas do conflito armado interno na Colômbia, se segundo estatísticas de 1 jun. de 2018, se tem registro de 8.695.898 vítimas registradas, 349.426 vítimas sentenciadas. Ainda é possível acessar outros detalhamentos com filtros por tipologia de conflito, localidade, ano, entre outras informações. Disponível em: <https://www.unidadvictimas.gov.co/es/registro-unico-de-victimas-ruv/37394>. Acesso em 01 jul. 2018.

surgimento de novas organizações criminais, em especial, as *Bandas Criminales* (BACRIM), que emergem tanto no campo como nas cidade impondo mais uma vez o crescimento das taxas de mortalidade e crime comum; ou ainda pela resistência, por parte da população, sobre em que bases a paz deve ser estabelecida, conforme deixou claro a negativa dada pela população em Referendo Popular realizado em outubro de 2016, ao Acordo de Paz de Havana.

Neste contexto de negociação da paz e do processo de apaziguamento social em curso, a institucionalização de um espaço fórum como o Museo Casa de la Memoria, em Medellín, ganha destaque como um espaço potencial de educação e discussão para a sociedade que o abriga, bem como o torna responsável em auxiliar nas políticas de difusão e referenciação de projetos de memória e reparação simbólica em curso no país.

Capítulo 2. Projetos Urbanos Integrados, cultura e memória em Medellín

Apresenta-se aqui uma análise dos planos de desenvolvimento da Alcaldía de Medellín – *Compromisso de toda la ciudadanía (2004 – 2007)* e *Medellín es solidaria y competitiva (2008 – 2011)* e dos que se seguiram, com ênfase nas questões relacionadas à cultura, memória e patrimônio, com o objetivo de traçar um panorama de presente e futuro do contexto cultural e da relação de Medellín com suas memórias.

Para a sua elaboração, utilizaremos documentos oficiais sobre as etapas e definições conceituais do projeto de urbanismo, documentos da *Empresa de Desarrollo Urbano* (EDU), responsável pela execução do projeto, bibliografia crítica acerca das execuções e o Informe Basta Ya! Medellín. Memorias de una guerra urbana, publicado em 2017.

2.1. Medellín em contexto

Medellín possui atualmente uma população de aproximadamente 2,5 milhões de habitantes, segundo os dados da Alcaldía, sendo a segunda maior cidade da Colômbia, precedida apenas pela capital, Bogotá. Geograficamente, encontra-se cravada no Vale do Aburrá, sob a Cordilheira dos Andes, com muitas paisagens e reservas ecológicas.

A área urbana se divide em seis zonas, que por sua vez se dividem em 16 comunas, que se dividem em 49 bairros e 20 áreas institucionais (conforme Figura 1). Essa divisão geopolítica soma-se a uma estratificação social que estabelece “castas” sociais, de acordo com a localização do bairro e suas condições de segurança, habitação, lazer, etc. Essa estratificação (de acordo com a Figura 2) obedece à ordenação de 1 a 6, sendo que os Projetos Urbanos Integrados privilegiaram para suas intervenções os bairros com predominância de estratos de 1 a 3.

Figura 1. Localização de Medellín do Departamento de Antioquia e Medellín subdividido em zonas, corregimientos e comunas. Fonte: (MCM, 2015, p.51)

Figura 2. Mapa de estratos sociales predominantes, 2010. Fuente: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=641447&page=502>. Acceso em: 01 jul. 2017

A configuração da cidade é marcada pela sua localização no Vale do Aburrá e sua função para o escoamento dos produtos da região. Assinala-se ainda o desenvolvimento de um planejamento urbano - *Plan Medellín Futuro* - datado de 1913, concebido por meio de uma convocatória pública feita pela Sociedad de Mejoras Públicas, que havia sido recém-criada e que não foi executado; o segundo e, mais significativo, é o Plano Piloto, realizado pelos arquitetos europeus José Luis Sert e Paul Lester Wiener, entre 1948 e 1952, que foi aprovado e executado parcialmente.

Sert e Wiener eram sócios da empresa Town Planning Associates, com sede em Nova York, com experiências em outras cidades da América Latina. Seguidor de princípios da arquitetura moderna, o Plano se alinhava com iniciativas desenvolvidas por Le Corbursier para Bogotá. A proposta para a cidade, incluía a canalização do rio e a articulação da cidade à sua volta, o reordenamento da região central e a construção de um novo conjunto administrativo – que derivou para a criação do centro de La Alpujarra –, o controle dos assentamentos nas encostas e a construção de um ginásio desportivo Atanasio Girardot. Esse Plano Piloto não foi implementado na sua totalidade, mas é, sem dúvida, uma das principais referências de influência moderna aplicada às cidades latino-americanas e de modelo de planejamento urbano para Medellín²⁷.

Em relação à configuração de sua população, Medellín sofreu um grande aumento populacional, entre os anos de 1950 e 1970, quando ultrapassou a cifra de um milhão de habitantes, conforme vemos no gráfico a seguir:

²⁷ Ver: <http://arqa.com/editorial/medellin-r/la-ciudad-y-su-historia-el-pasado>. Acesso em 05 jul. 2018.

Gráfico 1 - Crescimento populacional de Medellín, 1930-2010

Fonte: <http://www.favelasaopaulomedellin.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/07/8.Disputas-contemporaneas-na-constru%C3%A7%C3%A3o-de-cidade-popular.pdf>. Acesso em 05 jul. 2018.

O crescimento (pós anos 1950) é posterior ao plano de Sert e Wiener e está intimamente relacionado à consolidação da cidade como centro de negócios e polo industrial, em especial relacionado à indústria têxtil e metalurgia. Esse desenvolvimento rápido, articulado às questões do conflito armado interno conformam a ocupação das bordas urbanas e a ocupação ilegal das encostas que emolduram o vale, onde a cidade foi originalmente formada.

Conforme enunciado na Introdução dessa dissertação, a violência em Medellín segue uma cronologia própria com especificidades e cifras bastante específicas. Sob essa perspectiva, se explica o desenvolvimento do Informe *Medellín: memórias de uma guerra urbana* (GRUPO DE MEMORIA HISTÓRICA, 2013), que confere à cidade a prerrogativa de sujeito de reparação coletiva, numa perspectiva de “reparar o território” pela violência generalizada sofrida.

Esse documento foi desenvolvido em parceria com o Centro Nacional de Memoria Historica, o Comitê de Justiça de transição e a Alcaldía de Medellín, bem como ongs e a Academia, liderado pela ong Corporación Región.

Medellín é o primeiro território urbano a requerer essa reparação, precedida pelo município rural de San Carlos, também no Departamento de Antioquia, cuja intensidade do conflito armado e desterritorialização foi relatado pelo CNMH por meio do Informe – *San Carlos. Memorias del éxodo el la guerra*.

Por isso, o *Informe Medellín: memorias de una guerra urbana* (GRUPO DE MEMORIA HISTÓRICA, 2013) é emblemático para o país por relatar um contexto de violência urbana, cujo protagonismo do narcotráfico trazem diferenças importantes para a forma do conflito e para as suas resistências.

Para isso, o Informe estabeleceu uma metodologia bastante participativa, que envolveu uma série de oficinas de escuta coletiva, história oral, pesquisas com o estabelecimento de uma periodização para tratar o conflito armado, seguindo as premissas da Lei 1448 de 2011, mas buscando compreender as especificidades dos atores do conflito em Medellín.

A cronologia estabelecida seguiu a ordenação de quatro fases:

Um primeiro período de 1965 a 1981 foi associado ao estabelecimento do conflito armado na cidade, principalmente pela ação de justiça privadas agenciadas e pelo crescimento do negócio de drogas, que começam a influenciar as dinâmicas econômicas e sociais:

Según los datos del Observatorio de Memoria y Conflicto del CNMH y del Registro Único de Víctimas (RUV) entre 1976 y 1981 se registraron 150 víctimas de violencias asociadas al conflicto armado en la ciudad. Este período está caracterizado por bajas cifras de victimización y termina en 1981 con el surgimiento del grupo de justicia privada Muerte a Secuestradores (MAS), a raíz del secuestro de Marta Nieves Ochoa (GRUPO MEMORIA HISTÓRICA, 2013).

O segundo período, de 1982 a 1994, foi caracterizado pela implantação da violência e terrorismo do narcotráfico, em especial, do Cartel de Medellín, ao mesmo tempo marcado pela violência política e pela ação das milícias paramilitares.

Este período está marcado por el aumento general de las formas de violencia, lo cual se puede ver en las 11.249 víctimas relacionadas con las violencias asociadas al conflicto armado en la ciudad registradas por el Observatorio de Memoria y Conflicto del CNMH y por el RUV. Este período terminó con la desmovilización de uno de los actores: las milicias populares (GRUPO MEMORIA HISTÓRICA, 2013).

O terceiro período, 1995 a 2005, se configurou pela expansão dos paramilitares e das guerrilhas rurais no país e na Antioquia, que se converteu no principal território bélico da Colômbia.

Medellín y su región metropolitana, fue el centro geográfico y logístico de este conflicto y se convirtió en objetivo de la disputa militar entre organizaciones paramilitares (em algunas de las cuales los narcotraficantes jugaron un papel central) y entre ellas y organizaciones milicianas y guerrilleras. Durante este momento la ciudad fue objeto de una intervención militar más contundente por parte del Estado, cuyo episodio más conocido fue la operación Orión. Según datos del Observatorio de Memoria y Conflicto del CNMH y el RUV, entre 1995 y 2005 la ciudad tuvo 52.004 víctimas de violencias asociadas al conflicto armado. Esto quiere decir que en este período ocurrieron el 39,2 % de los casos de victimización asociados al conflicto armado. Este momento culminó con la desmovilización paramilitar (BCN en 2003 y Héroes de Granada en 2005) (GRUPO MEMORIA HISTÓRICA, 2013).

O último período, de 2006 a 2014, é marcado pelo declínio das guerrilhas e dos grupos paramilitares, o que demonstra avanços na contenção da violência por parte do Estado e aumento da sua capacidade de implantação de políticas públicas, como o PUI, a ser tratado à frente:

También hubo un mayor rechazo social a la violencia y a la guerra. Sin embargo, la ciudad fue testigo de un reacomodo de estructuras criminales y fue epicentro de la reinserción de paramilitares desmovilizados. Esto estuvo acompañado de complejos procesos de rearme y de nuevas expresiones de violencia, como el asesinato de líderes, especialmente de jóvenes relacionados con propuestas de resistencias artísticas y culturales, la exacerbación de las llamadas fronteras invisibles, el asesinato y la violencia contra las mujeres. De hecho, según datos del Observatorio de Memoria y Conflicto del CNMH y el RUV, entre 2006 y 2014 la ciudad tuvo el número más alto de víctimas 68.310 víctimas, la mayoría de ellas de desplazamiento intraurbano (GRUPO MEMORIA HISTÓRICA, 2013).

O Informe estabeleceu ainda a especificidade dos atores do conflito armado em Medellín, como:

En Medellín han actuado, durante las tres décadas a las que hace referencia este informe, los grupos armados que han tenido expresión a nivel nacional (guerrillas y paramilitares), así como expresiones locales (milicias) y consecuencias variadas del narcotráfico. A esta confluencia se suma la respuesta, con frecuencia laxa, permisiva e improvisada, de las instituciones públicas llamadas a garantizar el orden público y la seguridad de los ciudadanos.

Incluso se ha denunciado la participación de algunos sectores de la fuerza pública en acciones ilegales (GRUPO MEMORIA HISTÓRICA, 2013).

O Informe apurou também que as violências associadas ao conflito armado assumiram várias formas e estavam associadas a disputas pelo controle dos territórios dentro da cidade, o que impactou significativamente a relação dos cidadãos com esse espaço urbano. As violências eram as mesmas identificadas em outras regiões, com assassinatos seletivos, desaparecimento forçada, violência sexual, deslocamento forçado, massacres, sequestros, recrutamento forçado e danos ao patrimônio público e privado.

Según los datos recopilados por el Observatorio del Centro Nacional de Memoria Histórica, en Medellín no se reconoce al autor en la mayoría de los casos de victimización (49 %). En el 51 % restante los autores reconocidos son, en su orden: grupo paramilitar (25 %), guerrilla (15 %), grupo posdesmovilización (15 %), y agentes del Estado (1 %) (GRUPO MEMORIA HISTÓRICA, 2013).

O Informe, contudo, não se preocupou apenas em relatar e informar sobre as cifras das violências e suas capilaridades, apresenta também indicativos de como a cidade resistiu e criou bases para um futuro mais igualitário, defendendo que a cultura e a preservação da memória são definidoras desse processo.

En los ámbitos individual y cotidiano, sectores significativos de la población de Medellín encontraron siempre formas de resistir a los violentos intentos de dominio y control de los actores armados. En toda la ciudad se usaron acciones de resistencia subterránea, connivencia o adaptación: desde la confrontación a los que querían imponer su orden a la fuerza hasta acciones invisibles que buscaban reconfigurar la cotidianidad perdida por la guerra (GRUPO MEMORIA HISTÓRICA, 2013).

Essa configuração complexa do tecido urbano, marcada pela falta de políticas urbanas pelo Estado, deu origem aos projetos de desenvolvimento urbanísticos e culturais do início dos anos 2000, cuja Alcaldía de Fajardo capitalizou no conceito de Projeto Urbano Integrado.

2.2. Projeto Urbano Integrado (Proyectos Urbanos Integrales de Medellín – PUI)

O Projeto Urbano Integrado (PUI) para a cidade de Medellín foi fruto de discussões iniciadas nos anos de 1990, que se materializaram em 2004, com a eleição do candidato independente, o matemático Sergio Fajardo para a Alcaldía.

Em 1989, é criada a Lei 9 ou Lei de Reforma Urbana da Colômbia. Esta lei introduziu no ordenamento legal colombiano uma série de novos instrumentos para a gestão do solo urbano, bastante preocupada com planejamento e ordenamento territorial e desenvolvimento das cidades. Com a promulgação de uma nova Constituição, em 1991, surgiu a necessidade de adequação às novas normas estabelecidas por ela e, em 1997, foi aprovada em Lei 388, que ampliou a Lei 9, a Lei Orgânica de Desenvolvimento, a Lei Orgânica de Áreas Metropolitanas e a Lei do Sistema Nacional Ambiental, estabelecendo os seguintes princípios, nos termos da lei: ordenamento territorial, função pública do urbanismo e participação democrática.

Com isso, em paralelo, à problemática do conflito armado, se observa que uma série de discussões e ordenamentos acerca de planejamento urbano ocorre na Colômbia, especialmente em Bogotá. Nesse sentido, essas discussões exercerão enorme influência sobre os processos de transformação de Medellín nos anos seguintes.

A Alcaldía de Fajardo propõe, com base nas citadas legislações, uma grande transformação para Medellín, em comunhão com um momento de polarização da repressão estatal no combate ao narcotráfico e ao conflito armado, em curso no país desde a década de 1990. Essa política elegeu a arquitetura e o replanejamento urbano como “ferramenta de transformação social”, partindo de um diagnóstico e de uma rígida setorização e hierarquização de tarefas para cumprir audaciosas metas de transformação radical na cidade. Seu plano buscou unir ações de impacto e curto prazo de execução.

Para isso, dois fatores merecem atenção: primeiro o estabelecimento de aparatos legais descentralizados, por meio de parcerias tanto com a sociedade civil como com empresas, das quais destacam-se como agentes produtores do

espaço a Empresa de Desenvolvimento Urbano (EDU)²⁸, Empresas Públicas de Medellín (EPM)²⁹, ambas têm interesses e funções diferentes. A EDU, para o desenvolvimento de Projetos Urbanos Integrals (PUI), através de seu desenho, gestão e execução, com a articulação entre setores e coordenação interinstitucional e as Empresas Públicas de Medellín, empresa única prestadora de todos os serviços públicos da cidade e sua região metropolitana, principal patrocinadora do projeto integrado.

Além de uma Agencia criada para receber os aportes internacionais; esses instrumentos garantiram a implementação de ações de curto prazo, com entregas em todos os anos da gestão publicitados, por um aparato poderoso de comunicação institucional.

Juntamente com o PUI, a Alcaldía contava com outros dois instrumentos de gestão: o Plano de Ordenamento Territorial (POT), com respaldo na legislação federal e o Plano Diretor de áreas verdes, priorizando a recuperação de bacias hidrográficas, áreas em risco ambiental, gestão do espaço público, habitação social e políticas mais eficientes de ocupação do solo, igualmente respaldado pelo Sistema Nacional Ambiental. Com isso, o PUI deve ser entendido como

(...) instrumento de intervención urbana que abarca lo social, lo físico e lo institucional para resolver problemáticas en territorios definidos, poniendo todas las herramientas del desarrollo de forma simultánea. Es implementado en lugares donde existía una marcada ausencia del Estado, en procura del mejoramiento de las condiciones de vida de sus habitantes mediante la ejecución de iniciativas de desarrollo integral que acerquen a la administración municipal con las comunidades.

Como modelo de intervención integral contiene componentes de participación comunitaria, coordinación interinstitucional, promoción de vivienda, mejoramiento del espacio público y de la movilidad, adecuación de equipamientos colectivos y recuperación del medio ambiente.

²⁸ Empresa Industrial e Comercial do Estado que tem como objeto o desenvolvimento de projetos urbanísticos e imobiliários para o bem-estar dos cidadãos. Criada em setembro 1993, para a construção do parque urbano San Antonio, na cidade de Medellín; em 1996, transformou-se na promotora imobiliária da cidade. Em 2002, foi modificado seu estatuto para dar o nome de Empresa de Desenvolvimento Urbano Disponível em: <https://www.edu.gov.co/site/edu-institucional/quienes-somos-edu>. Acesso em: 01 jun. 2017.

²⁹ EPM é uma empresa de serviços públicos e dominiliares, fundada em 1955, para o atendimento apenas dos habitantes de Medellín, da onde expandiu a prestação de serviços para outras regiões da Antioquia e da Colômbia. Organizada como ente descentralizado na figura jurídica de “empresa industrial y comercial del Estado”, de propriedade do Municipio de Medellín. Hoje a EPM chega a 123 municipios de Antioquia. Disponível em: <https://www.epm.com.co/site/home/institucional>. Acesso em 29 de setembro de 2018.

El espacio público fue comprendido como plataforma cotidiana en la que habitan las personas y se desarrollan como individuos y ciudadanos, por ello fue construido como herramienta para la inclusión social; la movilidad actuó como sistema conector de la trama urbana para fomentar la articulación; el equipamiento como punto de referencia asociado a usos que complementan la vida individual y colectiva; la vivienda y su entorno como soporte del individuo y la familia.

Su componente social es fundamental en la estrategia metodológica para lograr que la comunidad participe activamente en todas las etapas del proceso, desde la identificación de problemáticas y oportunidades a través de recorridos de campo, hasta la formulación y la aprobación de los proyectos mediante la utilización de prácticas de talleres participativos. El componente físico incluye la construcción y el mejoramiento de espacios públicos y vivienda; adecuación de edificios públicos y recuperación del medio ambiente, a través de la construcción de parques, aspectos que enmarcan la intervención. (INTERVENCIONES URBANAS EN ASENTAMIENTOS PRECARIOS DE MEDELLÍN, 1980-2011, p.39)

O PUI estabeleceu territórios de intervenção: *PUI Nor Oriental*, o *PUI Comuna 13 (Centro Occidental)*, o *PUI Centro Oriental* e o *PUI Nor Occidental*, todos esses em zonas de grande vulnerabilidade social e predominância dos estratos de 1 a 3.

Figura 3. Distribuição geográfica dos Projectos Urbanos Integrales. Fonte: EDU Medellín

De acordo com essa territorialização, o Projeto estabeleceu os seguintes eixos³⁰:

Habitação:

Uma casa decente para todos

O investimento público em habitação é destinado às populações de baixa renda em situações críticas e de risco. Além do compromisso de levantar mais unidades habitacionais, o desafio é com as pessoas que os habitam. Locais adequados para desfrutar, com todas as condições para que todos vivam com dignidade.

Parques bibliotecas:

Espaços para todos e todas

A cidade abre as portas para o encontro, através de bibliotecas, lugares com espaços para todos e todas, que vão desde salas de leitura, espaços de exposição, lugares para reuniões da comunidade e encontros com a cultura, assim como auditórios. Os Parques Bibliotecas são edifícios vivos, que são preenchidos de ar a cada um dos usuários que os visitam.

Escolas:

Medellín segue o caminho em direção a uma educação melhor.

A educação é o caminho pelo qual você pode almejar uma melhoria da qualidade de vida; escolas com todas as condições físicas para receber dignamente a crianças e jovens é a meta para este quadriênio; as escolas são uma oportunidade e motivos para melhorar o nível acadêmico que nos leva a ser a Medellín mais educada que todos nós queremos.

Parques lineares:

Recuperar nossos rios, nossa contribuição para o meio ambiente.

Medellín tem muitos afluentes de água, fato que nunca antes tinha sido levado em conta. Estamos agora olhando para os nossos riachos, a fim de recuperá-los para torná-los espaços mais amigáveis, locais de encontro para todos os membros da família. Espaços públicos e áreas verdes são gerados e condições ambientais são melhoradas.

Jardins sociais:

Nossos filhos em condições dignas.

Pequenos mundos feitos de fantasia e do tamanho de pequenos de 0 a 6 anos. Os jardins sociais não são apenas berçários, mas são lugares para as crianças em nossa sociedade começarem a ver e sentir uma cidade justa e solidária desde a primeira infância, como oportunidade de inclusão no desenvolvimento da sociedade.

Equipamentos de segurança:

Uma Medellín segura em que todos confiamos.

³⁰ Disponível em: <http://proyectosurbanosintegrales.blogspot.com.br/p/que-es-el-pui.html>. Acesso em: 01 ju. 2017 (Tradução nossa.)

A confiança nas instituições, dada a proximidade aos cidadãos. É instalam e permanecem, com novas delegacias, porque Medellín sem violência é convivência.

Corredores de mobilidade:

Rua como local de encontro.

A cidade tem muitas avenidas e ruas emblemáticas, mas que nem todos conhecem. As intervenções sobre estas ruas as tornam visíveis para a cidade e disponibilizadas a todos os residentes, criando espaços de encontro e de melhores oportunidades de promoção comercial.

O PUI assim divulga como valores fundamentais da transformação urbana uma intervenção integral na cidade com a máxima qualidade, grandes edificações, investimento em mobilidade urbana, educação pública e cultura, com o objetivo de inclusão e equidade social.

Dessa forma, como principal meta do *Plano de Desenvolvimento Municipal de 2004-2007 (Compromiso de Toda la Ciudadanía)*, em política urbana, destacamos a melhoria da qualidade de vida e de desenvolvimento humano, em particular, dos territórios mais desfavorecidos da cidade. A política de continuidade estabelecida com o *Plano de 2008-2011 (Medellín, es Solidaria y Competitiva)* seguiu o modelo público centrado em direitos humanos, civis, políticos, econômicos e ambientais, e no fortalecimento dos processos de planejamento participativo, com ênfase à questão de atenção às vítimas do conflito armado, como será melhor explorado no capítulo seguinte ao se tratar na concepção e implantação do Museo Casa de la Memoria.

O planejamento de longo prazo imposto pelo PUI rompe com a gestão setorial e fragmentada de cada secretaria e entidade descentralizada, com o atendimento sob a urgência e conjuntura; com a tradição do clientelismo para se relacionar com os agentes sociais, a corrupção, a impunidade, as diferenças, e o isolamento entre as cidades formal e informal. A continuidade das prefeituras nos períodos de 2004-2007 e 2008-2011, de corte alternativo e com gestões baseadas em princípios éticos, visão democrática, com respaldos social e acadêmico e da empresa privada, foi orientada para a obtenção de resultados, de maneira transparente e eficaz (URAN, 2013). Por meio dessas gestões públicas, empresários e elites pretenderam transformar Medellín em modelo de desenvolvimento racional, promovendo os níveis de competitividade econômica, atração comercial e turística, aos patamares nacional e internacional, de sustentabilidade ambiental, prevalência do interesse coletivo, e inclusão social (MARTIN, 2012, p. 452 -471).

2.3. A transformação pela cultura

O processo de transformação urbana logrou a Medellín uma inversão de sua imagem, nacional e mundial: de cidade violenta e marginal à cidade que viveu a experiência da diminuição da violência, em tempo recorde, mas como estratégia de marketing do que por sua real efetividade, considerando que:

Os planos e as intervenções nas áreas centrais não contemplam propostas na esfera da produção no contexto da flexibilização produtiva. O que há é a regularização de processos de usos do solo, para o fluxo de mercadorias e capitais, mas não para a massa de pessoas que vivem nesses espaços – em Medellín, em maio de 2012, registrou-se que 31% da população da cidade viviam em condições de pobreza, conforme já mencionado (PROGRAMA MEDELLÍN CÓMO VAMOS, 2012).

Existe um predomínio de interesse em deslocar a população da informalidade e da sobrevivência através da normatização-estratificação, desse modo, conduzindo-os também à condição de consumidores, competindo pelo direito à cidade. (CARMONA, 2013, p.20)

No entanto, são procedentes os índices que mostram uma diminuição da mortalidade por homicídios, desde 1991 a 2017, a diminuição foi brutal – o que significa que a cidade passou de 382 mortes violentas a cada 100.000 habitantes em 1991, quando recebeu o título de cidade mais violenta do mundo, segundo a ong mexicana *Libertad, Justicia y Paz*, para 22 mortes violentas a cada 100.000 habitantes. Vale ressaltar ainda que toda a Colômbia viveu uma diminuição da violência nesse período³¹.

Contudo, mais que uma redução objetiva de violência e melhoria na qualidade de vida da população (em especial dos estratos mais baixos), considerando que Medellín e a Colômbia seguem entre regiões de marcada desigualdade social, ocorreu sim uma transformação simbólica, com grande poder midiático, com um aumento da autoestima da cidade, da confiança e da estabilidade da vida urbana marcada pela retomada do Estado sob alguns territórios, uma participação cidadã em alguns processos decisórios, inclusive no que diz respeito ao recente aumento da violência na cidade.

³¹ Abril fue el mes menos violento en 4 décadas en Medellín. **El Tiempo**. 03 mai. 2016. Disponível em <http://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-16580905>. Acesso em 01 jul. 2018.

Essa transformação de Medellín tem como marco a implantação de uma série de ícones arquitetônicos. Os equipamentos construídos configuram uma nova paisagem e uma nova imagem para a cidade. Gradativamente, a cidade ganhou por intermédio de formas - de escala monumental, de materiais e cores, novos edifícios emblemáticos dessa nova era urbana – o que contrasta com a precariedade dos bairros populares nos quais estão localizados. Isso pode ser observado nos equipamentos culturais e educacionais, assim como nos centros de justiça ou nas estações de metrô ou metrocable.

De esta manera, el gobierno de Medellín adopta la estrategia de monumentalización de la periferia, propuesta por el arquitecto Oriol Bohigas para la transformación de Barcelona a comienzos de los años ochenta. Se trataba de recalificar las zonas periféricas de la ciudad a través del arte público o de obras de arquitectura que pudieran ser consideradas como monumentos, generadores de identidad y cohesión social.

Precisamente, el propio Bohigas en una columna publicada en el diario El País de España, a propósito de los cambios en Medellín, señalaba:

La nueva arquitectura -en las comunas y en el centro urbanizado- es de una calidad sobresaliente, alejada de cualquier populismo e incluso de cualquier pintoresquismo, atenta a una pasada tradición colombiana de modernidad...esta exigencia de calidad, a pesar de los apuros y de las necesidades urgentes, está participando en la creación de una nueva autoestima colectiva. (FRANCO, 2014, p.14)

Essa transformação estética foi acompanhada por uma narrativa construída, a partir da identificação de uma dívida histórica da cidade com as classes mais populares e vítimas de mais de 30 anos de um duríssimo conflito armado interno, como relatado anteriormente. Essa situação de violência estabeleceu os parâmetros dessa transformação e os promoveu por meio de *slogans* e de intensa campanha de convencimento popular.

Lo que ha llamado poderosamente la atención con respecto a Medellín, es cómo ha logrado, en el transcurso de algo más de una década, desprenderse de la imagen internacional de ciudad violenta, construir una nueva imagen como ciudad innovadora, creativa y convertirse en “ejemplo internacional de transformación”. Este gran giro se atribuye, fundamentalmente, al desarrollo de una serie de iniciativas urbanas más o menos innovadoras en materia de **espacio público, educación y cultura**, que han pretendido crear un ambiente de normalidad y control, especialmente en las zonas de la ciudad más afectadas por la violencia. Desde esta perspectiva, dos de los programas emblemáticos de la ciudad han sido, en primer lugar, “Medellín la más educada”, que parte del principio según el cual “la mejor manera de combatir las desigualdades y la violencia es garantizar una educación con calidad y

pertinencia para fomentar la inclusión...crear igualdad de oportunidades”. En segundo lugar, argumentando que la ciudad tenía una deuda histórica con los sectores pobres, excluidos y más golpeados por la violencia, se trató de saldarla a través del “urbanismo social”, que incluye la construcción de obras de infraestructura como el sistema de transporte Metrocable, los parques-biblioteca, los colegios de calidad, los jardines infantiles Buen Comienzo y proyectos urbanos integrales, que han tenido un impacto significativo en términos estéticos y sociales (FRANCO, 2014, p.2).

Com isso, Medellín conta atualmente com uma série de espaços públicos e equipamentos culturais de qualidade internacionalmente reconhecidas – isso em termos de desenho e de programação.

O grande projeto, de repercussão nacional é, sem dúvida, o dos Parques Bibliotecas. Atualmente, são nove. Conforme figuras 4 e 5, cinco deles construídos entre 2004 e 2007 (PB Parque Espanha, PB La Ladera, PB La Quintana, PB San Javier e PB Belén). Entre 2008 e 2011, foram construídos os PB Las Instancias, Doce de Octubre, Guayabal, San Antonio de Prado e San Cristóbal, todos em comunas e corregimientos tradicionalmente marginalizados, como já explicitado.

Figura 4. Parques Bibliotecas construídos 2004-2007. Fonte: (MELGUIZO, 2015).

Esses novos equipamentos são espaços multifuncionais com praças, terraços, espaços para teatro, música, cinema, etc.

En la escala barrial los parques-biblioteca, junto con otras intervenciones en materia de movilidad y espacio público, han configurado áreas de centralidad periférica asociadas a la cultura (MELGUIZO, 2015).

Outro importante destaque da transformação urbana é a recuperação do Eixo Carabobo, grande conector do centro tradicional da cidade com os bairros de Alpujarra e a zona norte de Medellín, que se consolidou como um novo corredor cultural.

Se trata de una vía histórica de valor patrimonial y cultural, que desde finales del siglo XIX ha funcionado como elemento articulador de la estructura de la ciudad en términos urbanos y funcionales. Ha servido de emplazamiento de edificaciones institucionales, comerciales y culturales de alcance metropolitano, que lo han convertido en un referente de la historia de la ciudad, y más recientemente, en el escenario en donde se perfila la ciudad cultural e innovadora con proyección internacional.

Las intervenciones sobre Carabobo y su configuración como paseo urbano y corredor cultural, hacen parte de lo que se conoce como el “Nuevo norte de la ciudad”, un conjunto de proyectos locales que según

el inaugurada, el edificio entró en rehabilitación por desprendimientos en la fachada (MORALES RAMÍRES, 2009).

Dessa forma, os novos equipamentos foram articulados com edifícios históricos, como, por exemplo, o conjunto monumental do Museo de Antioquia, o Palacio de la Cultura e Plaza de las esculturas de Botero, bem como a Universidad de Antioquia, a Casa de la Música e os equipamentos novos da Zona Norte - Parque interactivo de los Deseos, o Parque Explora, o Planetário e o Jardim Botânico.

Cabe aqui destacar a criação do Museo Casa de la Memoria, integrado ao Parque Bicentário, como exemplo contundente de integração da população local e articulação do processo de transformação urbana com “causas da cidade”, ligadas diretamente com a violência do conflito interno.

Por fim, podemos citar a criação do Centro de Inovação e Negócios Criativo – Ruta N, criado em 2009, pela Alcaldía e empresas privadas, que converteu a zona norte da cidade em *cluster*, integrando ciência, tecnologia e inovação e reunindo empreendedores, empresas e instituições educacionais.

Assinala-se que a implantação dos equipamentos culturais ao integrar o Projeto Urbano Integrado (PUI) está inserida em um amplo processo de alteração da ordem urbana – o que não isola os equipamentos culturais como únicos vetores de desenvolvimento, tendo igual importância para isso, os projetos ambientais, de mobilidade e de moradia, como se pode observar na figura 6.

Figura 6. Projetos Urbanos Integrados – A transformação de Medellín, uma ação social. Fonte: (MELGUIZO, 2015).

Em termos de eventos, Medellín ampliou e diversificou sua oferta cultural com atividades voltadas para a população local e outras destinadas a atrair turistas, como a Feira das Flores, o Festival Internacional de Altavoz (2004), o Festival de Artes Performativas (2004), a Festa de Livros e Cultura (2007) e, mais recentemente, o Hay Festival Medellín (2015).

Como eventos internacionais relacionados ao setor, enfatiza-se o III Congresso Ibero-americano de Cultura (2010) dedicado à música, promovido pela Organização dos Estados Ibero-Americanos. Destacam-se também a V Conferência Internacional de Cidades Criativas (2012), coordenada pela Fundação Kreanta, uma das entidades de cooperação mais comprometida com a divulgação internacional da transformação de Medellín e promotora de cidades criativas na América Latina e VII Foro Urbano Mundial de ONU-Hábitat (2014).

Hoje, é possível afirmar que existe uma imagem de Medellín, tanto na Colômbia como em outros países, não apenas ligada às histórias do narcotráfico e da violência, mas também associada ao êxito da transformação social, urbana e cultural. Esse êxito se consolidou com a formulação de um *Plano de desenvolvimento cultural de Medellín 2011 – 2020* (*Plan de desarrollo cultural de*

Medellín 2011 – 2020), ampliando os prazos de uma gestão para um processo mais duradouro, com os seguintes critérios:

- **La cultura se asume como un derecho y como un factor de inclusión y de equidad.** Se debe buscar, como sociedad, que la cultura sea oportunidad para todos, que lo mejor de la cultura esté al acceso de la mayoría, que la mayoría tenga realmente derecho al acceso a lo mejor de la cultura. Con la cultura como derecho podremos ser una mejor sociedad.

- **Cultura para la convivencia.** En una ciudad y un país donde las violencias están presentes en la vida de la mayoría de sus habitantes, el norte de todas las políticas públicas debe ser la convivencia. Y la cultura, por lo tanto, se convierte en proceso clave: Los escenarios, la programación cultural y las fiestas, se convierten en escenarios de convivencia, de creación y de proyección cultural, y son espacios donde se evidencian nuestra memoria, nuestra diversidad y nuestra riqueza cultural, y donde reconocemos las manifestaciones culturales del país y del mundo, como una manera, también, de dejar de “mirarnos el ombligo”: mirar otras realidades, aprender de otros, en especial de contextos donde hay mayor convivencia y menos violencias.

- **El resultado principal que debemos tener de una política cultural es una nueva ciudadanía, unos nuevos ciudadanos y ciudadanas,** conscientes de sus derechos y deberes, participativos, responsables y comprometidos con el presente y futuro de su entorno más inmediato, pero con la responsabilidad y la convicción de que desde su barrio o vereda, desde sus municipios, desde cada uno de ellos y ellas como personas, se construye la transformación de este país, de esta ciudad.

- **Se ha logrado hacer de la cultura una de las herramientas fundamentales en la transformación de Medellín.** El tiempo que desde el gobierno municipal se dedica a la gestión cultural; las decisiones presupuestales trascendentales (la mayor, por supuesto, asignar desde 2004 entre el 5% (2005 – 2011) y el 3 % (2012 – 2015) del presupuesto anual de Medellín a la Secretaría de Cultura); las grandes inversiones en equipamientos culturales que se han convertido en símbolos internos y externos de Medellín; la relevancia que se da a la cultura en la agenda local; las estrategias de posicionamiento ciudadano de la cultura; la transversalización del proyecto cultural en otras dependencias públicas; el conocimiento y reconocimiento de las entidades culturales y, en especial, de las estrategias culturales en muchos barrios: todo lo que hoy llamamos Cultura Viva Comunitaria; la convocatoria al sector privado para que participe activamente –y no solo con apoyo económico- en “la ingeniería y en la jardinería cultural”, todo ello y más, ha sido fundamental para generar una comprensión de la cultura como una de las claves para cambiar nuestras muy duras realidades de ciudad.

Lo que se ha logrado desde 2004 en Medellín, colectivamente, ha sido generar emoción: emocionar desde y con la cultura. Hacer de la cultura un motivo de orgullo de ciudad, de alegría colectiva.

- **La cultura es un objeto permanente de reflexión y de opinión:** mucha gente se siente convocada a pensar y a proponer salidas para los grandes problemas de Medellín y de Colombia, en clave de cultura. Y esas reflexiones, a partir de lo realizado y de los productos y resultados de esas realizaciones, se han convertido también en referentes para otras ciudades y países (MELGUIZO, 2015, p. 2-4).

A cultura, de forma institucionalizada, portanto, passou a fazer parte do planejamento de futuro de Medellín, com equipamentos que a inseriram num cenário internacional de cidade criativo-educadora. Mais do que isso, as autoridades da cidade conseguiram cumprir a premissa constitucional de atenção à diversidade, às demandas regionais de atenção às memórias do conflito armado. Nesse contexto, a cultura tornou-se parte integrante do planejamento urbano, sendo entendida como fator estruturante e prioritário da ordem social. Neste contexto de afirmação político e urbano da cultura, surgiu a oportunidade histórica de aliar ao processo de implantação do Parque Bicentenário, a problemática da memória das vítimas do conflito armado, sob a perspectiva de sua inserção num equipamento museológico cultural e, com isso, insere de uma vez, a problemática não só de superação da violência, mas do compromisso com a memória das vítimas e da reconciliação, na pauta de transformação da cidade.

Capítulo 3. Museo Casa de la Memoria de Medellín: sobre a memória da violência

Un país solo vive en confianza, solo se constituye como nación solidaria cuando comparte una memoria, un territorio y unos saberes originales. No basta tenerlos. Es necesario compartirlos. (William Ospina).

Dentro do efervescente cenário cultural antioquenho, este trabalho elege o processo de criação e consolidação institucional do Museo Casa de la Memoria de Medellín (MCM), localizado no Parque Bicentenario, região central da cidade (entre as comunas 3, 8 e 10), área de grande vulnerabilidade social e empobrecimento, como exemplar para a compreensão das potencialidades do projeto urbano integral, e sua relação com a cultura e com a memória como instrumento de reparação simbólica.

Para isso, buscamos compreender sua concepção em relação às reivindicações memoriais, seu recorte patrimonial e sua relação com a *Ley de víctimas y restitución de tierras* (lei federal, 2011), analisamos o Informe do proyecto Casa de la Memoria (Consultas ciudadanas y talleres com diversos sectores, poblaciones y territoriales de Medellín) (2010 – 2011); os *Informes de gestión* (2013 – 2014), (2016) e (2017); o Manual de mediación. Exposición Medellín: memorias de resistencia y violencia (2014); a publicação Medellín: Memorias de violencia y resistencia (MCM), 2015; o folder da exposição (2015), bem como observação *in loco* dos textos, dos vídeos, das visitas mediadas, do público espontâneo, além de entrevistas com membros da equipe do museu ou profissionais envolvidos em sua concepção.

3.1. Antecedentes e a construção de um projeto de memória

Em 2004, durante o governo do alcalde Sergio Fajardo, na Secretaria de Gobierno, liderada então por Alonso Salazar, é criado o projeto de *Atención a víctimas del conflicto armado* (AVCA) para promover o reconhecimento dos direitos dessa população, por meio do trabalho de memória histórica e do atendimento psicológico. Em 2006, por meio do *Acuerdo municipal 045*, o projeto

AVCA é convertido no *Programa conciliación y convivencia ciudadana*³², que tem como objetivos:

1. Articular las políticas internacionales, nacionales y locales, y las acciones, planes, proyectos y programas de las diversas instancias oficiales y privadas que trabajan en esta perspectiva en la ciudad.
2. Formar espíritus conciliadores en la ciudadanía, con especial énfasis en los servidores públicos, generando y desarrollando aptitudes y actitudes conciliadoras.
3. Diseñar e implementar técnicas de conciliación y negociación de conflictos mediante una amplia gama de capacitaciones, talleres, foros, seminarios, cursos y otras metodologías dirigida a los servidores públicos del Municipio que tengan ingerencia en los procesos de conciliación, reparación,
4. Brindar atención terapéutica y psicológica a las persona víctimas de la violencia.
5. Elaborar la "Memoria" individual y colectiva del conflicto y la violencia mediante programas de "verdad" y "no a la impunidad", difundirla por diversos medios a toda la sociedad a fin de que se cree en el inconsciente de esta generación y de las futuras, la decisión de "NUNCA MÁS".
6. Diseñar procesos restaurativos en beneficio de las víctimas, tanto de restauración moral y síquica como económica.
7. Diseñar metodologías y acciones que permitan nutrir con recursos económicos y financieros los programas de apoyo material y moral.
8. Dotar a todos los servidores públicos que cumplen funciones de policía, ya sean uniformados o no, de herramientas idóneas, tanto éticas como científicas y técnicas para el manejo y resolución de conflictos y que los habilite para servir de mediadores eficientes y eficaces en procesos de conciliación y para que sean gestores de procesos de reconciliación, perdón, reparación, justicia y verdad.
9. Articular el programa contenido en este Acuerdo al Manual de Convivencia Ciudadana.

Essa institucionalização significa um crescimento para o projeto, bem como uma maior capilaridade de suas ações, com especial ênfase na assistência social às vítimas. No ano de 2007, o *Programa de atención a víctimas del conflicto armado* realiza uma série de intervenções artísticas na cidade, com o objetivo de visibilizar e refletir sobre as vítimas³³.

³² Nos documentos consultados no MCM, o programa é sempre mencionado como *Programa de atención a víctimas del conflicto armado*.

³³ Informações acessadas no documento **Trayectoria e Cronología del Museo MCM**, anexada a esse documento e em entrevista com Mercedes Ossa, funcionária da Alcaldía, que foi responsável pelo Programa.

Em 2008, com a vitória de Alonso Salazar Jaramillo para a Alcaldia de Medellín, se inclui em seu plano de governo a construção de um espaço físico referencial para a memória das vítimas do conflito armado no planejamento municipal - *Plan de desarrollo 2008-2011 (Medellín es solidaria y competitiva)*.

Nesse período, o próprio *Programa de atención a víctimas del conflicto armado* e a *Empresa de desarrollo urbano (EDU)* assumem a responsabilidade pelo desenvolvimento do museu. Sua construção é então inserida no projeto de construção do Parque Bicentenário.

É composto também um Comitê Assessor para o MCM, que reuniu o setor público e o privado. No setor público estão: o secretário de governo e direitos humanos; a diretora do *Programa de atención a víctimas del conflicto armado*; o secretário de cultura; o diretor do Centro de memoria histórica; o conselho municipal e a diretora territorial da *Unidad nacional de atención y reparación a víctimas*. Some-se ainda, a Cooperação internacional da Agencia espanhola de cooperación para el desarrollo (AECID) e do Centro internacional de justiça transicional (ICTJ). No setor privado, estão: o presidente de Proantioquia e o diretor do centro de fé e culturas. Além da presença de ongs, da academia, de instituições culturais e de profissionais de diversas áreas e cidadãos, tais como, o Museo de Antioquia, a Corporación región, o Instituto de estudios regionales (INER) da Universidad de Antioquia, a maestria de artes plásticas da Universidade Nacional da Colômbia e a Mesa departamental de víctimas. Entre os profissionais, destacam-se: Jesus Abad Colorado (fotógrafo), Hector Abad Faciolince (escritor), Libia Posada (artista), Fabiola Lalinde (vítima direta) e Patricia Nieto (jornalista), bem como assessores internacionais, Daniel Pecaut (França) e Pilar Riaño (Canadá) (MCM, 2012).

Como forma de subsidiar a construção do programa do Museu, realiza-se um grande inventário cultural, tendo como recorte temático as diversas formas de abordagem da violência, do deslocamento forçado, dos massacres, das ações de resistência e de paz nas diversas expressões culturais na cidade de Medellín. O desenvolvimento de inventário semelhante já havia sido experimentado pela equipe da EDU, em outras situações, no contexto dos PUI, foi dividido nas seguintes áreas: produção audiovisual, artes cênicas, literatura e imprensa, artes visuais, música e projetos institucionais e comunitários. Para esse levantamento,

a equipe realizou pesquisa de campo e levantamento arquivístico e bibliográfico. Como resultado, essas consultas geraram um rico material de diagnóstico para a criação do Museu, consolidado hoje, por área, num conjunto de: fichas explicativas (inventário), contendo os seguintes campos: nome do artista (coletivo), tipologia da produção, resenha, identificação (título, sinopse, localização e temática) e contato do artista, planilha em *excel* com dados sumarizados e sínteses gerais de cada área. Pelo material que tivemos acesso, foram identificados: 117 obras audiovisuais, 49 obras de artes cênicas, 156 obras de artes visuais, 77 livros e periódicos, 48 produções musicais e 41 projetos institucionais e comunitários³⁴.

Do inventário cultural também emerge a transformação da *Sala de la memoria* em museu, mais propriamente a ideia é a de uma “casa”, que possa acolher as memórias e as próprias vítimas. O conceito é o de um “museu” que se integra às redes internacionais de memória. Daí o Museo Casa de la Memoria (MCM), foco desse capítulo.

A EDU contratou o projeto arquitetônico e definiu a localização do Parque Bicentenário e do MCM. O projeto é integrado no PUI Centro-Oriental (Comuna 8). O projeto deve articular setores da Comuna 8, 9 e 10, e sua localização responde à necessidade de recuperar um elemento histórico e natural, a Quebrada Santa Elena, fonte de água, onde supostamente está um dos primeiros assentamentos que deram origem à cidade e que pretende ser o eixo estruturador do projeto de recuperação por seu valor histórico.

Como argumento para a decisão do território de intervenção, aparece nas entrevistas, em especial com a Sra. Mercedes Ossa (funcionária da Alcaldia, responsável neste período pelo *Programa de atención a víctimas*), o fato de estar numa zona bastante central da cidade, de fácil acesso por transporte público, ampliando com isso um novo corredor cultural, desde o Museu de Antioquia. Seguiu-se, dessa forma, os princípios urbanizadores do Projeto Urbano Integrado, sem que se tivesse uma relação direta com um local de memória do conflito.

³⁴ Informações compiladas pela autora, a partir das planilhas e resumos executivos recebidos do INVENTÁRIO CULTURAL.

O projeto arquitetônico é desenvolvido pelo arquiteto Juan David Botero, do escritório de Medellín *Planta Baja Estudio de Arquitectura*. Ainda segundo relato da Sra. Mercedes Ossa, esse projeto nasceu apartado das discussões do MCM, pois havia pouco diálogo com o Comitê Assessor³⁵, justificado por atrasos na definição conceitual do projeto e urgências do tempo político da Alcaldía.

O projeto de implantação do MCM visava uma ocupação do terreno em três pavimentos, sendo um deles semienterrado, com duas entradas. Como elementos construtivos centrais, apresentam-se o cimento e as esquadrias metálicas. Há ainda um túnel descendente que pretende proporcionar aos visitantes a sensação de transição entre luz e escuridão. Existe uma clara inspiração nos memoriais de holocausto (figuras 7 e 8), informação confirmada pela equipe do museu.

³⁵ Segundo site do escritório de arquitetura, o projeto é descrito como: “el proyecto plantea un área de nueva intervención en espacio público de 34.260 m2, a través de los cuales se busca la recuperación del espacio físico y ambiental de la quebrada Santa Elena. Al interior de esta propuesta se inserta un equipamiento cultural de 5.300 m2 llamado ‘Museo Casa de la Memoria’, que busca consolidar-se como un lugar de conmemoración a las víctimas de la violencia en nuestro país, promoviendo en sus recintos espacios que posibilitan la reconstrucción y difusión de la memoria histórica con diseños museográficos *para exposiciones, con el objetivo de transformar hechos violentos en aprendizajes sociales*”. Disponível em <http://plantabajaestudio.com/portfolio-item/parque-bicentenario/>. Acesso em 04 jun. 2018.

Figura 7. Plantas do projeto do MCM, 2010. Fonte: <http://plantabajaestudio.com/portfolio-item/parque-bicentenario/>. Acesso em 04 jun. 2

Figura 8. Plantas do projeto do MCM, 2010. Fonte: <http://plantabajaestudio.com/portfolio-item/parque-bicentenario/>. Acesso em 04 jun. 2018

O processo de construção do MCM e do Parque Bicentenário, bem como a maioria dos macroprojetos empreendidos pelo PUI envolveram a remoção de famílias, a derrubada de casas e com isso significativas alterações na paisagem, ocasionando uma série de manifestações contrárias por parte da população. No caso do MCM, segundo relato da Sra. Mercedes Ossa, foram removidas 50 famílias, das quais 36 aceitaram as condições oferecidas pela Alcaldia, mas 14 se negaram a negociar, o que gerou um desgaste e um atraso no desenvolvimento do projeto. O processo de deslocamento forçado é um tema muito sensível ao museu, isto porque ele é uma das formas de violência em Medellín e na Colômbia. Nesse sentido, o Museu realizou em uma de suas exposições temporárias, intitulada *Memorias y Desmemorias de Quebrada Arriba. La Toma*, em 2014, a discussão da remoção das famílias que estavam em seu entorno. No entanto, a questão não nos pareceu resolvida ou superada, mas sim algo em constante embate na instituição, que ainda hoje vem desenvolvendo programas para melhorar e qualificar sua interação e parceria com o entorno imediato do MC. Paralelamente, ao desenvolvimento do projeto do MCM, em 2010, a ONG Corporación Región³⁶ realizou 24 Consultas ciudadanas, das quais participaram 457 pessoas, entre os meses de outubro de 2010 e abril de 2011. Sendo 5 delas, oficinas de memória. Das 457 pessoas, 94 assistiram às consultas-oficinas, 291 às consultas, 72 às oficinas, das quais eram 167 homens e 289 mulheres.

Essas *Consultas* identificavam as memórias sobre o conflito armado e a violência na cidade de Medellín, a partir dos diferentes setores, atores e territórios. Além disso, as consultas cidadã e institucional permitiam explorar a importância, a legitimidade ou as resistências que a proposta do museu da memória suscitava para diversos setores da cidade e, com isso sistematizava subsídios para os eixos temáticos e roteiro museográfico do museu, bem como estabelecia um canal de participação cidadã com a nova instituição.

³⁶ A *Corporación Región* é uma ONG dedicada às pesquisas, projetos e ações para o desenvolvimento urbano, social e da democracia. Atua em Medellín há 30 anos e tem parcerias consolidadas com o governo municipal, estadual, federal, universidades, etc. Essas *Consultas* foram sistematizadas em um documento chamado, - INFORME PROYECTO CASA DE LA MEMORIA CONSULTAS CIUDADANAS Y TALLERES COM DIVERSOS SECTORES POBLACIONALES Y TERRITORIALES DE MEDELLÍN, (2010- 2011), que pode ser consultado no CRAM.

Metodologicamente, se dividiram em três momentos: um momento informativo, no qual os participantes poderiam conhecer o projeto do museu, seu marco institucional e localização; um segundo momento no qual se constituía propriamente a conversação mediada por questões norteadoras bem amplas, como: que sentido tem um museu de memória? O que se deve contar na Casa da Memória? E, as oficinas de memórias investigam mais claramente o tema da violência – tipos, atores, temporalidades e cenários.

O público participante partiu das bases de dados do *Programa de atención a víctimas*, de ongs próximas ao projeto e da própria *Corporación Región*. O convite para todos foi feito por meio de uma ligação telefônica e um comunicado escrito, explicando os objetivos e a metodologia do encontro. O critério de escolha da audiência levou em consideração: abrangência territorial, diversidade de extratos sociais, gênero, envolvimento com a temática e ocupação profissional. (INFORME PROYECTO MCM. CONSULTAS CIUDADANAS, 2010 - 2011)

No mesmo período, se contrata ainda uma assessoria em museologia e um profissional de apoio técnico para o centro de documentação, em cooperação a Agencia de Cooperación Internacional do Japão (JICA).

Em 2011, se desenvolvem também importantes ações de visibilidade do MCM, como o *Proyecto museos comunitarios*, que tem como eixo central a participação cidadã, entendida como a possibilidade de construir conhecimento, a partir da prática e coautoria dos cidadãos. O destaque desse projeto é o fato de que se levaram a cabo algumas ações como *Menguantes para sembrar*, que contou com a urbanização das Flores de la Ciudadela Nuevo Occidente e a exposição itinerante *Túnel de la memoria*. (TRAYECTORIA E CRONOLOGÍA MCM, 2017)

Em julho de 2011, era entregue pelo Comitê Assessor do Museu, liderado pela equipe do Museu de Antioquia, a primeira versão do roteiro museológico da exposição de longa duração, contendo descrição dos conteúdos e dos recursos expositivos a serem implantados. Esse roteiro foi desenvolvido a partir das referências e indicações extraídas dos seguintes documentos: *Consultas ciudadanas*, conforme citado acima; *Investigación histórica*, que sistematizou arquivos da imprensa, testemunhos e textos, constituindo uma cronologia dos fatos e dos tipos de violência e *Inventarios culturales*.

Em 15 de dezembro do mesmo ano, a primeira etapa da obra do MCM era entregue: os jardins, a ponte sobre a Quebrada Santa Elena, o teatro ao ar livre, uma sala com exposição temporária. Nesse espaço, realiza-se um conjunto de ações para celebrar essa primeira etapa, entre elas:

- Instalação de um memorial que homenageia 480 pessoas, que sofreram diferentes tipos de violência. Esse memorial foi construído com os familiares das vítimas.

Figura 9. Memorial localizado na área externa do MCM, com nomes de vítimas homenageadas. Fonte: fotografia da própria autora, 2015.

- Instalação sonora com sete depoimentos extraídos do livro **El cielo no me abandona**, de Patricia Nieto, membro do comitê assessor do MCM, publicado pelo *Programa de atención a víctimas de la Alcaldía de Medellín*, que contém histórias de diversos setores sociais em distintas condições de reconstrução afetiva e emocional.

Figura 10. Instalações sonoras. Caminho de acesso ao MCM pelo pavimento inferior (auditório e salas temporárias). Fonte: fotografia da própria autora, 2018.

Além dessas instalações, foi realizado na área externa o espetáculo *Opera urbana MEMORIA, desterro del olvido*, de Eduardo Sánchez. Segundo descrito no programa do evento:

(...) uma criação exclusiva para a entrega do MCM, baseada em documentos históricos, entrevistas, depoimentos e indagações sobre a violência na cidade, no país e suas vítimas. Manifesta o canto interior das vítimas inocentes, o silêncio profundo e revelador do silenciado, a perspectiva intensa que confronta a sociedade e sobretudo atualiza e ativa, mediante o espetáculo a força da memória, a necessidade de desenterrar o esquecimento em um ato coletivo, que congrega a sociedade e dá sentido ao Museo Casa de la Memoria.

Em julho de 2012, era entregue para a cidade e instalada no Parque Bicentenário, a escultura *El árbol de la vida*, de Leobardo Pérez Jiménez, construída com 27.398 armas brancas coletadas em diferentes processos de desarmamento dos bairros de Medellín. Em dezembro, o MCM abriu as portas

em definitivo para o público. O artista Carlos Uribe é nomeado como diretor do museu.

Em 2013, formularam-se dois convênios fundamentais para o funcionamento do MCM: a contratação do Parque Explora³⁷, para a produção da museografia da sala central (exposição de longa duração) e a do *Instituto de Estudios Regionales* (INER) da Universidade de Antioquia, para desenvolver as primeiras atividades culturais e pedagógicas com a comunidade. Após renúncia de Carlos Uribe, Lucía Gonzalez Duque (arquiteta e ex-diretora do Museo de Antioquia e ativista das causas das vítimas) foi nomeada como nova diretora do Museu. Entre 2013 e 2014, foi inaugurada a Sala Central do Museu.

Em paralelo ao desenvolvimento da exposição de longa duração, o Museu desenvolveu desde 2011, uma série de ações e projetos de memória, assim como exposições temporárias, atuando institucionalmente nas discussões acerca da memória na cidade e no país – tipologia de ações que marcou o formato de atuação que a instituição seguiu. Como exemplo, podemos citar a exposição *Memorias Con-tenidas*, uma mostra de criações estéticas construídas pelas vítimas e seus familiares, em homenagem às vítimas de desaparecimento forçado; *La Libertad es la Vida es / Rafael Ortiz y Madres de la Candelaria*, realizada junto aos eventos de Mayo por la Vida e o *Programa Habitar la memoria*, cujo objetivo foi gerar estratégias para a apropriação social do Museu Casa de la Memoria, onde foram utilizados componentes pedagógicos, a partir de narrativas audiovisuais, teatrais, amostras de dança, arteterapia. (TRAYECTORIA E CRONOLOGÍA MCM, 2017)

Em 2014, destaca-se o projeto *Memorias en diálogo*, que promoveu o diálogo entre saberes, a interação e a criação coletiva para a circulação de memórias e intervenções artísticas. Esses processos envolveram as comunas 1, 3, 5, 6, 8 e 13, com quatro organizações comunitárias e a instalação no MCM do *Centro de*

³⁷ O Parque Explora é um museu de ciência interativo, baseado no modelo do *San Francisco's Exploratorium*, inaugurado em 2007. É um marco da política de urbanismo social do governo 2004-2007, localizado no setor *Nuevo Norte*, situado no limite com as chamadas "Comunas" de Medellín, na vizinhança de parques educativos e de lazer (Parque Norte e Jardim Botânico, todos integram a reforma urbanística), com privilegiadas vias de acesso e transporte público, incluindo metrô e ônibus, é gerido também pela Alcaldía de Medellín, na figura de ente descentralizado. Possui mais de 300 atrações interativas, auditório 3D, planetário, aquário, estúdio de televisão e viveiro o principal centro de ciências de Medellín Recebe em média 600.000 visitantes por ano.

Activación de Recursos para la Memoria (CRAM), que deve atuar como centro referência e pesquisa sobre temas de memória, violência, conflito armado e processo de paz, além da própria memória institucional do museu. (TRAYECTORIA E CRONOLOGÍA MCM, 2017)

3.2. Perfil institucional e gestão

La memoria es una plataforma para la reafirmación, es un escenario para el diálogo, pero también es un campo de lucha, que pretende dirimir qué versión del pasado reciente debe prevalecer en función del futuro que se quiere construir (Memoria MCM, 2014).

O MCM foi inaugurado parcialmente em dezembro de 2011, período final da gestão do alcalde Alonso Salazar. Com a transição política, em 2012, o MCM viveu momentos de fragilidade institucional, passando por riscos, inclusive, de descontinuidade de seu programa, conforme relatado em entrevistas realizadas em Medellín. O novo alcalde Aníbal Gaviria Correa cogitou transformar o espaço em um museu de cidade (das habitações)³⁸, contudo, surgiu uma forte mobilização das associações de representação das vítimas e do comitê assessor do Museu. Essa mobilização reverteu esse quadro e com a saída do artista plástico Carlos Uribe, tem-se como garantida a nomeação da arquiteta Lucía Gonzalez Duque para a direção do Museu, assim como a manutenção de seu programa como museu de memória.

No entanto, o Museu enfrentou questões de ordem prática, como a ausência de orçamento próprio e a improvisada vinculação à Secretaria da Cultura, o que impôs também uma série restrições e atrasos nas contratações da montagem da exposição e implantação dos programas, que são viabilizadas em boa parte por meio de parcerias e convênios internacionais, com entidades como a Agencia de Cooperación española.

Essa situação de institucionalização precária era foco da gestão, que garantiu apenas em 2015 (já no último ano do alcalde Aníbal Gaviria), por meio do *Acuerdo municipal 005*, que o MCM se tornasse um ente descentralizado adstrito

³⁸ Informações coletadas em entrevistas tanto com a ex-Diretora do Museu, Lucía Gonzalez como com a Mercedes Ossa, funcionária da Alcaldía.

da Alcaldía, com personalidade jurídica e orçamentos independentes da Secretaria de Cultura, vinculado diretamente ao alcalde.

É por meio desse *Acuerdo* que se estabeleceu e se reforçou o estatuto do museu garantindo, de fato, sua institucionalização e a formalização de suas diretrizes conceituais e organizacionais. Cabe destacar alguns de seus artigos para uma melhor compreensão da instituição:

Os artigos primeiro e segundo estabelecem, respectivamente, a criação e a natureza jurídica do museu como um estabelecimento público municipal denominado MUSEO CASA DE LA MEMORIA, utilizando a sigla MCM. Instaurou que o MCM tem personalidade jurídica, patrimônio próprio, autonomia orçamentária e financeira, submetido às normas orçamentárias e fiscais do município, como um ente descentralizado adscrito à *Vicealcaldía de educación, participación, cultura y recreación*, sendo apoiado pela *Vicealcaldía de gobernabilidad, seguridad y servicio a la ciudadanía*; a *secretaría de cultura ciudadana* e a *secretaría de gobierno y derechos humanos* e com sede em Medellín.

O artigo terceiro estabeleceu a Missão do MCM:

El Museo Casa de la Memoria es un proyecto político, pedagógico y social, incluyente y representativo, que contribuye a la transformación de las lógicas de la guerra hacia prácticas más civilizadas, a través de la realización de procesos de construcción y circulación de las memorias del conflicto armado, la construcción de expresiones culturales y la realización de conmemoraciones; el diseño de pedagogías para la transformación cultural y social, la implementación de estrategias de incidencia política y movilización social, frente a los derechos humanos y las garantías de no repetición; y la definición e implementación de procesos de gestión del conocimiento, orientados a la circulación y democratización del mismo.

O *Acordo* fixou ainda (nos artigos 4 e 5) o objetivo geral e os objetivos específicos do museu, sendo o geral:

Fortalecer prácticas de conversación en Medellín y Antioquia, a través de la argumentación, la deliberación, la comunicación, la creación y la acción, para el trámite de la diferencia, frente a procesos de construcción de memoria, que permitan ampliar la comprensión-reflexión sobre el conflicto armado y violencias relacionadas que ha vivido y aún vive Medellín, Antioquia y el país, que interpelando a todos como ciudadanos corresponsables del bien común, se contribuya a la reconciliación y a la no repetición.

E os objetivos específicos:

1. Procurar el uso de diversos lenguajes y narrativas, para construir y visibilizar memorias que contribuyan a la comprensión, reflexión y superación del conflicto armado y violencias relacionadas de la ciudad, el departamento y el país, con énfasis en el reconocimiento y valoración de la voz de las víctimas.
2. Ofrecer a la ciudad una plataforma de interacción discursiva, simbólica, crítica y reflexiva, para circular las memorias ya construidas, y aquellas concebidas durante los procesos de visibilización de las mismas, en la ciudad y el país, con sentido de futuro.
3. Administrar los bienes muebles e inmuebles del Municipio de Medellín relacionados y destinados a los ejercicios de memoria en el marco de la reparación simbólica a víctimas del conflicto
4. Resignificar los nociones de identidad, pertenencia y pertinencia respecto del territorio y el conflicto, para contribuir a la comprensión de la construcción de memorias y su relación con la construcción de sujetos morales, sociales, políticos, éticos en la superación del conflicto.
5. Contribuir a la visibilización y potenciación de los diferentes usos de la memoria el uso político, el jurídico, el documental, el social, entre otros.
6. Efectuar acciones y procesos de reparación simbólica que permita el reconocimiento de las víctimas, de su dolor y el derecho al buen nombre.
7. Promover acciones de incidencia política y articulación interinstitucional en procura de los ejercicios de memoria en el marco de la reparación simbólica.

Os artigos 6 e 7 tratam sobre o modelo de gestão e governança do MCM, sendo que no artigo 7 se estabelece a direção e a administração do museu. Elas estão a cargo do conselho diretivo e do diretor geral, sendo esse o representante legal da instituição. O conselho tem poder de criar, fundir ou suprimir a estrutura interna do MCM, de maneira a garantir seu funcionamento. Esse organograma é definido anteriormente pelo *Acuerdo municipal 004 de 2015*, quando se estabeleceu os cargos, funções e faixas salariais. De maneira geral, o quadro básico do museu deve ser um diretor-geral, cinco profissionais especializados e três profissionais universitários.

Sobre o conselho, sua composição deve contar com os seguintes membros:

1. El Alcalde (a) de Medellín o su delegado quien lo presidirá
2. El Vicealcalde (a) de Educación, Cultura, Participación y Deportes del Municipio de Medellín o su delegado.
3. El Secretario (a) de la Secretaría de Gobierno y Derechos Humanos del Municipio de Medellín o su delegado.
4. El Secretario (a) de la Secretaría de Cultura Ciudadana del Municipio de Medellín o su delegado.

5. El Secretario (a) de la Secretaría de Educación del Municipio de Medellín o su delegado.

6. Un representante del sector privado empresarial elegido por el Alcalde de Medellín.

7. Dos (2) representantes de las víctimas elegidos por la Mesa Municipal de Víctimas.

8. Un representante del sector académico nombrado por los demás miembros de Consejo Directivo.

PARÁGRAFO 1o. El Consejo Directivo podrá nombrar un representante de las organizaciones no gubernamentales, fundaciones o corporaciones de carácter social interesadas en participar en el proceso, participara con derecho a voz pero sin voto.

PARÁGRAFO 2o. El Director (a) del Centro Nacional de Memoria Histórica o su delegado podrá ser parte del Consejo Directivo a título de invitado, participara con derecho a voz pero sin voto.

PARÁGRAFO 3o. El Director General del Museo Casa de la Memoria *participará en el Consejo Directivo, con derecho a voz pero sin voto.*

O artigo 9 estabeleceu que o diretor-geral do MCM, responsável pela direção e administração do estabelecimento público, é de livre nomeação e remoção do alcalde de Medellín.

O artigo 10 tratou da composição do orçamento e patrimônio do MCM:

1. Las partidas ordinarias y extraordinarias asignadas en el Presupuesto General del Municipio.

2. Los bienes que le transfieran el Municipio de Medellín y otras entidades estatales.

3. Los recursos que reciba por la venta de bienes y prestación de servicios.

4. Las donaciones y demás recursos que reciba.

5. Los bienes muebles e inmuebles, derechos y recursos que adquiera o le sean transferidos cualquier título.

6. Los recursos que reciba por cooperación Nacional o Internacional, previa incorporación en el presupuesto.

7. Los demás recursos que señale la ley.

O artigo 11 abordou as funções do museu, sem prejuízo das já estabelecidas em seus documentos internos:

1. *Desarrollar actividades encaminadas a la activación*, documentación y conservación de las memorias, la reparación simbólica, la comprensión del conflicto armado y las violencias relacionadas.

2. Desarrollar programas y/o proyectos encaminados a la educación, capacitación, asesoría y consultoría para fomentar la educación para

la equidad e inclusión, los derechos humanos, la paz, y la reconciliación.

3. Organizar y participar activamente a nivel local, nacional e internacional eventos de carácter social, pedagógico, académico y/o cultural con el fin de promover la misión y presencia del Museo Casa de la Memoria y sus productos materiales e inmateriales.

4. Celebrar alianzas y convenios con entidades, empresas, organizaciones e instituciones del sector público o privado tanto del nivel departamental, nacional o internacional, tales como instituciones museísticas, bibliotecas y centros de documentación, académicos, culturales, sociales, dirigidos a desarrollar actividades de fomento, apoyo y capacitación tendientes al logro de objetivos relacionados con la misión del MCM.

5. Presentar proyectos ante los organismos del Estado y el sector privado tendientes al desarrollo de los objetivos del Museo Casa de la Memoria.

6. Adelantar programas de adquisición de documentación, banco de testimonios, investigación y preservación de las colecciones que nutran el guion museográfico y el Centro de Activación de Memoria –CRAM.

7. Diseñar, editar, distribuir y publicar todo tipo de material pedagógico, producción de material didáctico e informativo. En medio impreso o virtual.

8. Realizar todos los actos tendientes al montaje y conceptualización de exposiciones permanentes, temporales e itinerantes relacionadas con su misión.

9. Realizar todo tipo de actividades académicas, investigaciones, talleres, foros, laboratorios, conferencias, cursos, encuentros paneles, seminarios sobre los temas relacionados con el conflicto armado, memorias y otras violencias.

10. Desarrollar programas, proyectos o convocatorias destinadas a estimular la acción de personas o grupos sociales, que contribuyan de manera clara al logro de los objetivos.

11. Constituirse como núcleo de actividades culturales, educativas y pedagógicas en torno a las memorias, la reparación simbólica y comprensión del conflicto armado y otras violencias que vive y ha vivido el país a partir de un programa diverso de exposiciones, actividades académicas, culturales, pedagógica y comunicacionales.

12. Promover espacios que contribuyan a caminos de reconciliación de cara a una paz estable y duradera.

13. Aportar a la construcción, identificación, valoración, archivo y uso de memorias pasadas y presentes, que permita un relato incluyente sobre lo ocurrido, desde diversas perspectivas, para el enriquecimiento del debate, el relato histórico y el esclarecimiento de la verdad.

14. Diseñar recursos pedagógicos y comunicativos, producir medios y escenarios de investigación, que permitan una comprensión profunda y útil del conflicto armado y las violencias relacionadas.

15. Promover las visitas comprensivas al Museo, la reflexión académica, la educación y la discusión pública e incentivar el conocimiento y la investigación en Memoria, conflicto armado y de las diversas violencias que vive y ha vivido el país, asuntos de la cultura relacionados con la guerra y las violencias.

16. Desarrollar una comunicación, difusión y extensión permanente sobre la base de estímulo a medios, redes, exposiciones y actividades

artísticas y culturales relacionadas temáticamente con la memoria del conflicto armado y violencias relacionadas, los derechos humanos y los valores que la sociedad proyecta a partir de esas experiencias.

17. Gestionar, conservar y difundir el banco de testimonios de actores del conflicto armado para aportar a la construcción de la memoria histórica, de archivos de DDHH y/o la Comisión de la Verdad.

18. Ser un espacio de interacción educativa y cultural que a través de las artes, los saberes y las expresiones de la cultura propicie la reflexión y transformación de prácticas culturales relacionados con la guerra y las violencias, propiciando la transformación del futuro con aprendizajes sociales para la convivencia ciudadana y la no repetición.

19. Visibilizar, potenciar y articular experiencia nacionales locales, comunitarias e institucionales de memoria, que contribuyan a los propósitos de la reconciliación, el perdón y la no repetición.

20. Fomentar la creación de redes sociales y de otra naturaleza legal que permitan la gestión de proyectos sociales, las iniciativas de paz, la promoción de los derechos, el desarrollo humano, el fortalecimiento del Estado Social de Derecho y la participación democrática, con énfasis en las redes y organizaciones de las personas que han renunciado a la participación en la guerra.

21. Elaborar y proponer para el debate público iniciativas y propuestas de políticas públicas en materia de paz, derechos humanos, reconciliación, desarrollo humano, fortalecimiento del Estado Social de Derecho y la participación ciudadana y comunitaria.

22. Las demás que le sean asignadas y promuevan la paz, la reconciliación, la resiliencia y los derechos humanos, el desarrollo humano, el fortalecimiento del Estado Social de Derecho y la participación.

Como ente descentralizado, o museu tem uma série de entes reguladores, como: a *Contraloría General de la República, Contraloría General de Medellín, Contaduría General de la Nación, Dirección de Impuestos e Aduanas Nacionales DIAN, Procuraduría General de la Nación, Departamento Administrativo de la Función Pública, Congreso de la República e Concejo de Medellín.*

A normatização do Museu sofreu algumas atualizações no decorrer dos anos, mas sem significativas mudanças até a nova guinada institucional ocorrer em 2016, em virtude da renovação da Alcaldía de Medellín.

A mudança, que vigia quando de nossas visitas técnicas e ainda está em vigor, impactou em sensíveis alterações na equipe e, em certa medida, no perfil do museu, como protagonista dessas mudanças. Entre essas alterações, está a nomeação para a direção-geral de Adriana Valderrama³⁹. A sua nomeação

³⁹ Psicóloga, especialista em Justiça Transicional, mestre pela Universidade de Ulster, na Irlanda do Norte.

enfrentou resistências por parte dos parceiros do museu, pois a consolidação da instituição como espaço representativo para a cidade ainda estava em curso e a antiga Diretora Lucía Gonzalez é reconhecida como militante da causa das vítimas, da mesma forma expôs a fragilidade da instituição frente às prioridades estabelecidas pela nova Alcaldía de Federico Gutierrez, reavivando a questão acerca da manutenção do museu ou não, que inclusive chegou a fechar suas portas entre janeiro/fevereiro de 2016, momento da transição governamental, mas logo foi reaberto.

Em fevereiro de 2016, estabeleceu-se, por meio de um novo *Acuerdo Municipal 012*, uma alteração na composição do conselho diretivo, que passa a ser composto por:

1. La (El) Secretario de inclusión social y Familia, quien lo presidirá. Tres Miembros de la Administración Municipal.
2. La (El) Secretaria(o) de las Mujeres.
3. La (El) Secretaria(o) de Juventud.
4. El (La) Secretario(a) de Educación.

Tres personas independientes a la Administración Municipal, que por su vinculación académica, estudios o experiencia, estén cualificadas o sean representantes de organizaciones, corporaciones, entidades u organismos, relacionados con el objeto de la entidad designados por el Alcalde de Medellín.

PARÁGRAFO 1º: El Consejo Directivo contara de manera permanente con la presencia de la Mesa Municipal de victimas como invitado especial. Participará con derecho a voz pero sin voto.

PARÁGRAFO 2º: El Director General del Museo Casa de la Memoria participará en el Consejo Directivo, con derecho a voz pero sin voto.

Uma das alterações na composição do conselho diretivo (parágrafo 2 do *Acuerdo municipal 012*) chama atenção, isto porque envolve numa possível diminuição da voz das vítimas nas diretrizes do Museu, pois a representação da Mesa Municipal de Vítimas passa a participar sem poder de voto.

A estrutura de funcionamento do MCM hoje conta com 56 pessoas, distribuídas nas seguintes áreas (processos): *Construcción y circulación de contenidos* (8); *Promoción de lazo social* (3); *Visibilización y transferencia de memorias* (27) – no qual estão inseridos os setores pedagógico e museografia; *Gestión jurídica* (2); *Gestión estratégica* (6); *Gestión de comunicaciones* (4); *Gestión de recursos internos* (7); *Gestión humana* (1) e *Gestión de control y mejora institucional* (1).

Em entrevista com a Cindy Janeth Arboleda Losada, coordenadora da área de mediação do MCM, formada em psicanálise, ela nos esclarece que dentro do processo *Visibilización y transferencia de memorias* estão inseridas as coordenações de educação, mediação e museografia.

Na equipe de educação, estão os profissionais que se dedicam à formação de público, às itinerâncias e às atividades pela cidade. Outra parte da equipe (da qual Cindy Losada é líder) coordena a mediação no museu, tanto das exposições temporárias como da exposição de longa duração. Essa equipe é composta por 12 mediadores e um assistente (que apoia a coordenação). A formação dos mediadores divide-se entre sete estudantes universitários das carreiras de ciências humanas, três pessoas de baixa renda e duas vítimas do conflito armado, que estão desde o princípio do museu.

A mediação do MCM era originalmente composta por mediadores-vítimas, mas a partir da nova gestão há um entendimento distinto, no qual devem ocorrer novas abordagens sobre as temáticas da exposição, as quais o testemunho não dá conta, apesar de reconhecer sua importância.

Segundo Cindy Losada, hoje, a mediação trabalha com referências da pedagogia do holocausto, paradigmas psicanalíticos e construtivismo. Ela reflete ainda que a equipe, em sua maioria, é muito jovem e todos os membros têm relação direta ou indireta com histórias de violência ou envolvimento com movimentos comunitários. São pessoas, portanto, engajadas com a causa da memória e está em seu planejamento que passem a receber atendimento psicológico de forma sistemática para apoiá-los na mediação.

A metodologia empregada pela mediação trabalha por meio da eleição de temas (curadoria-educativa) da exposição e do Museu. A coordenação chama essa metodologia de *Constelación pedagógica*, isto porque ela justamente lida com as visitas por intermédio dos conteúdos do Museu, da experiência dos visitantes e das estratégias de mediação – abordadas de maneira distinta a cada visita. Para isso, se utilizam de objetos reais como vetores de sensibilização, oficinas e exercícios na exposição e etc.⁴⁰

⁴⁰ Entrevista realizada em 27 de fevereiro de 2018, em Medellín.

A consolidação de uma série de instrumentos de gestão, o trabalho sistemático do setor educativo, o esforço da mediação e a pulverização de exposições temporárias geraram credibilidade de sua continuidade institucional, apesar da transição de gestão, e proporcionaram uma ampliação significativa da visitaço do museu que, desde sua abertura, registrou a cada ano um relevante crescimento (INFORME DE GESTIÓN, 2017, p. 26):

Tabela 1. Número de visitantes anuais

Ano	Público
2014	2.961
2015	9.428
2016	16.599
2017	39.710
2018 (até março)	15.077

Fonte: **Informes de gestio do museu**, compilados pela autora.

Dentre os visitantes do MCM, 33% so estrangeiros e 77 % nacionais. O Museu est presente tambm no *Twitter*, *YOUTUBE*, *Facebook*, *Instagram*, alm do *website* com um total de 16.782 seguidores, sendo assim, refora sua imagem institucional e abrange novos pblicos. O seu *website* tambm teve uma grande reformulao em 2016, passando para o domnio *.gov*, pois antes era *.org*, bem como ampliou acesso aos documentos de gestio e aos documentos institucionais.

De acordo com o Sistema de Indicadores Tursticos de Medelln-Antioquia (SITUR), a mdia de visitao anual dos museus de Medelln, considerando o Museo de Antioquia, o Museo Pedro Nel Gomez, o Museo de Arte Moderno, o Museo El Castillo, o Museo de Ciudad, o Museo Casa Gardellana, o Museo del Agua e o Museo Casa de la Memoria e Museo Madre Laura (Grfico 2), em 2017, o pblico foi de 721.468 visitantes, patamar que vem sendo mantido com algumas oscilaes desde 2015.

A mdia desses museus de 50 mil visitantes/ano, com exceo do Museo de Arte Moderno e do Museo de Ciudad que vem prximo dos 100 mil e do Museo de Antioquia que ultrapassou os 200 mil visitantes/ano, outros museus so

pequenos e ficaram abaixo dos 10 mil (como o Museo Casa Gardellana e o Madre Laura). Portanto, o MCM demonstrou grande poder de atratividade de potencial de desenvolvimento de novos públicos.

Gráfico 2. Ingresso anual de visitantes em museus

Fonte: <http://www.situr.gov.co/estadisticas/DfMeIngresoAnualMuseos/general>. Acesso em.01 de jul.2018.

Tabela 2. Número de visitantes anuais nos museus da Colômbia

Ano	Público total dos museus
2014	620.264
2015	696.312
2016	742.137
2017	721.468
2018*	200.578

Fonte: <http://www.situr.gov.co/estadisticas/DfMeIngresoAnualMuseos/general>. Acesso em.01 de jul.2018.Dados tabelados pela autora.

(*não está explicitada a linha de corte de 2018 pela comparação com os dados do MCM, infere-se que seja março).

Os índices de visitaço dos museus comparados a dos parques bibliotecas pblicas outro dado relevante. Destacando-se o projeto municipal, cuja visitao anual ultrapassa 2,0 milhes de pessoas, j tendo chegado em 3,7 milhes em 2009, conforme grfico abaixo. O pblico dos parques biblioteca majortariamente formado pela populao local (Grfico 3).

Grfico 3. Ingresso anual de visitantes em parques bibliotecas

Fonte: <http://www.situr.gov.co/estadisticas/DfMeIngresoAnualBiblio/general>. Acesso em 01 de jul. 2018.

Hoje, Medelln tem atratividade turstica e j reconhecida como um destino turstico, dada s suas atribuies culturais e de desenvolvimento social. A cidade atraiu, segundo a SETUR, em 2017, 307.289 estrangeiros, demonstrando a capacidade de ampliao de pblicos do setor museolgico.

Em 2017, realizou as seguintes exposies temporrias: *Geografas de la verdad*, *Gramticas del conflicto*, *Un caf a la orilla del ro* e *Medelln|es 70, 80, 90*, itinerncias: *Niez entre el conflicto y la esperanza*, *Archivo vivo - memorias de madres*, *Narrativas del desplazamiento* e *Ms que dos para reconciliarnos*, lm de eventos na cidade, publicaes (INFORME DE GESTIN, 2017, p. 43).

Outro ponto bastante explorado pela imprensa de Medellín em relação à transição tornou-se a defesa de uma pretensa “neutralidade” da instituição, defendida pela nova diretoria, que afirma que “Que no es un espacio para víctimas y victimarios, sino un proyecto de ciudad” (FRANCO, 2016).

Adriana Valderrma afirma ainda sobre as funções do MCM:

Lo que se va a hacer es convocar y articular diferentes posiciones y desde diferentes orillas. Es claro que van a llegar muchas organizaciones y muchos ciudadanos con su posición política, pero el reto es yo cómo me convierto en una espacio neutro, facilitador entre esas diferentes visiones (FRANCO, 2016).

Fica patente ainda pela matéria e mesmo pela observação *in loco*, que a nova postura é um ponto de tensão para a instituição e vem suscitando discussões e revisões nos conteúdos do museu. O relato de Andrés Arredondo, integrante del *Comité de Impulso de Acciones de Memoria de la Comuna 13*, explicita bem esse ponto:

Para mí es afortunado que se haya dicho que el museo no es de las víctimas, ni de los victimarios, sino de todos. Es una frase que nos sirve para abordar un debate que está en mora en Medellín, porque cuando decimos tan genéricamente que es de todos, podemos estar diciendo que no es de nadie. Y no, aquí hay una prerrogativa por las víctimas, la Casa de la Memoria está enfocada hacia la reparación de las víctimas (ARREDONDO apud FRANCO, 2016).

Outro ponto amplamente divulgado pela imprensa de Medellín focaliza a mudança na relação da atual direção com as ongs – esse fato que encontra eco na dissolução da Associação de Amigos do MCM, ainda que, segundo a nova direção, se explique por incompatibilidade jurídico-administrativa (TABARES, 2017). Além disso, o projeto *Memorias en dialogo*, que tinha por objetivo manter a capilaridade das ações do museu no território em parcerias com ongs e coletivos, foi profundamente alterado; projeto segue, mas sem o Museu.

Contudo, Adriana afirmou que o principal objetivo de sua gestão é o fortalecimento interno do MCM. Segundo ela, o Museu não possui uma política de acervo ou de arquivo, não tem procedimentos de controle interno e nem havia passado por auditorias. Apenas em 2016, se formalizou com o município o

contrato de comodato do edifício. Ela reiterou que o Museu é uma instituição muito jovem e em processo de conformação (VALDERRAMA *apud* TABARES, 2017).

Como afirmação institucional, o Informe de Gestão de 2017 atribuiu ao MCM posição central na construção da paz e convivência em Medellín, integrado à descrição do *Plan de desarrollo 2016 – 2019: Medellín cuenta con vos*, na sua *dimensão estratégica 2: para recuperar juntos la seguridad y la convivencia ciudadana*, que elegeu como atributos do Museu os seguintes objetivo (reto), programa e projetos para se filiar:

Reto 2.3. Medellín cuenta con vos para construir la paz en el territorio.
Programa 2.3.3. Memoria para la construcción de paz.

PROYECTOS:

- 2.3.3.1. Construcción participativa de memorias territoriales.
- 2.3.3.2. Pedagogía de las memorias para la construcción de paz.
- 2.3.3.3. Ciudadanía activa para el posacuerdo.
- 2.3.3.4. Fortalecimiento Institucional (INFORME DE GESTIÓN, 2017, p. 22).

Em consulta ao *Plan de desarrollo 2016 – 2019: Medellín cuenta con vos*, intriga que o MCM não apareça como ator de relevância nos demais programas ligados ao objetivo 2.3. *Medellín cuenta con vos para construir la paz en el territorio* listados abaixo:

2.3.1 Promoción de los derechos humanos

2.3.2 Postacuerdo y garantías de no repetición

2.3.3 Memoria y participación para la construcción de paz

2.3.4 Atención a víctimas del conflicto armado

Essa posição da Alcaldía, reafirmada pelo Museu, confirma a preocupação geral com uma excessiva burocratização ou institucionalização da função do museu na reparação simbólica e atenção às vítimas do conflito armado, gênese de sua criação, arriscando sua potencialidade de mediação do discusso pela paz, como espaço de representatividade das vítimas.

3.3. A exposição de longa duração

Essa seção trata especificamente da exposição de longa duração – *Medellín: Memorias de resistencia y violencia*, localizada no primeiro pavimento do edifício do Museu, foi concebida desde 2010, a partir dos Comitê Assessor com a assessoria do Museu de Antioquia, que desenvolveu o roteiro museológico (**Guión Museológico**), das **Consultas ciudadanas**, realizada pela ong Corporación Región, do **Inventário cultural**, da investigação histórica, compiladas e materializadas em expografia por meio da assessoria do Parque Explora e sua equipe para implantação. Sua implantação se deu entre 2011 e 2013.

Figura 11: Fachada do Museu. Fotografia da autora, 2018.

A exposição quer enfatizar a história e as múltiplas vozes da violência em Medellín, considerando: as vítimas que sofreram alguma dessas várias

violências; os victimarios (agressores), que falam por meio de suas ações; os depoimentos passivos, que narram em terceira pessoa; os atores sociais e políticos, que seguiram outros caminhos (MCM, 2015, p. 3)

Para o desenvolvimento dessas primeiras análises, usamos fontes limitadas pelo curto tempo de trabalho de campo quando se optou por uma observação dos documentos consolidados, como o Informe do proyecto Casa de la Memoria (Consultas ciudadanas y talleres com diversos sectores, poblaciones y territoriales de Medellín) (2010 – 2011); dos *Informes de gestão* (2013 – 2014), (2016) e (2017); o Manual de mediación. Exposición Medellín: memorias de resistencia y violencia (2014); da publicação Medellín: Memorias de violencia y resistencia (MCM), 2015; do folder da exposição (2015), bem como observação *in loco*, realizada entre fevereiro e março de 2018, por meio de visitas técnicas, entrevistas com equipe do museu e profissionais que atuaram na concepção do projeto, listadas em apêndice da publicação.

A exposição de longa duração é o principal projeto do Museo Casa de la Memoria em seus anos de implantação, ocupa a Sala central, entendida aqui como principal veículo de comunicação do museu com seus públicos e ferramenta de diálogo crítico, vetor de fortalecimento e visibilidade de sua missão institucional.

...o fio condutor (de uma exposição) é sua dimensão crítica. 'Crítica' no sentido etimológico, que implica competência de distinguir, filtrar, separar, portanto, possibilidade de opção, escolha. Se o museu tem responsabilidade na transformação da sociedade (a exposição, para tanto, é recurso poderoso), isto se fará não com procedimentos de exclusão elitista, muito menos de adesão ou catequese (clandestina ou explícita), mas na medida em que ele contribuir para capacitar nas escolhas todos aqueles com quem puder se envolver (MENESES, 1991, p. 117).

Desta forma, a mesma será analisada aqui, considerando sua capacidade de comunicação museológica, sua pertinência em relação às legislações de justiça transicional, e, portanto, enquanto vetor de reparação simbólica às vítimas e vetor do Estado para a não repetição de novas violências. Importante ressaltar que tanto a compreensão internacional relacionada à justiça transicional quanto a legislação colombiana prevêm a reparação simbólica (não material) como importante elemento de compensação e a garantia de não repetição.

A exposição busca enfatizar a história e as múltiplas vozes da violência em Medellín, considerando: as vítimas que sofreram alguma dessas várias violências; os victimarios (agressores), que falam através de suas ações; os depoimentos passivos, que narram em terceira pessoa; os atores sociais e políticos, que seguiram outros caminhos (MCM, 2015, p. 3). O texto de abertura da exposição, explicita que:

Esta exposición es la primera exhibición en situarse en la Sala Central del Museo Casa de la Memoria; su noción ha estado inmersa en la misma concepción del Museo Casa de la Memoria, pues en buena medida es el rostro a través del que las personas identificarán al Museo y en ella se materializa una labor principal del mismo: hacer memoria del conflicto armado en Colombia.

No existe una verdad. No hay una historia completa. Cada uno narra, desde su punto de vista, el rol que ha desempeñado en el entramado. Y al entrecruzarse, los relatos se transforman, se enriquecen, se complejizan.

La exposición “Medellín: memorias de violencia y resistencia” es el tejido de versiones de una historia que nos ha tocado a todos en menor o mayor medida: la historia de las violencias de Medellín. Como todas las historias, esta es incompleta, subjetiva, imperfecta.

Pero es un relato a varias voces; como las de las víctimas que han sufrido alguna o varias de estas violencias; las de los victimarios, que hablan a través de sus hechos; las de testigos pasivos, pero no indiferentes, que narran en tercera persona; las de actores sociales y políticos que han propiciado que los hechos vayan por uno u otro camino.

Hay tantos museos como visitantes e interpretaciones. Se espera que el Museo Casa de la Memoria provoque reflexiones, ideas, emociones y movilece para que haga parte de la construcción de una nueva propuesta de sociedad.

Al fin y al cabo, todos también hacemos parte de esta historia (MCM, 2015, p. 16).

Esse texto, sinteticamente, também abre a exposição da sala central e enuncia seus objetivos, orientando a relação que o museu quer estabelecer com seus públicos – como agente provocativo de reflexões, ideias e emoções –, afirmando não haver uma versão única da história. Da mesma forma, alinha o museu aos objetivos do Artigo 143 - *Del deber de memoria del Estado*, expostos na Lei 1448, de 2011:

Propiciar las garantías y condiciones necesarias para que la sociedad, a través de sus diferentes expresiones tales como víctimas, academia, centros de pensamiento, organizaciones sociales, organizaciones de

víctimas y de derechos humanos, así como los organismos del Estado que cuenten con competencia, autonomía y recursos, puedan avanzar en ejercicios de reconstrucción de memoria como aporte a la realización del derecho a la verdad del que son titulares las víctimas y la sociedad en su conjunto (Artículo 143 de la Ley n.º 1448, 2011).

A exposição *Medellín: memorias de violencia y resistencia*, apesar de se professar como ampla e inclusiva (assim como o MCM) faz, inevitavelmente, escolhas e apresenta um recorte temático e conceitual acerca das formas de violência, das vítimas, da resistência e da periodização (contexto histórico).

Em relação à violência, o museu referencia três tipos, apresentados didaticamente de forma separada, mas que podem estar associados ou sobrepostos no cotidiano de Medellín e da própria Colômbia.

La violencia asociada a una dimensión política, usualmente relacionada con las confrontaciones bipartidistas, y la violencia generada por guerrillas, paramilitares y agentes del Estado.

La violencia asociada a una dimensión económica, usualmente relacionada con el narcotráfico, el crimen organizado y la corrupción.

La violencia asociada a una dimensión socioeconómica, usualmente relacionada con la delincuencia común, la desigualdad económica y la exclusión social. Esta última solo será abordada en función de su articulación con las violencias política y la del crimen organizado (MCM, 2015, p. 18).

O recorte das formas de violência aqui enunciadas, ainda que bastante amplas, implicaram na escolha pelo MCM de quem são as vítimas, que terão suas memórias repertoriadas.

Entendemos por víctimas a cada una de las personas y colectivos que han sufrido daños en relación con las violencias referidas, quienes han sido agredidas en el marco del conflicto armado, quienes las han experimentado por las dinámicas del narcotráfico y el crimen organizado, así como quienes han vivido la violencia como producto de las dinámicas de desigualdad y marginalidad (MCM, 2015, p. 18).

A violência em Medellín é exemplar para compreensão da violência na Colômbia, não apenas pelas cifras impressionantes, mas também pela diversidade de agentes e de formas de violência. Contudo, essa violência traz complexidades da própria história do município e de seus personagens, o que necessariamente ilumina a questão do narcotráfico, dos grupos paramilitares e da criminalidade comum – essas são vítimas excluídas da *Ley 1448 de víctimas y restitución de*

tierras (2011). Com isso, apesar de politicamente inserido no cumprimento da lei, o Museu diverge no que se refere às vítimas, pois amplia a noção de conflito armado ou de crime contra os direitos humanos para além do que disposto do Artigo 3º da *Ley 1448*.

ARTÍCULO 3º. VÍCTIMAS. Se consideran víctimas, para los efectos de esta ley, **aquellas personas que individual o colectivamente hayan sufrido un daño por hechos ocurridos a partir del 1º de enero de 1985, como consecuencia de infracciones al Derecho Internacional Humanitario o de violaciones graves y manifiestas a las normas internacionales de Derechos Humanos, ocurridas con ocasión del conflicto armado interno.**

(...)

De la misma forma, se consideran víctimas las personas que hayan sufrido un daño al intervenir para asistir a la víctima en peligro o para prevenir la victimización. La condición de víctima se adquiere con independencia de que se individualice, aprehenda, procese o condene al autor de la conducta punible y de la relación familiar que pueda existir entre el autor y la víctima.

Parágrafo 1º. Cuando los miembros de la Fuerza Pública sean víctimas en los términos del presente artículo, su reparación económica corresponderá por todo concepto a la que tengan derecho de acuerdo al régimen especial que les sea aplicable. De la misma forma, tendrán derecho a las medidas de satisfacción y garantías de no repetición señaladas en la presente ley.

Parágrafo 2º. Los miembros de los grupos armados organizados al margen de la ley no serán considerados víctimas, salvo en los casos en los que los niños, niñas o adolescentes hubieren sido desvinculados del grupo armado organizado al margen de la ley siendo menores de edad. Para los efectos de la presente ley, el o la cónyuge, compañero o compañera permanente, o los parientes de los miembros de grupos armados organizados al margen de la ley serán considerados como víctimas directas por el daño sufrido en sus derechos en los términos del presente artículo, pero no como víctimas indirectas por el daño sufrido por los miembros de dichos grupos.

Parágrafo 3º. Para los efectos de la definición contenida en el presente artículo, **no serán considerados como víctimas quienes hayan sufrido un daño en sus derechos como consecuencia de actos de delincuencia común.**

Parágrafo 4º. Las personas que hayan sido víctimas por hechos ocurridos antes del 1º de enero de 1985 tienen derecho a la verdad, medidas de reparación simbólica y a las garantías de no repetición previstas en la presente ley, como parte del conglomerado social y sin necesidad de que sean individualizadas (Artículo 3 de la Ley n.º 1448, 2011- grifo nosso).

Ainda como definição para a exposição da sala central, o museu pontua o trabalho com as noções de resiliência e resistência.

Las resiliencias y las resistências - Aquellas manifestaciones que evidencian la capacidad de recuperación, propuesta y protesta en

individuos y colectivos afectados directa o indirectamente por las violencias.

Las resiliencias permiten a quienes han sido víctimas sobreponerse y generar estrategias para sobrevivir en medio de las violencias; mientras que las resistências posibilitan en la sociedad civil alternativas para el restablecimiento de lazos sociales fracturados, el rechazo a aquellas, el reconocimiento y la denuncia de hechos y actores, el fortalecimiento de la participación, la cooperación y solidaridad, incluyendo la construcción colectiva y la memoria histórica (MCM, 2015, p. 19).

O Museu esclarece também o estabelecimento da periodização, quando expõe a importância dos contextos como marcos socioculturais compartilhados, enunciando outro conceito trabalhado na exposição: o de “memória histórica”.

Los contextos - Son los marcos sociales, culturales, económicos y políticos que soportan los hechos y acontecimientos sucedidos. Analizados en conjunto nos permiten interpretar o entender un fenómeno o un proceso en un espacio-tiempo específico. **En nuestro caso, los contextos se refieren a la confluencia de diversos elementos y agentes en el desarrollo de las dinámicas entre víctimas, violencias, resiliências y resistências** (MCM, 2015, p. 20 - grifo nosso).

A memória é a matéria-prima da museologia, ainda mais quando se trata de uma instituição que carrega a memória em seu nome, quase como um pleonismo de sua função, como uma metalinguagem. O MCM desde a sua abertura ao público, ou mesmo nas ações de diagnóstico para a sua concepção, sempre teve evidente a necessidade de trabalhar os conceitos de história e memória, bem como lidar com o fato de que as memórias a serem repertoriadas no museu são, em sua maioria, excluídas da história oficial. Elas são narrativas individuais de um sofrimento coletivo e de longa e conturbada duração na Colômbia e em Medellín.

La memoria es una plataforma para la reafirmación, es un escenario para el diálogo, pero también es un campo de lucha, que pretende dirimir qué versión del pasado reciente debe prevalecer en función del futuro que se quiere construir.

La memoria no es un lugar de supresión de las diferencias, sino, precisamente, el escenario de enunciación de ellas. El relato resultante tiene que ser una narrativa polifónica. En suma, hay tantas memorias como relaciones de poder.

El papel del historiador, del analista, del sociólogo, de aquel que desde un “lugar de poder” interpreta, deberá ser al menos enriquecido por el de aquel que reconoce, escucha y valora, no ya sus propias posturas,

sino las palabras y los silencios de una sociedad en conflicto, para que así pueda, como parte de ese nuevo historiador colectivo, “mantener viva la memoria con el fin de que los horrores del pasado no vuelvan a suceder por desconocimiento” (MCM, 2015, p. 10).

Além disso, o museu opera com a tensão que envolve uma memória pulsante, em construção e reconstrução. Diferentemente de outros museus que lida com a memória, no MCM não trata apenas de construir um processo de reconciliação com um passado violento, mas sim repertoriar uma violência que não cessou e tampouco tem um “inimigo” único a ser combatido.

A diferencia de otros museos de memoria en el mundo, preocupados por encontrar formas de sanar la relación de un país con su pasado de guerra o de dictadura, el Museo Casa de la Memoria se ocupa de la memoria de un conflicto aún vivo. Es decir, de la memoria de un presente conflictivo, arraigado en el pasado tenso de un país poco cohesionado como nación, y en la antesala de un futuro que, se espera, será diferente y esperanzador, dadas las perspectivas de reconciliación que se abren (MCM, 2015, p. 18).

Diante desse desafio, tendo as definições expostas aqui, o MCM e a exposição da sala central trabalham com memória histórica, numa perspectiva de unir relatos individuais numa história coletiva e compartilhada de violência, cujo marco histórico da cronologia apresentada tem início no pós-guerra (1946) e como marco nacional o assassinato de Gaitán em Bogotá e o Bogotazo, como já referido na introdução desta dissertação.

Así, en nuestro caso, la memoria histórica tiene una intención pedagógica de promover una comprensión del conflicto armado colombiano y de los hechos de violencia ejercidos sobre personas y comunidades en el país, y un reconocimiento personal y social del impacto que esto ha tenido en las vidas de colombianos y colombianas, con el fin de evitar la repetición de los hechos victimizantes (MCM, 2015, p. 15).

Desta forma, a eleição da memória histórica abre para o MCM uma possibilidade narrativa de convivência de várias versões da memória e dos relatos individuais.

3.4. Sala central – exposição *Medellín: memorias de violencia y resistencia*

A exposição está organizada em 16 módulos ou instalações, podendo ser acessada pela recepção principal do Museu, pelas escadas ou pelos elevadores para o visitante quer iniciar o percurso pelas exposições temporárias.

A mostra faz uso de depoimentos, fotografias, documentos, uma linha do tempo digital, vídeos artísticos, textos e músicas. Não há utilização de acervos tridimensionais e o uso de tecnologia é marcante em toda a mostra.

A seguir, apresentaremos de forma detalhada cada uma das 16 instalações/módulos. Esse detalhamento está baseado nas publicações, **Medellín: memorias de violencia y resistencia** e **Manual de mediación; no acompañamiento de vistas mediadas e, na observação in loco** durante o trabalho de campo, realizado em fevereiro e março de 2018.

Figura 12. Mapa da sala central. MCM. Fonte: **Medellín: memorias de violencia y resistencia** (2015, p.3).

As duas primeiras instalações localizam-se numa espécie de antessala da sala central e servem como apresentação conceitual da exposição. A instalação 1 – *Ausencias. Contar el dolor*, instalação na qual são utilizados fragmentos de depoimentos, extraídos dos livros **Jamás olvidar tu nombre** (2006), **El cielo no me abandona** (2007), **Donde pisé aún crece la hierba** (2008) e **Llanto en**

el paraíso: crónicas de la guerra en Colômbia (2008). Todos compilados, escritos ou editados por Patricia Nieto Nieto⁴¹, cronista, professora de comunicação social e jornalismo, da Universidade de Antioquia e membro do comitê assessor inicial do MCM. Todas essas publicações narram situações de dor, violência e perdas, ocasionados pelo conflito armado, com ênfase em situações da vida cotidiana que foram transformadas pela violência e alterações na paisagem e organização do território. A instalação se dá por meio da projeção dos textos no espelho, em *looping*, o que implica que o visitante se vê nessas situações como partícipe dessas histórias/memórias.

Figura 13. *Instalação Ausencias.* Fonte: fotografia da própria autora, 2018.

⁴¹ Patricia Nieto Nieto Faz parte do grupo Novas Crônicas das Índias. Doutora em comunicação pela Universidade Nacional de La Plata, Província de Buenos Aires, Argentina (2013), com uma tese intitulada "Histórias autobiográficos de conflito armado na Colômbia. O caso recente da cidade de Medellín" e tem um mestrado em Ciência Política pela Universidade de Antioquia (1998). Desde 2006, realizou muitas oficinas de escrita criativa com vítimas do conflito armado colombiano. Daí vêm os temas centrais que influenciam seu trabalho como cronista. Resultado deste trabalho são os testemunhos compilados no livro "Eu nunca vou esquecer o seu nome" (2006), "O céu não me abandonar" (2007) e "Onde a grama cresce mesmo pé set" (2010). Seu último livro, "The Chosen", também é baseado em uma investigação jornalística. Consiste em várias histórias em que alguns habitantes de Puerto Berrío recolhem e enterram os mortos anônimos que descem o rio Magdalena e se relacionam com eles como se fossem membros da família.

É uma experiência silenciosa, que objetiva uma intimidade com o visitante. No entanto, o fato de estar localizada bem próxima da entrada dificulta essa intenção e muitas vezes o abrir e fechar da porta impede a leitura dos textos.

O módulo 2 – *Paisajes nostálgicos. Los secretos de la tierra*, apresenta um audiovisual de oito minutos, composto por fragmentos de documentários e registros audiovisuais que mostram as riquezas naturais, a diversidade geográfica, humana e cultural do Departamento de Antioquia. O vídeo foi elaborado, principalmente a partir da documentação de alguns coletivos, como *El Retorno Producciones*, *Observatorio Audiovisual y Investigativo sobre procesos comunitários y de resistencia de la Asociación Campesina de Antioquia* – ACA, *Corporación Pasolini en Medellín* e *Colectivo K-minante*.

Figura 14. Instalação *Paisajes Nostálgicos* durante visita mediada. Fonte: fotografia da própria autora, 2018.

A edição resulta num documentário poético e abstrato acerca da região de Antioquia: cenas de paisagens vastas, em planos longos e abertos, enfatizando mais uma vez o cotidiano rural e harmônico. O texto de parede que acompanha

o audiovisual trata justamente de explicitar essa contraposição entre uma natureza fértil e generosa, na qual camponeses e afrodescendentes viviam em harmonia, em contraposição à experiência do conflito armado e do deslocamento forçado. O audiovisual tem 8 minutos e está localizado na entrada da exposição.

Essas duas instalações, em conjunto com o texto de apresentação da mostra, introduzem os visitantes ao Museu. O texto trata do conceito de verdade, de história como narrativa. Nomeia a exposição como um conjunto de versões sobre a história das violências em Medellín. A versão do MCM assume-se como incompleta, subjetiva e imperfeita. Explicita as fontes e recursos utilizados e convida à reflexão. Conforme discutido anteriormente, é o momento em que o MCM se coloca política e criticamente frente ao público.

Figura 15. Texto de abertura da exposição *Medellín. Violencias y resistencias*. Fonte: fotografia da própria autora, 2018.

As instalações de 3 a 14 concentram-se propriamente na sala central (grande galeria do primeiro pavimento).

Figura 16. Sala central. MCM. Fonte: **Medellín: memorias de violencia y resistencia** (2015, p. 4).

A instalação 3 – *Medellín: horizontes y fronteras* é uma projeção sobre maquete física da topografia de Medellín em escala 1:10.000, que narra a formação da cidade, sua expansão, processos de urbanização e agravamento das tensões. A história tem como marco temporal o ano de 1.542 até os dias atuais. A parte superior do vídeo é projetada na parede, na qual surgem textos e imagens, que abordam a ocupação no município e as tensões envolvidas, ampliando as informações projetadas sobre a maquete. A interação se dá por meio de um *mouse*, disposto abaixo da maquete, com o qual o público navega a partir da cronologia. É possível afirmar, ainda que preliminarmente, que a interação é difícil e pouco intuitiva, pela observação das visitas que realizamos em fevereiro e março de 2018, pois muitos visitantes não acessam a peça. A iluminação também é uma barreira para a leitura e concentração nos textos.

Figura 17. *Medellín: horizontes y fronteras.* Fonte: fotografia da própria autora, 2015.

A instalação 4 – *Territorios sensibles: relieves de memoria y violencia* é composta por um texto de parede e três multimídias, que tratam da dimensão e da capilaridade do conflito armado no Departamento de Antioquia. Para isso, emprega três categorias: 1) *Hechos victimizantes en Antioquia* coloca em foco as cifras da violência ao longo dos anos; 2) *Casos emblemáticos en Medellín*, trecho reservado aos fatos violentos na cidade que alteraram sua ocupação urbana e, 3) *Lugares de memoria en Medellín e Memorias compartidas*, categoria que apresenta locais de memória como forma de resistência, de denúncia e de mobilização social. Nesse último, o público pode interagir e inserir novos locais de memória (com as *tags* alegria, tristeza, amor e ódio).

Figura 18. *Territorios sensibles*. Fonte: fotografia da própria autora, 2015.

De acordo com conceitos pontuados no **Manual de mediación** (2014, p. 50-51), as categorias escolhidas atendem aos seguintes pressupostos:

Hechos victimizantes é uma categoria associada à Lei 1448, de 2011, em seu artigo 3, conforme citado anteriormente. Define-se como *hecho victimizante*, um feito, acontecido a partir de 01 de janeiro de 1985. Algo que constitua uma violação aos direitos humanos, ocorrido por conflito armado, perpetrado por guerrillas, paramilitares ou força pública – essa ocorrência define também as vítimas. Como crimes, ficam dispostos pela legislação:

1. Homicídio
2. Desaparecimento forçado
3. Sequestro
4. Lesões pessoais com ou sem incapacidade permanente
5. Tortura ou tratos degradantes
6. Estupros ou violações sexuais
7. Recrutamento forçado de menores

8. Deslocamento forçado.

A instalação apresenta dados sobre homicídio, desaparecimento forçado, sequestro e deslocamento forçado, assim como massacres, assassinatos coletivos e explosões por minas enterradas.⁴²

Os casos *emblemáticos* são especificamente os de Medellín e seguem a mesma perspectiva dos *Hechos victimizantes*, mas incluem especificidades da violência local com a marcante presença do narcotráfico, dos grupos paramilitares e da violência de Estado. A seleção privilegia casos que façam parte do repertório da população, bem como que afetam a maneira de viver a cidade. Segundo o **Manual de mediación** (2014, p. 51):

Los casos emblemáticos sirven también para ilustrar dos características fundamentales del conflicto que vivimos: la sistematicidad de los crímenes y la intencionalidad de los actores armados.

Os lugares de memória apontados pelo MCM, subvertem a lógica de Nora (2009), referenciando monumentos, obras de arte, instalações e locais propriamente ditos, que evoquem a memória da violência na cidade, seja como denúncia, homenagem ou luto e, com isso, estabelecem um novo status a esses espaços como patrimônios materiais do que deve ser lembrado. Existe a preocupação de alcance, de representatividade territorial e de diversidade de linguagens, conforme observado na figura 12 que ilustra os 37 pontos distribuídos nas comunas. Além disso, nesse terceiro monitor, há a possibilidade da interação, como exposto anteriormente, pela leitura dos documentos essa interação foi instalada posteriormente à abertura do museu.

⁴² Segundo o Grupo de Memoria Histórica do Centro Nacional de Memoria Histórica (2013) “los hechos victimizantes que caracterizan a la violencia paramilitar son los que violentan la integridad física como los homicidios selectivos, masacres, desaparición forzada, torturas y sevicia, desplazamientos forzados masivos y la violencia sexual. Mientras que los hechos victimizantes distintivos de las guerrillas atentan contra la libertad y los bienes a través de secuestros, asesinatos selectivos, ataques contra bienes civiles, atentados terroristas, amenazas, reclutamiento ilícito y desplazamiento forzado selectivo”.

Ubicación lugares de memoria

COMUNA 1 POPULAR

1. Mural en homenaje a las víctimas del conflicto armado en el Parque Biblioteca España
2. Mural en homenaje a las víctimas del conflicto armado en una parroquia
3. Placa conmemorativa y mural en homenaje a Silvio Salazar
4. Placa conmemorativa en homenaje Gustavo Antonio Vélez

COMUNA 2 SANTA CRUZ

5. Altar a Jovanny Guisao Bedoya

COMUNA 3 MANRIQUE

COMUNA 4 ARANJUEZ

6. Galería, Museo Cementerio San Pedro
7. Mural en homenaje a Jesús María Valle
8. Busto de Luis Fernando Vélez
9. Auditorio Gustavo A. Muñoz
10. Mural y edificio en homenaje a Gilberto Agudelo
11. Plazoleta en homenaje a Luis Fernando Barrientos

COMUNA 5 CASTILLA

12. Mural "Los caídos no serán olvidados"
13. Cementerio Universal

COMUNA 6 12 DE OCTUBRE

14. Teatro al aire libre Soraya Cataño

COMUNA 7 ROBLEDO

15. Escultura "Todos nosotros"
16. Cementerio simbólico
17. Mural homenaje a Magaly Betancur y Paula Ospina

COMUNA 8 VILLA HERMOSA

18. Escultura N.N.
19. Altar en homenaje a Robin Asmed Sánchez
20. Mural por la paz

COMUNA 9 BUENOS AIRES

21. Altar, homenaje a jóvenes asesinados

COMUNA 10 LA CANDELARIA

22. Masacre en el Bar el Viejo Baúl
23. Antigua casa de la Juventud Comunista de Colombia, JUCO
24. El pájaro herido y El pájaro de la paz
25. Monumento masacre de jóvenes de Villatina
26. I. E. Héctor Abad Gómez
27. Iglesia de la Candelaria
28. Escultura en homenaje a Guillermo Gaviria y Gilberto Echeverri

COMUNA 11 LAURELES ESTADIO

29. Altar en homenaje a Claudio Landaetta

COMUNA 12 LA AMÉRICA

30. Parque Biblioteca Presbítero José Luis Arroyave Restrepo
31. Escultura "Búsqueda"

COMUNA 13 SAN JAVIER

32. Colcha de Retazos
33. Mural en Homenaje a las Víctimas del Conflicto Armado
34. Salón Tejiendo Memorias

COMUNA 14 POBLADO

35. Altar en conmemoración a la bomba del Parque Lleras
36. Parque la Bailarina Isabel Cristina Restrepo Cárdenas

COMUNA 15 GUAYABAL

COMUNA 16 BELÉN

37. Escultura de Andrés Escobar

Figura 19. Lugares da memória. Fonte: **Manual de mediación** (2014, p.53).

Entendemos que o conjunto de informações repertoriado por essa instalação é muito relevante para o discurso museográfico e enuncia na exposição de longa duração a relação do MCM com o território – o que tem vários desdobramentos em ações extramuros, exposições temporárias e no relacionamento do museu com outras associações e ongs.

A instalação 5 – *Medellín en movimiento*, originalmente proposta para a sala central era composta por uma projeção em quatro grandes telas que, às vezes, formavam imagens diversas e noutras uma única imagem. Essas imagens retratavam um dia em Medellín por meio de diferentes rostos, lugares e histórias, com o objetivo de mostrar o cotidiano da cidade. O vídeo partia dos quatro pontos cardeais da cidade, mostrando diferentes ângulos da urbe durante um dia inteiro.

Figura 20. MCM Medellín. Fonte: **Medellín: memorias de violencia y resistencia** (2015, p. 9).

Desde 2017, o módulo passou a exibir o vídeo intitulado *Estas aguas arrastran lo indecible* (1h30min), do fotógrafo e arquiteto Sergio Gomez, artista convidado da exposição temporária em cartaz no MCM, *Geografías de la verdad*, que numa sequência de imagens em movimento e fotografias mostra o curso do rio Medellín.

Figura 21. Projeção atual. Fonte: fotografia da própria autora, 2018.

As duas propostas são bem distintas, sendo que a primeira traz o cotidiano urbano para o primeiro plano e a segunda retoma a linguagem da instalação 2, quando emprega o recurso da paisagem natural como recorte.

A instalação 6 – *Palabra de niño. Desarmar el sentido* reproduz parte da obra *Casa de las estrellas* (29 palavras e 58 definições), de Javier Naranjo⁴³, que

⁴³ Javier Naranjo é colombiano é professor, poeta e diretor da Biblioteca e Centro Comunitário Rural Laboratorio Del Espíritu em El Retiro, Província de Antioquia, onde idealizou e organizou o livro *Casa de las estrellas*. É autor dos livros *Orvalho*, *Silabario*, *Lugar de cuerpo ciego*, *A la sombra animal*, *De parte del aire* e *Gulliver*, além de inúmeras antologias. As cartilhas *El diario de Mammo* y *el Diario de...* escritas para o Museu de Arte Moderna de Madellín, tem como fim a aproximação das crianças e a arte. É também colaborador de diversas revistas e jornais internacionais de poesia.

apresenta definições do universo infantil para diversos conceitos, tais como: amor, assassinato, camponês, *etc.*, com isso, explora diferentes pontos de vista da violência e privação, por meio da fala de crianças da Colômbia de forma poética e sensível. O texto fica próximo à instalação da grande cronologia digital e faz um contraponto interessante ao apresentar a violência sob uma perspectiva poética.

A instalação 7 é a *Cronología – tramas de la historia y la violencia*. Apresentada num *videowall* com sete telas e fones de ouvido, capacitados a receber a interação de até sete visitantes ao mesmo tempo, navegando através dos anos por meio textos, hipertextos, imagens, vídeos e áudios.

Figura 22. *Cronología – tramas de la historia y la violencia*. Fonte: fotografia da própria autora, 2018.

A cronologia tem como marco inicial o período pós-guerra, mais especificamente o ano de 1946 e se estende até os dias atuais. Está dividida em Medellín, Antioquia e Colômbia. A principal fonte é a imprensa: mídia impressa, noticiários de televisão, rádio e fotografias.

Encontramos no *Centro de Activación de Recursos para la Memoria* (CRAM) do MCM, o documento produzido por Gerard Martin, em 2014, intitulado *Relato sociohistorico sobre las violencias en Antioquia, documento interno de la exposición Medellín: memorias de violencia y resistencia*, que apresenta uma

cronologia comentada desde os anos de 1930, possibilidades de periodização e reflexões críticas acerca dos fatos eleitos. Identificamos que esse material se constitui como a base da cronologia apresentada na exposição.

A periodização apresentada na mostra segue os seguintes eixos: *La violencia bipartidarista y el regime militar (1946-1958)*; *El frente nacional y las guerrillas revolucionárias (1958-1974)*; *Narcotráfico, expansión gurrillera y surgimiento paramilitar (1974-1994)*; *Degradación del conflicto y crisis humanitária (1994-2005)*; *Desmovilización, reconfiguraciones armadas y diálogos de paz e, Hacia el pos-Conflicto? (2005–dias atuais)*. Esses eixos enfatizam os pontos da violência e dão ao visitante repertório acerca de quem são os atores, mostrando também a formação das resistências e os reveses de cada período.

O narcotráfico surge com bastante destaque, bem como as ações de violência do Estado, porém, ambos são pontos de tensão, amplamente comentados pela imprensa local. Geralmente, esses agentes preocupam-se com a mitificação de personalidades ligadas ao tráfico, em especial, a figura do Pablo Escobar (existe uma procura, especialmente por parte dos turistas por atrações que repertoriem a vida do narcotraficante). Há também uma desconfiança de que as violências cometidas pelo Estado estejam minimizadas no Museu, dada à sua vinculação institucional. Contudo, as entrevistas com a equipe atual (aqui, observe-se que não conseguimos uma conversa com a atual diretora) e a entrevista com a antiga diretora, Lucía Gonzalez⁴⁴, demonstram não ter havido arbítrio conceitual por parte da Alcaldía no Museu em nenhum momento do Museu.

A instalação 8 - *Las múltiples caras de la violencia. El fotógrafo como testigo*, traz um mosaico de fotografias compostas em cubos giratórios, de diferentes momentos históricos e variadas formas de violência. Essas imagens são de quatro fotógrafos que atuaram em diferentes locais de conflito. Existe ainda o relato em vídeo desses fotógrafos acerca de sua vivência e trabalho, são eles: Natália Botero, Jesus Abad Colorado, Stephen Ferry e Albeiro Lopera. O público pode ouvir os depoimentos em vídeo e ver mais imagens do trabalho de cada profissional.

⁴⁴ Entrevista realizada com Lucía Gonzalez, ex-diretora do MCM, pela autora em Bogotá, em 05 de março de 2018.

Figura 23. *Las múltiples caras de la violencia*. Fonte: fotografia da própria autora, 2018.

A opção por trazer a voz dos fotógrafos em primeira pessoa é muito impactante, isto porque muitos deles vivem anos junto aos locais retratados e relatam a violência de um ponto de vista muito pessoal e apaixonado. A peça reforça o compromisso da instituição com a diversidade de relatos e versões da “memória histórica”.

A instalação 9 - *Palabras. Claves para pensar la guerra* é composta por pequenos vídeos que criam metáforas para se compreender a dimensão

dramática de algumas palavras cotidianas num contexto de guerra ou violência extrema – medo, solidariedade, resiliência, memória e diferença. Segundo o **Manual de mediación** (2014), o conteúdo dos vídeos é fruto das discussões da equipe de profissionais, que concebeu a sala central, editada e animada.

Figura 24. *Palabras claves*. Fonte: fotografia da própria autora, 2018.

A instalação 10 - *Susuros. Historias para gritar* é composta por 13 caixas de sons, em diferentes alturas. O visitante deve se aproximar para ouvir depoimentos do banco de dados do MCM sobre diferentes relatos de violência em primeira pessoa. Há uma clara referência ao silenciamento desses atores e ao ocultamento de muitas dessas histórias. Relatam homicídios, massacres, desaparecimentos forçados, sequestros, torturas e abusos de toda ordem.

Figura 25. *Susuros. Historias para gritar.* Fonte: **Medellín: memorias de violencia y resistencia** (2015, p. 14)

A ideia é muito potente, mas o resultado apresenta problemas técnicos, o som este quase inaudível durante a visita técnica que realizamos. Além disso, a proximidade da peça à instalação das histórias de vida em monitores gigantes é mais um ruído e um desestímulo para acessá-la.

A instalação 11 – *Mesas. Claves para pensar la guerra* é composta por 16 mesas/vitrines divididas nos seguintes temas e subtemas: **POBLACIONES Y SECTORES SOCIALES** - 1. *Indígenas*, 2. *Afrodescendientes*, 3. *Campesinos*, 4. *Académicos y periodistas*, 5. *Líderes sociales y sindicalistas*, 6. *Defensores de derechos humanos*, 7. *La vida en medio de la guerra (edades)*, 8. *Población LGTB*, 9. *Mujeres*, 10. *Fuerzas armadas*; **VIOLENCIAS Y TIERRAS** - 11. *Violencias contra la tierra*, 12. *Desplazamiento forzado*, 13. *Exilio* e **CULTURA POLÍTICA** - 14. *Oposición y pluralismo político*, 15. *Voto* e 16. *Verdad, justicia y reparación*.

Figura 26. Mesas. *Claves para pensar la guerra*. Fonte: fotografia da própria autora, 2018.

Figura 27. Mesas. *Claves para pensar la guerra* (detalhe da vitrine). Fonte: fotografia da própria autora, 2018.

Figura 28. Mesas. *Claves para pensar la guerra* (detalhe). Fonte: fotografia da própria autora, 2018.

As mesas/vitrines são todas brancas, iluminadas internamente. Elas têm o mesmo formato, dimensões e desenho sofisticado. Cada mesa conta uma linguagem própria, em geral, mantendo a cor branca ou tons pastéis, para tratar cada tema, respeitando suas especificidades. Nessa direção, o material delas

faz uso de metáforas traduzidas em textos, maquetes e/ou jogos, recursos essencialmente mecânicos e visuais, com exceção do vídeo sobre as mulheres, contudo, mesmo esse possui uma estética minimalista.

Observamos haver uma inspiração nos dioramas dos museus científicos nessa composição, o que deve advir pela participação da equipe do Parque Explora, Centro de Ciências, na concepção da sala.

As mesas trazem questões relevantes para a curadoria do MCM e algumas delas constituem peças de grande valor artístico, que podem ser exploradas sobre múltiplas formas. Observamos um esforço da equipe pedagógica em envolver o público nessa descoberta, no entanto, a antiga diretora, Lucía Gonzalez, em sua entrevista concedida a autora, avalia que as mesas pouco contribuem para o diálogo com o público, em especial, com as vítimas, a opção demasiada estética afasta esses públicos e desumaniza a relação, restringido a possibilidade do diálogo. Segundo ela, essas mesas não respeitam a estética própria desses novos atores (alvos do projeto de inclusão do museu). Para ela, esse tipo de mobiliário emprega uma estética já estabelecida⁴⁵.

Do ponto de vista curatorial, a opção por essa distribuição temática abrangente e sintética “resolve” o compromisso do museu com a diversidade ao abordar a violência sob muitos aspectos, no entanto, ao não se comprometer com um recorte acaba por tratar questões sensíveis de forma um tanto genérica ou meramente informativa ou demasiadamente lúdica.

O módulo 12 – *Historias presentes, palabras de encuentro* é composta por 34 depoimentos (o módulo abriu com 24 depoimentos e hoje já passou por uma atualização em 2016). Os depoentes são vítimas de violência ou testemunhos de alguma tragédia, pesquisadores, líderes comunitários ou religiosos, artistas, entre outros. Os depoimentos estão dispostos em seis monitores gigantes, cada um deles contém todos os depoimentos, que podem ser selecionados por depoente, vistos e ouvidos por um sistema de *sound tube*. Cada depoimento tem duração de quatro a seis minutos e mescla imagens em corpo inteiro dos entrevistados com imagens de arquivo ou do cotidiano dos depoentes ou algo que faça referência às suas histórias.

⁴⁵ Em entrevista conce

Figura 29. *Historias presentes, palabras de encuentro.* Fonte: fotografia da própria autora, 2018.

Figura 30. *Historias presentes, palabras de encuentro (detalhe).* Fonte: **Medellín: memorias de violencia y resistencia** (2015, p.12).

No mesmo local, disposta em bancos, encontramos a instalação 13 - *Memoria Sonora. Palabra, sonido y poder*, um multimídia no qual há uma seleção de músicas que tratam da temática da violência, da dor e da resistência sob os mais

diferentes ritmos. Essas músicas podem ser selecionadas e acessadas por meio de fones de ouvido.

Figura 31. *Memoria Sonora. Palabra, sonido y poder.* Fonte: fotografia da própria autora, 2018.

As músicas selecionadas para a exposição são dos seguintes artistas ou grupos musicais, em geral vinculados a musica pop local e hip hop: Amalgama, AKA, Asuntos pendentos, Andrea Echeverri, Bellavista Social Club, Compilado Barriología, Cantos del Desarraigo, Ceiba, Claudia Gómez, Desadaptadoz, Diana Avella, Etnocidio, Sociedad FB7, Frankie ha muerto, Humano X, Intifada, Kiño K-Music, Los Auténticos Parranderos, Lucía Vargas, Luis Mendoza, MC Kno, Mary Hellen, Masacre, Mojiganga, Monteadentro, Niquitown, Niyireth Alarcón, Parlantes, Pasajeros, Sharle Mattius, Silvia Ortega, Tarmac, Thy Antichrist, Vagabundos, Víctor Agudelo, Compilado Territorio Sonoro, Toque de Madera e 4 Cabezas.

As instalações 12 e 13, descritas acima, são muito acessadas pelo público, as seleções são muito felizes pela diversidade de assuntos e pontos de vista.

Figura 33. *Recinto de la memoria.*

Fonte: <http://www.parqueexplora.org/sites/default/files/RF%20CASA%20DE%20LA%20MEMORIA%20alta%20%2813%29.png>. Acesso em 10 abr. 2018.

A coleta das imagens expostas se deu no momento das *Consultas* e do *Inventário*, com especial apoio do *Programa de atención a víctimas*. A sala escura, os sons e as luzes criam um espaço solene de reverência e de reflexão que remete a outros memoriais ou museus de memória. De acordo com o **Manual de mediación** (2014), indica-se a relação com os seguintes museus/memoriais: Hall of testimony. Museum of Tolerance – Nova York (EUA), Museo de la memoria – Rosario (Argentina), Museo del Holocausto – Nova York (EUA), Museo de la Tolerancia – Ciudad de México (México), Museo de la Memoria, Santiago de Chile (Chile) e ESMA, Buenos Aires (Argentina).

De acordo, com as entrevistas e pela nossa observação da exposição, é um espaço do qual, os familiares das vítimas têm muito orgulho, bem como os mediadores utilizam com bastante destaque.

A última instalação 16 - *Resistencias. La fuerza de la gente*, está localizada no corredor de saída da exposição, composta por um mural de aproximadamente 10m de largura e 4m de altura, com imagens, textos e epígrafes que repertoriam instituições e pessoas envolvidas com as variadas formas de violência. A técnica empregada simula uma arte urbana, mesclando de grafite, pintura e estêncil.

Figura 34. *Resistencia*. Fonte: **Medellín: memorias de violencia y resistencia** (2015, p.16).

As personalidades referenciadas são líderes, defensores de direitos humanos e vítimas de múltiplas violências. A exposição aborda tanto na cronologia como nos testemunhos, de certa forma, a temática da resistência como amálgama da cidade de Medellín, no entanto, o momento, de fato, dedicado a essa temática fica restrito ao corredor de passagem, já fora espacialmente do espaço delimitado da exposição da sala central. Há uma crítica, por parte dos mediadores, de que muitas dessas vozes eleitas como resistência, também são vítimas, porque foram mortos pela violência do conflito armado, essa distinção e essa não dissociação não ficam evidentes na proposta narrativa adotada.

Entendemos a instalação como uma homenagem e, mais do que isso, potencializa a ideia de pacto do museu com a não repetição, filiando-se ao projeto de pacificação em curso na Colômbia, que marca, em especial, o período de sua concepção da instituição.

Desta forma, a exposição se insere na lógica dos novos espaços dedicados ao patrimônio oriundo dos mais diferentes traumas, compreendido, como pontuado no Capítulo 1 dessa dissertação, como “patrimônio difícil”, “lugares de dor e vergonha”, “sítios de consciência”, “passados sensíveis”, “museus de memória”.

E, dessa forma, nos faz refletir sobre as questões apontadas por Dolff-Bonekämper (2002), que envolvem o direito individual e familiar de superação do trauma pela negação do sofrimento e a vontade dos perpetradores ou de uma comunidade culpada pela violência em serem esquecidos, o que impõe a esses lugares um espaço de constante disputa de versões e de legitimidade sobre essa memória; a especificidade do tridimensional, da experiência material como uma possibilidade de interação única com a memória da dor, a forma como o MCM o faz, por meio de metáforas e depoimentos orais, já que o seu edifício não possui essa característica.

Com isso, nos faz refletir sobre os desafios em lidar com essa memória da dor, os limites que essa preservação encontra acerca da própria construção de sua narrativa e do próprio conceito de reparação simbólica, em especial, no caso antioquenco, onde o conflito armado repertoriado pelo museu ainda é presente no cotidiano de muitos de seus visitantes, portanto, mais que rememorar a instituição se torna um agente fundamental como multiplicadora do desejo de paz.

Considerações finais

Uma questão central acompanhou todo o desenvolvimento desta dissertação, e que se relaciona às noções de memória, identidade, reparação simbólica ou museus de memória: por que Medellín?

Porque me interessou, sobremaneira, compreender Medellín como cidade protagonista nas políticas de reparação e memória e como essa memória do conflito se relacionou, ou não, com a política de transformação urbana pela cultura.

Essa rota de curiosidade e encantamento levou-me pela primeira vez a Medellín em 2015, quando, ao participar de um Congresso de Museus e Centros de Ciências, tive a oportunidade de passar 10 dias na cidade. O Congresso se realizou no Parque Explora (equipamento inserido no PUI – Norte), quando tive oportunidade de visitar outros projetos do bairro Moravia, do Planetário e do Jardim Botânico, bem como experienciar uma cidade articulada numa malha competente de transporte público, seja pelo metrô ou pelo metrocable, instalados nas zonas mais excluídas da cidade.

Em 2018, em visita durante a execução dessa dissertação, pude acessar a cidade pelo Tranvía, requalificado, após ter sido abandonado por anos, numa iniciativa de melhoria e maior circulação no corredor central que liga a região histórica da cidade à zona centro-oriental, onde se localiza o Museo Casa de la Memoria.

Em minha primeira viagem, fiquei hospedada em El Poblado (bairro localizado na comuna 14), área onde vive a elite da cidade, bastante vocacionada ao turismo, com toda a sorte de *hostels*, bares e diversão. Já durante o trabalho de campo, em fevereiro e março de 2018, fiquei hospedada em San Javier (comuna 13), bairro marcado pela violência, seja a das guerrilhas, como a dos bandos criminais e a da polícia. San Javier tem estação de metrô, metrocable e Parque Biblioteca. Tem uma Igreja matriz e o cheiro da **cultura paisa** espalhado em suas ruas, seja pela diversidade de arepas de milho, seja pelos *buñuelos* (bolinhos fritos de queijo com farinha e ovo). Em San Javier, comuna marcada pela violência e pela aparente normalidade que, afinal, rege sempre o

cotidiano de qualquer território, segui buscando evidências para uma compreensão mais clara do processo de transformação de Medellín.

Independente das minhas impressões pessoais, Medellín impressiona pela fabulosa inversão de indicadores sociais, econômicos e pela diminuição dos índices de violência, exaustivamente citados nesta dissertação. Porém, mais do que isso, mostra-se instigante o discurso de **transformação pela cultura** – contudo, sem ter a cultura como âncora, mas sim elo de um projeto integral.

Pareceu-nos interessante a ideia de projeto integral, no qual, apesar da apropriação do urbanismo social e da monumentalização civilizatória, é preciso transitar em rotas menos fáceis, trilhadas pela participação coletiva, pela escuta e pela associação entre Estado, empresas e sociedade civil.

Esse projeto envolveu mobilidade urbana, educação, moradia, a construção dos Parques Bibliotecas, novos negócios e, por fim, a constituição de um museu de memória com a função de repertoriar a memória do conflito armado, na segunda cidade mais importante da Colômbia.

Nesse sentido, ainda que o *Museo Casa de la Memoria* não se configure como protagonista da política de transformação da cidade, sua existência e a urgência da pauta da paz para Medellín e para a Colômbia, sentenciam sua relevância regional e nacional. Portanto, sua existência é uma escolha política que, necessariamente, estabelece um diálogo com a transformação urbana da cidade.

Recorro ao Informe **Medellín: memorias de una guerra urbana**, que, como lembrado por esta dissertação, elege a cidade como sujeito de reparação coletiva, vítima, ela – a cidade – do conflito armado. O que nos faz refletir que, essa conjuntura de Medellín, como arquétipo da cidade violenta, é o que também intriga.

¿Por qué Medellín?

Ayudar a entender por qué el conflicto armado alcanzó esta magnitud y permanencia es uno de los propósitos de este relato. Este informe constata que un factor determinante ha sido el narcotráfico y la manera como permeó el conflicto armado y la sociedad en general. Varios narcotraficantes antioqueños crearon grandes aparatos armados propios y los dispusieron contra las guerrillas, las instituciones estatales y, frecuentemente, contra la población inerte. Pero al mismo

tiempo una parte de su estrategia fue permear estas mismas estructuras. Sectores de las guerrillas y agencias del propio aparato estatal fueron cooptados por los narcotraficantes, lo que facilitó la expansión de su poder. Otro elemento que explica el impacto del narcotráfico en el conflicto y en las violencias de la ciudad fue su sintonía con las demandas no satisfechas de la población, para la cual este negocio también representó el único canal de ascenso social posible por sus formas rápidas de enriquecimiento en una cultura que hacía apología del consumo, las drogas y la muerte. Un factor explicativo adicional tiene que ver con la respuesta estatal. Frente a la proliferación de actores y prácticas violentas, el caos y la inexistencia de un poder hegemónico, las autoridades municipales, en general, carecieron de la visión y los medios suficientes para encarar la situación, y los entes nacionales sólo actuaron con decisión y relativa eficacia cuando se percibió que estaba amenazada la seguridad pública. Mientras tanto, hubo muy poca consideración por la situación de las personas y la vulneración de sus libertades y derechos fundamentales. Además, algunos sectores de la fuerza pública se vieron comprometidos en la persecución y asesinato de dirigentes sindicales, alentaron prácticas de privatización de la seguridad y actuaron en connivencia con grupos paramilitares que fueron funcionales a su noción particular de seguridad y orden. Esto y los altos índices de impunidad explican también las dinámicas y magnitud alcanzadas en este conflicto. También la economía tuvo que ver en la detonación y persistencia del conflicto armado. Los momentos de agudización del conflicto y sus violencias asociadas en la ciudad coincidieron con dos crisis económicas de profundos efectos sociales, una entre 1982 y 1985, y la otra entre 1998 y 2001. Las características de la estructura productiva de Medellín hicieron que esas crisis nacionales tuvieran un mayor impacto para sus habitantes, en especial cuando se consideran el desempleo y la pobreza medidos según ingresos. El peso de las crisis económicas recayó principalmente en el segmento juvenil de la población, el cual sufrió los rigores del desempleo y la desescolarización con más intensidad que en los otros centros urbanos del país. Esto llevó a que jóvenes excluidos del mercado laboral y de la oferta educativa buscaran vincularse a actividades ilegales y sirvieran para satisfacer la demanda de guerreros de distintos bandos. Fue así como esta población terminó constituyendo el grueso de las víctimas directas de los múltiples conflictos de la ciudad. La presencia de actores armados en la ciudad se relaciona además con prácticas sociales e institucionales de la ilegalidad afianzadas históricamente, con una tradición de bajo cumplimiento de la ley y una estima alta del éxito económico a toda costa. Finalmente, hubo múltiples intercambios de saberes criminales que sirvieron para una expansión de la violencia propiciada por otras organizaciones más grandes y con un sentido más estratégico. Estos factores ayudan a entender también por qué el conflicto armado en Medellín perduró y alcanzó tales dimensiones, pues han creado las condiciones para el asentamiento, expansión y pervivencia de dichos actores por lo menos durante tres décadas. (CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA, 2013, p. 36 – 38).

O Informe pontua questões fundamentais para a compreensão das tensões que atravessam a cidade: (i) a intensidade e a permanência da violência; (ii) a presença marcante do narcotráfico e de personalidades internacionais ligadas a esse fenômeno; (iii) a permeabilidade entre as violências de origem guerrilheira,

os paramilitares, a força pública e os narcos; (iv) a crise econômica assinalada pelo declínio industrial nos anos de 1980 e (v) as altas taxas de desemprego, em especial da população jovem.

Esse contexto guarda muita similaridade com as cidades brasileiras o que, portanto, reforça o interesse crítico sobre a experiência do MCM como referência para possíveis chaves de mudança no tratamento da memória da violência em nosso país.

Tendo em vista esse eixo condutor, o Museo Casa de la Memoria se apresenta como dito anteriormente, como um grande projeto político, capaz de construir memórias e espaços de reparação simbólica, fundamental para articulação da cidade.

Do ponto de vista da reparação simbólica, o Museu está compromissado com a visibilidade e circulação das memórias das vítimas. Construído a partir de forte base social, o MCM nasce, como vimos, bastante vinculado às associações de vítimas, ongs e aos programas da Alcaldía relacionados ao tema.

Seu desenvolvimento é, posteriormente, inserido no PUI – Centro Oriental, e instalado no Parque Bicentenário, um dos projetos arquitetônicos do *Plan de Desarrollo Medellín es competitiva y solidaria*. Essa configuração, ao mesmo tempo, em que valoriza a reivindicação das vítimas, institucionaliza e enquadra a memória dentro de um projeto político maior.

Os seus poucos anos de existência, desde a inauguração, em dezembro de 2011, aos dias atuais, demonstraram sua capacidade de articulação, seja por meio dos projetos de gestão do conhecimento, seja pela circulação e ativação de memórias. Os funcionários do museu, da Alcaldía e mesmo os pesquisadores entrevistados são unânimes sobre a sua importância institucional, como uma forma de compromisso firmado pelo Estado com as vítimas e com a não-repetição.

Como metodologia de trabalho para a análise do MCM, buscamos compreender as forças que se aliaram para a implantação do museu, para sua permanência, os caminhos escolhidos para o desenvolvimento dos conteúdos e do recorte curatorial seguidos e, por fim, a exposição de longa duração da sala central, entendida como principal veículo de comunicação da missão institucional.

É notável, via registro da imprensa ou via análise dos documentos institucionais, a vinculação e o protagonismo das organizações das vítimas na concepção do museu, bem como a participação de ongs, com destaque para a Corporación Región, que também é responsável pelo **Informe Medellín: memorias de una guerra urbana**.

O processo de concepção contou, conforme descrito nesta dissertação, com três conjuntos de documentação fundadores, o *Inventário Cultural*, as *Consultas Ciudadanas* e a pesquisa histórica – cronologia da violência. A leitura crítica desses três documentos aponta para a vinculação do museu a um conjunto de instituições que tem como lastro a narrativa das vítimas e do conflito, não uma coleção. Desse modo, vincula o Museu às redes de museus de memória e direitos humanos, como citado no Capítulo 1, bastante centrado em depoimentos de história oral, memórias individuais e suportes audiovisuais, com o diferencial de não estar instalado em um lugar de memória, tendo que recorrer às cartografias e às ações externas para marcar essa posição.

As formas de consulta participativa, por meio de grupos focais, consultas públicas e inventários temáticos, serviram como balizador de conteúdos (identificar as memórias sobre as violências e o conflito armado a partir de diferentes setores); para a construção de legitimidade institucional e teste de hipóteses (explorar a importância, validade ou resistências à proposta do museu, seus eixos narrativos, etc.).

Uma das preocupações levantadas pelos depoimentos relatados no documento das *Consultas Ciudadanas* (2011), sintetiza, talvez, o grande desafio dos museus de memória e direitos ou minorias, que tratam de memórias até então excluídas das narrativas oficiais.

Lo sospechoso:

“Reconstruir una memoria para que ocupe un lugar que esta dado por la institucionalidad, por el gobierno que busca establecer el lugar de la memoria, me parece un poco sospechoso (...) porque estamos hablando de la memoria de las víctimas y me parece problemático por que las víctimas en certa medida ya tienen memoria. El que sufre la violencia tiene su propia forma de construir la memoria (...) Búsqueda de institucionalización de formalización de um lugar que

sencillamente serviria para la reconstrucción de las memorias (Consulta Ciudadana con el sector Académico. Intervención 11).⁴⁶

Essa preocupação, conhecida dos profissionais envolvidos na concepção do Museu, sejam os ligados ao *Programa de Atención a las Víctimas* ou às ONGs, fizeram com que o recorte curatorial se preocupasse com uma narrativa expositiva que abordasse e aprofundasse os mais diferentes atores, formas de violência e linguagens artísticas. A curadoria sempre deixa marcado nos textos que, mais do que uma verdade única ou história oficial, cabe à instituição reforçar seu caráter pedagógico e estimular o público visitante a refletir sobre as causas e consequências do conflito, entendido em sua dimensão local, mas com vistas à compreensão universal.

Contudo, não é a forma nem o conteúdo do museu, que despertam maior atenção dos especialistas e da imprensa, e sim a disputa acerca de sua permanência e do seu compromisso com as políticas de reparação e paz.

Isso se explica, em parte, pela alternância de poder local na Alcaldía e a consequente mudança na direção geral da instituição, o que impacta sensivelmente os programas do museu. Fica nítido, pelos discursos divulgados pela imprensa, que a gestão atual busca uma maior formalização dos processos internos e, em certa medida, um afastamento das organizações sociais e das associações das vítimas, implicando na dissolução da associação de amigos e alterando a composição do Conselho Diretivo do museu, no qual a Mesa de Víctimas passa a ter assento, mas não direito a voto.

As declarações da atual diretora sobre a neutralidade e imparcialidade do museu preocupam os profissionais da cultura de Medellín, já que sua concepção está intimamente vinculada a um compromisso de reparação simbólica e atenção às vítimas, como coautores da instituição e não objetos de estudo (TABARES, 2017). Neutralidade, nesse caso, é mais do que impossível, é paradoxal.

Assim sendo, permanece o desafio de a instituição blindar-se em relação às alternâncias de poder local, ao risco de estetização ou à banalização do discurso, num contexto de conflito armado intermitente, no qual a paz ainda é uma

⁴⁶ Grifos nossos

possibilidade futura, ao mesmo tempo, que é marca de um passado a ser rememorado.

Cabe, contudo, afirmar que o Museu cumpre seu papel como equipamento cultural e agente de reparação simbólica, ao expor as chagas e as cicatrizes de uma sociedade em conflito por meio de suas exposições, programas e ações de difusão, buscando incorporar e dar voz a múltiplos atores, salvaguardar memórias individuais e construir uma memória histórica coletiva de convivência.

Se coloca assim como agente do processo de paz de uma sociedade em transição ou de uma sociedade em conflito dentro dos limites da reparação simbólica e do fazer justiça.

Referências Bibliográficas

ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ASSMANN, Aleida. **Espaços de recordação. Formas e Transformações da Memória Cultural**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2011.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOLAÑOS, María (ed.). **La Memoria del Mundo. Cien años de Museología 1900 – 2000**. Madrid: Ediciones TREA S.L, 2002.

BUILES, Gloria Marcela Gómez. **Desplazamiento forzado y periferias urbanas: la lucha por el derecho a la vida en Medellín**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2010.

CARMONA LONDOÑO, Luz Stella. **A estética da natureza e o processo de reprodução do capital nas áreas centrais de Medellín – Colômbia**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2013.

CARNOVALE, Vera. Memorias, espacio público y Estado: la construcción del Museo de la Memoria. In: **Estudios AHILA de Historia Latinoamericana**, n.2 (nueva serie), Verveurt, 2006.

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA. **Basta ya. Colombia memorias de guerra y dignidad**. Bogotá: Centro Nacional de Memória Histórica, 2013.

DE CARLI, Georgina. Vigencia de la nueva museología en América Latina: conceptos y modelos. **Revista ABRA**, v. 24, n. 33, p. 55-75, 2004.

DESVALLÉS, André. A museologia e os museus: mudanças de conceitos. In: **Cadernos museológicos**. Rio de Janeiro: SPHAN; Pró-Memória, 1989.

DOLFF-BONEKÄMPER, Gabi. Sites of Hurtful Memory. In: **Getty Conservation Institute Newsletter**, v.17, n. 2, 2002.

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. A função social dos museus. In: **Canindé – Revista do Museu de Arqueologia de Xingó**, n. 9. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, junho/2007, p. 169-187.

FRANCO, Juan David Ortiz. El Museo Casa de la Memoria debe ser un espacio neutral. **El Pacifista**. 2016. Disponível em <http://pacifista.co/el-museo-casa-de-la-memoria-debe-ser-un-espacio-neutral/>. Acesso em 12 jun. 2018

FRANCO, Isabel Duque. La cultura como estrategia de transformación y promoción urbana en Bogotá y Medellín. **Revista de Geografía Norte Grande**, 61: 25-43 (2015). Disponível em <https://scielo.conicyt.cl/pdf/rgeong/n61/art03.pdf>. Acesso em 12 jun. 2018.

_____. Políticas públicas, urbanismo y fronteras invisibles. Las disputas por el control espacial en Medellín. **XIII Coloquio Internacional de Geocrítica El control del espacio y los espacios de control Barcelona**, 5-10 de mayo de 2014. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Isabel%20Duque%20Franco%20-%20Formatado.pdf>. Acesso em 12 jun. 2018.

GRISALES, Sandra Patricia Arenas. **Os vaga-lumes da memória: altares espontâneos e narrativas de luto em Medellín-Colômbia**. Programa de Pós-graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014 (Tese de Doutorado).

GRUPO DE MEMORIA HISTÓRICA. **¡Basta ya! Colombia: memorias de guerra y dignidad (informe geral)**. Centro Nacional de Memoria Histórica. 2013. Disponível em <http://www.centrodememoriahistorica.gov.co/descargas/informes2013/bastaYa/basta-ya-memorias-guerra-dignidad-new-9-agosto.pdf>. Acesso em 01 jun. 2017.

GUTIÉRREZ TAMAYO, Alberto León. Parque Explora: Intervenção urbana geradora de transformações sócio-territoriais no bairro Moravia, Medellín (Colômbia). **III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva**. São Paulo, 2014.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

HYUSSEN, A. **Seduzidos pela memória**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

_____. Em busca del tiempo futuro. In: **Revista Puentes**. Buenos Aires, Ano 1, n.2, 2000.

HYLTON, Forrest. **A revolução colombiana**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

KOSELLECK, R. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Revisão da tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUCRio, 2006.

LOPERA, Juan Carlos Gómez. Del olvido a la modernidad: Medellín (Colombia) en los inicios de la transformación urbana, 1890- 1930. In: **Revista de História Regional e Local**, vol. 4, n.7, Medellín: Universidade de Antioquia, 2012.

MARTIN, G. **Medellín, tragedia y resurrección. Mafia, ciudad y Estado, 1975-2012**. Medellín: Editorial Planeta Colombiana S.A, 2012.

MCM. **Museo Casa de la Memoria de Medellín**. 2012. Disponível em <https://issuu.com/museocasadelamemoria/docs/casadelamemoria62012>. Acesso em 03 jun. 2018.

MCM. **Medellín: Memorias de violencia y resistencia**. Medellín: Traga Luz Editores S.A.S, 2015.

MCM. **Manual de Mediación**. Medellín: Traga Luz Editores S.A.S, 2014.

MCM. **Memoria**. Medellín: Traga Luz Editores S.A.S, 2015.

MELGUIZO, Jorge. **Cultura, equidad, convivencia y ciudadanía (o el para qué de la cultura...)**. Texto escrito para a FES, em virtude de seus 50 anos. Medellín, junho de 2015, p.2 – 4.. Disponível em <http://www.pensamientopenal.com.ar/system/files/2018/05/doctrina46552.pdf>. Acesso em 12 jun. 2017.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A exposição museológica: reflexões sobre pontos críticos na prática contemporânea. In: **Ciências em Museus**. Belém, 1992, p. 117.

NEVES, Katia Regina Felipini. **A potencialidade dos lugares de memória sob uma perspectiva museológica processual: um estudo de caso. O Memorial da Resistência de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. Orientação: Prof. Dr. Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha. Lisboa: Universidade Lusófona, 2011.

NIETO LÓPEZ, J; ROBLEDO, L. **Conflicto, violencia y actores sociales em Medellín**. Medellín: UNAULA, 2006.

NOGUEIRA, Maria Rene. De la política a la práctica: la transformación de Medellín. **Revista Planeo**, n.11, Política Pública y Ciudad, ago. 2013. Disponível em:

<http://revistaplaneo.uc.cl/2013/08/05/de-la-politica-a-la-practica-la-transformacion-de-medellin>. Acesso em 01 jul. 2016.

NORA, Pierre. Memória: da liberdade à tirania. **Revista Musas**. Brasília: IBRAM, n. 4, 2009.

PEREZ, Amada. La independencia como gesta heroica en el continuo histórico nacional: la densidade de uma representación, 1880/1909. **Historia de un grito. Doscientos años de ser colombianos**, Museo Nacional de Colombia, 2010 (catálogo).

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989. SÁNCHEZ, Gustavo Hernández. **Medellín hoy: unas notas sobre la violencia en Colombia desde el otro lado del Atlántico**. Universidade de Salamanca, 2011. Disponível em: www.encrucijadas.org. Acesso 01 jul. 2017.

SÁNCHEZ, L.; GUTIÉRREZ, A.; HINCAPIÉ, L. **Medellín, una ciudad construida a varias manos. La participación en programas de desarrollo urbano, 1970-2010. Informe técnico de investigación no publicado**. Medellín: Universidad de Antioquia, 2013.

TABARES, Daniel Grajales. **Mitos y realidades del Museo Casa de la Memoria. Entrevista con Adriana Valderrama**. 21 mai. 2017. Disponível em <http://www.elmundo.com/noticia/Mitos-y-realidades-del-Museo-Casa-de-la-Memoria/352641>. Acesso em 10 jun. 2018.

TEITEL, Ruti. Transitional Justice Genealogy. In: **Harvard Human Rights Journal** 16. 2003

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

YOKOYA, Esther S. W. e ALMEIDA, Mariana S. F. de. Colômbia. PANORAMA DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO EM 2015, p.89 - 106. IN: **Justiça de transição na América Latina: panorama 2015 Justicia de transición en América Latina: panorama 2015** / organização, Cláudia Paiva Carvalho, José Otávio Nogueira. Guimarães, Maria Pia Guerra. -- Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT), 2016.

Documentos consultados

ACUERDO MUNICIPAL 045. Disponível em https://www.medellin.gov.co/normograma/docs/a_conmed_0045_2006.htm. Acesso em 03 jun. 2018.

ACUERDO MUNICIPAL 004. Disponível em https://www.medellin.gov.co/normograma/docs/a_mcm_0004_2015.htm#Inicio. Acesso em 10 jun. 2018.

ACUERDO MUNICIPAL 005. Disponível em https://www.medellin.gov.co/normograma/docs/a_conmed_0005_2015.htm. Acesso em 10 jun. 2018.

ACUERDO MUNICIPAL 012. Disponível em https://www.medellin.gov.co/normograma/docs/pdf/a_mcm_0012_2016.pdf. Acesso em 10 jun. 2018.

ALCADÍA DE MEDELLÍN. **Plan de Desarrollo de Medellín 2004 – 2007. Medellín, compromiso de toda la ciudadanía**.

ALCADÍA DE MEDELLÍN. **Plan de Desarrollo de Medellín 2008 – 2011. Medellín es solidaria y competitiva.**

ALCADÍA DE MEDELLÍN. **Plan de Desarrollo de Medellín 2012 - 2015. Medellín, un hogar para la vida.**

ALCADÍA DE MEDELLÍN. **Informe Proyecto Casa de la Memoria. Consultas Ciudadanas y talleres con diversos sectores poblacionales y territoriales de Medellín, 2010- 2011.**

CONGRESO DE LA REPÚBLICA DE COLÔMBIA. **Ley 9 de 1989. Reforma Urbana.** Colômbia: Congreso de la República, 1989.

CONGRESO DE LA REPÚBLICA DE COLÔMBIA. **Ley 388 de 1997.** Por la cual se modifica la Ley 9 de 1989, y la Ley 2 de 1991 y se dictan otras disposiciones. Colômbia: Congreso de la República, 1989.

CONGRESO DE LA REPÚBLICA DE COLÔMBIA. **Ley de justicia y paz,** Ley 25 de julho 2005. Colômbia: Congreso de la República, 2005.

CONGRESO DE LA REPÚBLICA DE COLÔMBIA. **Ley de víctimas y restitución de tierras,** Ley 1448 10 junho de 2011. Colômbia: Congreso de la República, 2011.

Palestra

Ulpiano Meneses, no *Seminário Memória, resistência e políticas culturais na América Latina*, de 16 a 17 de março de 2017. Observatório do Itaú Cultural, São Paulo/SP (transcrição de gravação feita).

Sites consultados

<http://revistaplaneo.uc.cl/2013/08/05/de-la-politica-a-la-practica-la-transformacion-de-medellin/>. Acesso em 28 abr. 2016.

<http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/jt-manual-para-america-latina-portugues.pdf>. Acesso em 01 jul. 2017.

<https://www.centrodememoriahistorica.gov.co/micrositios/caminosParaLaMemoria/descargables/ley1448.pdf>. Acesso em 01 jul. 2017.

Apêndice

Nome	Cargo	Local e Data
Entrevista com Isabel Dapena e Livia Esther	Profissionais do MCM responsáveis pela expografia e projetos de visibilização da memória	Realizada no MCM, em 21/02/18
Entrevista com Cindy Losada	Coordenadora do Núcleo Pedagógico do MCM	Realizada no MCM, em 27/02/2018.
Entrevista com Mercedes Ossa	Funcionária da Alcaldía e ex-coordenadora do Programa de Atención a Victimas	Residência em Medellín, em 28/2/18
Entrevista com Marta Ines Villa	Pesquisadora da ong da Corporación Región	Realizada na Corporación Región, Medellín, em 01/03/18
Entrevista com Lucía Gonzalez	Ex- Diretora do Museo Casa de la Memoria	Realizada em Bogotá, em 05/03//18

Anexos

MUSEO **Casa de la Memoria**

Museo Casa de la Memoria

Nit: 900857221-4

Dirección: Calle 51 # 36-66

Teléfono: 3835555

Correo electrónico: museocasadelamemoria@medellin.gov.co

Página web: museocasadelamemoria.gov.co

Trayectoria y cronología.

En el año 2015 el Museo Casa de la Memoria se constituyó como entidad descentralizada de la Alcaldía de Medellín con el Acuerdo 05 de 2015 del Concejo Municipal. Sin embargo, su trayectoria se remonta al año 2006, cuando fue concebido desde el entonces Programa de Atención a Víctimas del Conflicto, ahora Unidad Municipal de Atención y Reparación Integral a víctimas del conflicto armado, de la Alcaldía de Medellín. Desde entonces, se han realizado diferentes actividades e intervenciones con diferentes públicos, entre ellos víctimas del conflicto, estudiantes, académicos, personas en proceso de reintegración y artistas (ver anexo 1)

A continuación, presentamos la cronología de la trayectoria del Museo Casa de la Memoria, como proyecto y como entidad descentralizada de la Alcaldía de Medellín:

• 2008

La Alcaldía de Medellín incluye el proyecto de la construcción de un espacio dedicado a la memoria dentro del Plan de Desarrollo 2008–2011. Inicialmente como una “Sala de la memoria”, no solo como un centro de documentación. Con el tiempo, empieza a formularse como “casa” a partir de los aportes que se recibieron en las consultas ciudadanas, y como “museo” para que pudiera integrarse a la red internacional de estas entidades. El Programa de Atención a Víctimas del Conflicto Armado y la Empresa de Desarrollo Urbano, EDU, son los

MUSEO Casa de la Memoria

encargados de pensar el proyecto. Ese mismo año se incorpora la propuesta al Plan Urbano Integral, PUI, de la zona centro oriental de Medellín (comuna 8) y a su proyecto Parque Bicentenario.

• 2010

La Corporación Región realizó 28 consultas ciudadanas en las que participaron 457 personas. Se recibió a una asesora en museología y a un profesional de apoyo técnico para el centro de documentación, enviados por la Agencia de Cooperación Internacional del Japón, JICA. (Ver anexo 2)

• 2011

Agosto: Proyecto Museos Comunitarios el cual tuvo como eje central la participación ciudadana, entendida como la posibilidad de construir conocimiento desde la reflexión y el hacer. En el marco de este proyecto se

MUSEO

Casa de la Memoria

llevaron a cabo algunas acciones como “Menguantes para sembrar” realizada en la urbanización Las Flores de la Ciudadela Nuevo Occidente, una oportunidad para que las personas pertenecientes a los diferentes grupos de trabajo dentro del proyecto Museos Comunitarios, se encontraran con su propia comunidad y expusieran sus destrezas y saberes alrededor de los jardines y de los procesos en favor de la convivencia que allí se realizan.(Ver anexo 3)

Memoriales para la apropiación ciudadana del Museo

En el marco de la entrega de la primera parte construida del edificio del Museo Casa de la Memoria a la ciudadanía (15 de diciembre de 2011) se desarrollaron tres acciones de construcción de Memoria participativa para apropiación del espacio por parte de la ciudadanía:

- Acción 1: Construcciones museográficas en el espacio público mediante las cuales se instaló un memorial de espacio público que rinde homenaje a 480 personas que sufrieron diferentes tipos de victimización. Este memorial fue construido con los familiares de las víctimas. Y se instalaron 7 testimoniales sonoros en los cuales se escuchan desde el espacio público diferentes testimonios extraídos del libro El cielo no me abandona, autoría de Patricia Nieto publicada por el Programa de Atención a Víctimas de la Alcaldía de Medellín y contiene las historias de diversos sectores sociales en distintas condiciones como reconstrucción amorosa y dolorosa de hechos infames que no son lejanos.

MUSEO

Casa de la Memoria

Acción 2: Opera Urbana. Puesta en escena y desarrollada bajo la dirección de Eduardo Sánchez, estuvo basada en la exaltación de testimonios, la indagación de diversas fuentes entre ellas víctimas de la violencia en la ciudad y contó con la participación de un gran colectivo artístico, administrativo y de producción. El evento fue presentado a 600 personas en el espacio público. (ver en <https://www.youtube.com/watch?v=UvkOd8vPt7o>) y en <http://operaurbanamedellin.blogspot.com.co/2011/12/con-gran-exito-se-llevo-cabo-la-opera.html>. (Ver anexo 4)

Acción 3: Instalación temporal Memoria en Reflejo: Fue llevada a cabo en la Sala Central del Museo cuando aún no se había producido la exposición principal del mismo. El proyecto buscó acoger a los públicos que presenciaban la opera urbana para guiarlos abriendo las puertas a habitar el museo, en un recorrido al interior del mismo, como espacio pre-ocupado por las víctimas. Se construyó una intervención en el espacio mediante la creación de una experiencia instalativa para el tránsito de los visitantes a través de una superficie de agua en la cual se podían ver reflejados de forma múltiple ellos mismos y a su vez rostros proyectados de las víctimas de desaparición forzada, ambos entre luces que les acompañan.

Semana por la Memoria: Este fue un evento de nueve días donde se generaron reflexiones con víctimas, artistas, expertos y ciudadanos para comprender lo que ha sucedido en los años de conflicto armado en Colombia. Este evento contó con una programación cultural y académica.

MUSEO Casa de la Memoria

● 2012

Julio: Se entrega a la ciudad la escultura “El árbol de la vida” del maestro Leobardo Pérez Jiménez, construida con 27.398 armas blancas recolectadas en los diferentes procesos de desarme en los barrios de Medellín. La obra se instala en el Parque Bicentenario.

Exposición Temporal: Memorias Con-tenidas

Una muestra de creaciones estéticas construidas por las víctimas o sus familiares, en homenaje a las víctimas de desaparición forzada, creada bajo la metodología de se desarrollaron cajas de memoria en las cuales se depositaban memorias de afecto, construidas contando con la orientación y acompañamiento de profesionales del Museo Casa de la Memoria.

La muestra permitió que los objetos exhibidos pudiesen ser apreciados desde la perspectiva del arte, como lenguaje que permite otros escenarios para la difusión la memoria. Esta muestra posteriormente estuvo en recorrido por diferentes espacios públicos de la ciudad. (Anexo 5). Para ver más fotografías del evento, visitar el siguiente link:

<https://www.flickr.com/photos/casadelamemoria/7898291576/>

MUSEO

Casa de la Memoria

● 2013

Exposición La Libertad es la Vida es / Rafael Ortiz y Madres de la Candelaria : Esta exposición se realizó en el marco de Mayo por la Vida y la Cumbre de la No violencia, en la que se solicitó a varias organizaciones y personas redefinir, a partir de sus vivencias, palabras como libertad y vida. Las fotografías de esta exposición se pueden encontrar en el siguiente link.

<https://www.scribd.com/document/333528789/La-Libertad-Es-La-Vida-Es>

Programa Habitar la memoria. Tuvo como objetivo generar estrategias para la apropiación social del Museo Casa de la Memoria, donde se utilizaron componentes pedagógicos, a partir de narrativas audiovisuales, teatrales, muestras de danza, arte terapia. Música y escritura. (Ver anexo 6)

Proyecto sala central Medellín Memorias de violencia y resistencia. Producción y curaduría de la museografía de la sala de larga duración, para la cual se incluyeron contenidos, diseños, textos, equipos y desarrollos tecnológicos, comunicaciones y multimediales que permitieran abordar la memoria del conflicto armado.

MUSEO Casa de la Memoria

• 2014

Memoria Joven: Este proyecto buscó consolidar con jóvenes de la ciudad de Medellín procesos de construcción de memoria histórica que estén orientados desde la comprensión del conflicto armado. Se trabajó con 70 jóvenes de instituciones educativas ubicadas en la comuna 8, 9 y 13.

MUSEO Casa de la Memoria

Del 13 al 17 de abril

EXPOSICIÓN MEMORIA JOVEN

La exposición itinerante llega al colegio San Ignacio de Loyola, ven a conocer los resultados de este proceso | Lugar: Frente a la oficina de bienestar de la institución

MUSEO

Casa de la Memoria

Memorias en diálogo: Con este proyecto se promovió el dialogo de saberes, la creación colectiva y la circulación de memorias y relatos musicales y audiovisuales entre las organizaciones de víctimas, artísticas, practicas comunitarias e iniciativas que construyen memoria. Estos procesos se desarrollaron en las comunas 1,3,5,6,8 y 13 con cuatro organizaciones comunitarias. (Anexo 7). Ver más información en el siguiente link <https://memoriasendialogo.wordpress.com/acerca-de/>

Centro de Activación de Recursos para la Memoria- CRAM

A través del Centro de Activación de Recursos para la Memoria se pretendió y se pretende organizar las colecciones bibliográficas y hemerográficas específicas en temas de memoria, con el fin de brindar a la ciudad un espacio donde la población pueda profundizar en temas como violencia, conflicto armado, memoria y construcción de paz.

● 2015.

Con el Acuerdo 05 de 2015 se crea el Museo Casa de la Memoria como establecimiento público, bajo el cual se autoriza a dicha entidad a tener personería jurídica, autonomía presupuestas y financiera. (Ver anexo 8)

MUSEO

Casa de la Memoria

Diálogo sentipensante sobre patriarcado, masculinidades y guerra en Medellín: en el marco de este proyecto se promovieron espacios de encuentro y conversación entre los hombres que habitan y transcurren en la ciudad de Medellín. La propuesta nace de una lectura sobre los ciclos de violencia que se repiten una y otra vez en esta ciudad, evidenciando la co-relación existente entre las identidades masculinas hegemónicas y las dinámicas de la guerra. Como producto de este proceso resultó la publicación con el mismo nombre. Descripción y fotos, alguna documentación de soporte (anexo 9)

Exposición Paz Creer para ver: Esta exposición fue una muestra que recogió información sobre las fases, la agenda y los principios que se han acordado en el proceso de diálogos que adelantan en La Habana el Gobierno Nacional y las Farc. Durante el recorrido se dio cuenta de las fases del proceso, las condiciones de negociación, los puntos que conforman la agenda, una cronología por los hechos más significativos del proceso, y la utilización de herramientas pedagógicas para involucrar a los visitantes en las discusiones en torno a las negociaciones de paz. (Ver anexo 10)

Memorias para la reconciliación:, fue una apuesta de construcción de memoria donde la voz y la experiencia de quienes fueron combatientes tomaba fuerza desde la necesidad de transformar su paso por la guerra hacia la defensa de la ciudadanía. Posibilitando en ellos, visibilizar la importancia de su testimonio para construir apuestas pedagógicas que legitimen la legalidad e implementen las garantías de no repetición.

Mujeres Gestoras de Paz: este proyecto consistió en una serie de encuentros para fortalecer lideresas en proceso de reintegración, actitudes y habilidades para el desarrollo de procesos de construcción de paz y reconciliación en sus territorios. A través de encuentros y construcciones propias de los y las participantes se lograron visibilizar aprendizajes, transformaciones y hallazgos obtenidos en el proyecto Memorias para la Reconciliación realizado con ocho personas en proceso de reintegración y con un profesional reintegrador de la Agencia Colombiana para la Reintegración. (Ver anexos 11 y 12)

MUSEO Casa de la Memoria

Exposición +que dos para reconciliarnos: + que 2 para Reconciliarnos, es el resultado del proceso pedagógico emprendido por el Museo y sus socios estratégicos, por generar comprensión de la dimensión del conflicto armado, desde diferentes vertientes y voces, generando en quien visita la exposición una reflexión sobre su papel en generar compromiso social frente a la reintegración. Esta exposición presentó 20 experiencias e historias de vida de personas en proceso de reintegración, en cuyas narrativas se puede entrever los daños pero también la resiliencia de estos hombres y mujeres que decidieron reintegrarse a la vida civil. Los participantes de esta apuesta museográfica son los mismos de Memorias para la Reconciliación y Mujeres Gestoras de Paz.

EXPOSICIÓN

+QUE DOS

PARA RECONCILIARNOS

Veinte personas en proceso de reintegración, mediante una experiencia que parte del reconocimiento de sí y del otro, nos abren sus vidas, construyendo de forma participativa un cuerpo de *Memorias para la Reconciliación*.

Objetos cotidianos y comunes a todos, dibujos de recuerdos y textos de vida, viajan entre las memorias pasadas o presentes y las visiones futuras, para ser vistos y comprendidos por todos, como un aporte a la paz de quienes fueron actores directos del conflicto armado.

Esta muestra es una reflexión crítica desde la experiencia. Busca abrir espacios para que quienes estuvieron en la guerra escuchen y sean escuchados.

Es un espacio para *“reconocernos desde lo que fuimos y lo que hoy somos, desde lo que nos afectó o lo que pudimos afectar y desde lo que puede ser o anhelamos que sea. De esta manera se confronta nuestra participación activa en la sociedad y se abre una posibilidad de encuentro encaminada hacia la construcción de la paz”*.

DESDE EL 24 DE NOVIEMBRE | INAUGURACIÓN | 5 P.M. 2015

En asociación: Facultad de Bellas Artes

Un proyecto de: **USAID** FROM THE AMERICAN PEOPLE

ACR Agencia Colombiana para la Reintegración

TODOS POR UN NUEVO PAÍS

MUSEO Casa de la Memoria

Medellín Ciudad de la Innovación

Medellín Ciudad de la Vida

● 2016.

Proyecto “Haciendo memoria, comprendiendo nuestra historia”: Este proyecto se realizó con la cooperación de la Embajada del Reino de los Países Bajos en Colombia y la Casa de Ana Frank en Holanda. Este proyecto tuvo como objetivo contribuir a los esfuerzos de pacificación y reconciliación en Colombia, a partir de procesos pedagógicos con jóvenes, docentes y ciudadanía en general de las ciudades de Medellín y Bogotá, que

MUSEO

Casa de la Memoria

permitieron reflexionar sobre el impacto de la guerra en niños, niñas y adolescentes, partiendo de la historia de vida de Ana Frank y el Holocausto. Este proyecto tuvo varias etapas: Un componente Expositivo con la exposición “Niñez entre el conflicto y la esperanza”, un componente pedagógico, en el cual se construyeron herramientas de mediación, así como kits para las aulas de clase en instituciones educativas. Así mismo, se desarrollaron componentes de intercambio, donde se abrió el espacio para que jóvenes se vincularan a los procesos metodológicos de construcción de memoria. El proyecto se dirigió de manera especial al trabajo con jóvenes, docentes y profesionales relacionados con la educación. (Anexo 13 y 14)

Imaginarios un encuentro en el tiempo: El Museo Casa de la Memoria, mediante las convocatorias públicas de estímulos de cultura “Imaginarios de vida en paz” 2016, logró la construcción participativa de memorias, recolectando historias de vida de los habitantes de Medellín (diversos relatos que manifestaron las experiencias individuales y colectivas, traumáticas y pacíficas relacionadas con el conflicto violento que la ciudad ha vivido) y apoyando iniciativas de construcción de memoria histórica y construcción de paz en el territorio.

Lo anterior, como resultado del apoyo a 26 propuestas ganadoras en diferentes categorías (creación de crónicas, intervención de ciudad, laboratorios de relatos orales, creación de micro relatos desde la imagen fija, creación de micro relatos desde la imagen en movimiento, observatorio en red, observatorio en territorio, creación colectiva de relatos de ficción, residencias artísticas y desarrollo de talleres) con las que se desarrollaron procesos comunitarios de construcción de paz y reconciliación en diferentes comunas de la ciudad de Medellín, respondiendo a las preguntas ¿Cuáles son los imaginarios de vida en paz que tiene la población participante? ¿Cómo construyen imaginarios de vida en paz los participantes? ¿Qué usos tienen los imaginarios y cómo se representan por parte de la comunidad?

MUSEO

Casa de la Memoria

Los resultados de los proyectos ganadores hicieron parte de la exposición Imaginarios, un encuentro en el tiempo, en la que se dispusieron cuatro salas del Museo Casa de la Memoria para que los visitantes y ciudadanos de Medellín pudieran conocer el resultado de los procesos desarrollados por los ganadores de los estímulos. Esta exposición se inauguró el 15 de diciembre de 2016 y estará abierta hasta junio de 2017. (Ver anexo 15)

Narrativas del desplazamiento: El Museo Casa de la Memoria y el Instituto Caro y Cuervo, con apoyo de la Unidad Municipal de Atención a Víctimas de Medellín, decidieron promover, a través del proyecto “Narrativas del desplazamiento como construcción de identidad”, la reconstrucción de los tejidos comunitarios y la reapropiación de la identidad de las comunidades y las víctimas afectadas por el desplazamiento forzado en Medellín.

Como resultado de ese proceso, esta exposición evidencia la manera en que tres comunidades víctimas del desplazamiento masivo intra-urbano en el corregimiento de San Cristóbal, y víctimas del desplazamiento pertenecientes a las Organizaciones Ave Fénix, Mujeres Mandala y Mesa Municipal de participación de Víctimas de Medellín, dotan de un nuevo significado a las palabras desde su experiencia, y en el ejercicio de recuperación de las narrativas del desplazamiento, abren las puertas a la construcción o la reafirmación de sus identidades individuales y colectivas. (Anexo 16)

En el siguiente link más información de este proceso.
<http://museocasadelamemoria.gov.co/Exposiciones/narrativas-del-desplazamiento/>

Archivo Vivo de Madres: Esta exposición presenta una mirada desde el arte, la historia y la archivística, sobre un proceso de resistencia social y memoria. Es una colaboración entre el archivo y el Museo, mediada por la potencia de un movimiento social en el que las mujeres han sido líderes ejemplares. (link https://www.academia.edu/30351897/Escuchar_guardar_abrazar._El_archivo_vivo_de_la_Asociaci%C3%B3n_Caminos_de_Esperanza_Madres_de_la_Candelaria)

Desde el trasegar de estas valientes mujeres, la Línea de Investigación Memoria y Sociedad de la Universidad de Antioquia y el Museo Casa de la Memoria, con el apoyo decidido de la Asociación Caminos de Esperanza Madres

MUSEO Casa de la Memoria

de la Candelaria, presentamos esta exposición en la que los documentos y los testimonios hacen del archivo un espacio vivo. Los momentos que la componen se reúnen en uno: Madres unidas para conocer la verdad, para no olvidar y para construir el futuro. (Anexo 17). Más información en el siguiente link <https://www.facebook.com/MuseoCasadelaMemoria/videos/1421471561201634/>.

A continuación se presentan de forma cronológica el total de exposiciones realizadas por el Museo Casa de la Memoria:

Exposiciones y Activaciones

2011
Sala Principal del Museo Casa de la Memoria.

2011
Experiencia Temporal Memoria en Reflejo.
Recorrido creado en el interior del Museo en Obra Negra

2011
Memoriales en el espacio público del Museo.

2011

2012

- 18 Videos de Personajes de Sala. Audiovisual nuevo documental.
- Video Territorio Medellín. Audiovisual con material de archivo.
- Video Paisajes Nostálgicos. Audiovisual con material de archivo.

2012

Exposición Temporal Miradas. Memorias del desplazamiento forzado.
Documentalista: Luigí Baquero.

2012

Dirección de Museografía de la Muestra Memorias Contenidas.
Proceso creativo en memoria de las víctimas del conflicto.
Museo Casa de la Memoria.

2012

MUSEO

Casa de la Memoria

2013
La Libertad es la Vida es. Artista: Rafael Ortiz.

2013
Sesión de la Corte Interamericana

2014 Estamos Todos
Campaña – F. Pazamanos

2013
MOVICE, LA UP, ESCOMBRERA. Muestra Audiovisual y Muestra Documental.

2013
En el Cielo cabemos Todos.
Artista Documental: Luigi Baquero.

2013
Exposición MUDAS. Del documento histórico al archivo vivo.
Artista: Víctor Muñoz.

2014 Muestra: Laboratorio Casa Foro

2014 Co dirección de Museografía y Curaduría. Exposición Itinerante
¡BASTA YA! COLOMBIA: MEMORIAS DE GUERRA Y DIGNIDAD

2014
Exposición: Laboratorio de Narrativa. DES APARICIONES

2014
Exposición: DES APARICIONES.

2014 Conmemoración
Madres de la Candelaria. Ambas Líneas

2014 Ciudad Molde

2014 Les Voy a Contar la Historia.

2013

2014

2014

MUSEO Casa de la Memoria

2014
Exposición: Video Verónica
Artista: José Alejandro Restrepo

2014 Lugares de Memoria

2014 Relatos desde la Frontera

2014 Muestra de Encuentros Activación

2014 Cartografías Sociales Activación.

2014 Memorias y Desmemorias de Quebrada Arriba. La Toma.

2014

MUSEO Casa de la Memoria

2015 Héroes

2015 Carta al cielo de Antioquia,
Gloria Posada

2015 Homenaje a las
Víctimas de la Violencia

2015

2015 DES APARICIONES

2015 Para qué la Memoria?

2015 Paz: ¡Crear para ver!

2015 Recorrido virtual Paz: ¡Crear para ver!

2015 Convenios de Ginebra

2015 Proyecto museográfico «Escuchar, guardar,
abrazar el Archivo vivo de la Asociación Caminos de
Esperanza Madres de la Candelaria»

MUSEO Casa de la Memoria

2015

2015 Quisiera decir

2015 MÁS QUE DOS para reconciliarnos

2015 Convocatoria Lenguajes cruzados

2015 Colombia: Paraíso despojado

2015 Actualización de contenidos Sala Central

Ana Frank. Una historia vigente

Niñez entre el conflicto y la esperanza

2016

MUSEO Casa de la Memoria

2016

Los dibujos de los niños de Terezín

Álbumes de la UP

Archivo vivo. Memorias de madres

Imaginarios. Un encuentro en el tiempo

MEDELLÍN: MEMORIAS DE VIOLENCIA Y RESISTENCIA

En asocio con:

Alcaldía de Medellín

Medellín
todos por la vida

cooperación
española

MEDELLÍN: MEMORIAS DE VIOLENCIA Y RESISTENCIA

SALA CENTRAL EXPERIENCIAS

La exposición central, denominada “Medellín, memorias de violencia y resistencia”, pone en escena la historia de las violencias en Medellín con un tejido de versiones que se narran con diferentes voces: las de las víctimas que han sufrido alguna o varias de estas violencias; las de los victimarios, que hablan a través de sus hechos; las de testigos pasivos, pero no indiferentes, que narran en tercera persona; las de actores sociales y políticos que han propiciado que los hechos vayan por uno u otro camino.

Con relatos, fotografías, documentos, objetos, multimedia, audiovisuales y textos de memoria, la exposición pretende estimular la reflexión sobre nuestro papel y posición como sociedad dentro del conflicto. Busca contribuir a la superación de la indiferencia y el desconocimiento de los hechos de violencia y dolor, para la comprensión, la transformación cultural y el respeto por la vida, hacia un horizonte de paz.

Fragmentos de testimonios que narran el dolor de las pérdidas ocasionadas por el conflicto armado, cuando ha pasado por los territorios y las vidas de las personas que los habitaban. Son palabras que se pronuncian desde la ciudad para hacer memoria y recordar a los ausentes, contar las heridas que quedaron en la

piel después de ser tocada por la guerra, evocar la cotidianidad en el campo y en los pueblos interrumpida por un asesinato, una amenaza o un desplazamiento repentino, y revivir la tierra que se ha perdido y en la que, tal vez, ahora no existen animales ni cultivos sino que ha sido devorada por la maleza.

Las frases están del otro lado de un espejo a través del que nuestro cuerpo se acerca a los relatos y se mezcla con ellos, para convertirse en la base sobre la que emergen las palabras que nos implican en esas pérdidas ajenas que también hacen parte de nuestra historia.

En este audiovisual se presentan los paisajes de Antioquia: la tierra, el mar, las montañas, los bosques. Se reconocen las calles de los pueblos, los rostros de las personas y la cotidianidad de sus vidas, en un territorio diverso y maravilloso que por su riqueza se ha convertido en escenario de disputas entre actores armados,

en las que han quedado en medio los habitantes; ellos han visto como sus tierras han sido violentadas y despojadas y sus vidas heridas.

Estas son imágenes que evocan el dolor del destierro, y que se convierten en un homenaje a la ausencia y a los paisajes que el conflicto armado y las violencias

han arrebatado a las personas que tuvieron que huir para salvar sus vidas, a los que fueron asesinados en sus tierras, a los que resistieron, y al territorio que se dejó y que ahora es para muchos solo un recuerdo que se nombra desde otro lugar ajeno en el que el horizonte es diferente.

La formación de Medellín estuvo trazada por tensiones que aparecieron con las transformaciones del territorio. La ciudad tomó forma y se expandió en medio de dinámicas como la eliminación y esclavitud de los indígenas, la industrialización, la migración de campesinos a la ciudad y su asentamiento en las periferias, movimientos cruza-

dos por procesos de exclusión, y que propiciaron la aparición y permanencia de fenómenos de conflicto y violencias urbanas.

Sobre esta maqueta aparece una versión de la historia de Medellín desde el año 1542, que reconoce los diferentes grupos poblacionales que habitaron el lugar, sus relaciones y la manera en que estas permitieron que se

construyeran múltiples formas del territorio, en las que permanentemente hay una búsqueda de sentido. Queda en evidencia una ciudad en la que aparecen modernas construcciones hechas sobre el pasado indígena y rural, y llena de contradicciones, como su constante desarrollo en medio de acciones de marginación social.

La magnitud del conflicto armado, las violencias en Medellín y Antioquia y las memorias en el territorio aparecen en tres cartografías: **Hechos victimizantes en Antioquia**, que muestra en cifras los hechos de violencia que han padecido los municipios del departamento y su dinámica a lo largo de los años; **Casos emblemáticos en Medellín**, muestra hechos victimizantes sobre lugares o personas que

se mantienen en la memoria colectiva, que con su ocurrencia afectaron la manera de habitar la ciudad; y **Lugares de memoria en Medellín**, que ilustra ejercicios de memoria como formas de resistencia, de denuncia y de movilización social.

Estas cartografías se convierten en una radiografía de los daños que han sufrido personas y territorios, y es una herramienta que muestra los tipos de vio-

lencias, los perpetradores, las víctimas y las memorias, y permite reflexionar sobre la ocurrencia de los actos violentos y las acciones de memoria, situadas en un espacio geográfico. Estas cifras dejan en evidencia el subregistro de los hechos victimizantes ocurridos en Antioquia, que no aparecen cuantificados durante todos los años o que están incompletos, lo que permite que los daños sean intangibles.

Un día en Medellín narrado con diferentes rostros, lugares e historias. Desde los cuatro puntos cardinales, el video muestra la cotidianidad de la ciudad desde el amanecer hasta la noche, con sus afanes, sus pausas y el fluir de la vida, que pone en evidencia un territorio diverso y en

constante movimiento, en el que habitan millones de relatos que transcurren al mismo tiempo.

Aparecen las calles, las esquinas y los barrios, espacios en los que se muestran diferentes maneras de habitar la ciudad, a través de acciones y momentos

en la vida de personajes, que suceden cada día al lado de nuestras historias personales. Se muestran los diferentes lugares, el valor del territorio y la resignificación de quienes los habitan. Son narraciones que trazan el sentido y las dinámicas de Medellín.

- **AMOR**

Que mi mamá no se muera y mi papá no se muera.

Pablo José Jaramillo, 6 años

Es que le pegan y que le duele mucho.

Viviana Castaño, 6 años

Enamorarse puede ser Paz.

Carolina Murillo, 7 años

- **ASESINATO**

Quitarle lo mejor a una persona.

Juan E. Restrepo, 9 años

Las voces de niñas y niños dan grandes significados a palabras que hacen parte de nuestra vida y de las violencias en Colombia. Vida, muerte, miedo, desplazado, campesino son algunas de las palabras a las que ellos dan sus propias definiciones, percep-

ciones honestas que resultan de sus vivencias y de las construcciones que cada uno ha elaborado en su corta vida.

Son diferentes miradas sobre el mundo, muestran que también a ellos los ha tocado la violencia, que han aprendido a

nombrarla y a definirla desde los discursos y conceptos que los rodean. Esta experiencia es una oportunidad para preguntarnos sobre la manera que tenemos de definir la realidad de un país trazado por la violencia.

Hechos y procesos asociados a las violencias en Colombia (1946-hoy), aparecen en una línea de tiempo en esta multimedia que desde los ámbitos local, departamental, nacional e internacional, ilustra los hechos que marcaron la historia y que propiciaron la aparición de las dinámicas políticas, sociales y de violencia actuales.

La prensa, los noticieros de televisión, la radio y las fotografías, se presentan en esta experiencia como narradores de sucesos que no presenciamos o que tal vez borramos de nuestra memoria. Es la historia contada a varias voces, que permite crear un panorama sobre lo que ha ocurrido en el país desde la violencia bipartidista, pasando

por la formación y las acciones de las guerrillas, el surgimiento del narcotráfico y el daño que ha ocasionado en la sociedad, hasta los diálogos de paz y los horizontes de posconflicto.

LAS MÚLTIPLES CARAS DE LA VIOLENCIA

El fotógrafo como testigo

Fotografías de diferentes épocas y acciones que muestran los daños que el conflicto armado y las violencias han hecho a la población. Las imágenes trasladan al espectador al momento en el que fueron capturadas con todo el dolor, el miedo y la crudeza del momento. Son fotografías que narran de manera contundente la dimensión de los hechos violentos, aparecen

la destrucción, las masacres, los asesinatos, los perpetradores y las manifestaciones de la sociedad civil en contra de la violencia; cada una con una gran carga de información que trasciende el hecho registrado.

Esta experiencia busca implicar al espectador y hacer que las historias que aparecen en las fotografías pasen por su piel, de la misma manera en que lo

hicieron con el fotógrafo cuando estuvo frente a la escena con su cámara. Es también un espacio para rendir homenaje a los fotógrafos que cubren el conflicto armado, y que ponen en riesgo sus vidas para contar al mundo a través de imágenes, los daños de la guerra y la capacidad de las poblaciones para resistir y reponerse al horror y al dolor.

A partir de la interpretación de palabras con metáforas podemos entender el significado que tienen, y la carga e importancia de las acciones a las que remiten en un contexto de conflicto armado y violencias. Los videos son una apuesta por mirar, desde una perspectiva sensible,

conceptos que nos sitúan en situaciones cotidianas, como **miedo, solidaridad, resiliencia, memoria y diferencia.**

Son palabras que nos hacen reflexionar sobre cómo construimos nociones y entendemos conceptos, cuando las violencias han atravesado la historia del

país y la cultura. Es la expresión de sentimientos y acciones, representadas por objetos que nos sitúan en nuestro papel dentro de la sociedad y frente a las demás personas, que en tiempos diferentes o similares han recorrido la misma historia.

Las voces de las personas afectadas por el conflicto armado son las protagonistas de esta experiencia. Son testimonios narrados en primera persona que nos permiten conocer la vida de quien los enuncia y regresar a ese momento de dolor y miedo que marcó sus vidas. Insertados en pequeñas cajas de madera que hacen referencia al silencio y al ocultamiento en el

que muchas veces permanecen estas voces, los susurros invitan a ser escuchados como memorias ajenas que nos hablan al oído para que nunca olvidemos la magnitud y atrocidad de la violencia.

Son 13 cajas en las que se escuchan historias sobre homicidios, desplazamientos, masacres, minas antipersonas, violación sexual, intimidación,

tortura, desaparición forzada y abusos de actores armados, relatos crudos que son solo una pequeña muestra de los miles de acciones que se han cometido dentro del conflicto armado y las violencias en contra de la población, y que es necesario conocer para comprender lo que ha ocurrido y para que estos hechos no se vuelvan a repetir.

Estas 16 mesas muestran las diferentes formas como el conflicto armado y las violencias han golpeado los territorios y los grupos sociales. Los grupos armados utilizan una variedad de estrategias para atacar a las poblaciones, exterminar grupos, apoderarse de la tierra o silenciar las voces claves de testigos, líderes y actores. Esta es una experiencia

que apela a la sensibilidad para reconocer que la violencia no es solo una y que no afecta a todos de la misma manera.

Grupos étnicos, campesinos, académicos, líderes sociales, violencia contra la tierra, hechos victimizantes y acciones de la cultura política hacen parte de esta muestra que da cuenta de la diversidad de las víctimas,

la multiplicidad de los daños y afectaciones individuales y colectivas. Hechos que dejan al descubierto la magnitud del conflicto armado y las violencias como un problema estructural que durante décadas ha atacado a la población, a los que están inmersos en el conflicto y a los que han tomado el valor de hacer denuncia y oposición.

1. OPOSICIÓN Y PLURALISMO POLÍTICO:

El silenciamiento de las voces de oposición se muestra a través del reconocimiento de los magnicidios políticos y del exterminio de la Unión Patriótica. Aquí están presentes líderes políticos y personas que fueron asesinados para tratar de eliminar sus ideas y sus proyectos, acciones que más que atentar contra la vida de una persona han buscado fracturar el ámbito político y social en el país. Aunque ya no están, sus pensamientos han quedado y persisten.

2. SINDICALISTAS Y LÍDERES COMUNITARIOS:

Muestra cómo han afectado las violencias a sindicalistas y líderes comunitarios, y los daños sociales que se generan cuando son objeto de algún hecho victimizante por los roles que estas personas tienen dentro de las comunidades.

3. ACADEMIA Y PERIODISTAS:

Evidencia la situación de académicos, estudiantes y periodistas que por utilizar sus voces para opinar, denunciar o movilizar, han sido perseguidos y silenciados por diferentes sectores y grupos armados.

4. DESPLAZAMIENTO FORZADO:

De manera metafórica se hace referencia a la experiencia que millones de familias en Colombia han vivido con el desplazamiento forzado. El despojo, la destrucción de lo que hasta el momento habían construido en su territorio, la desintegración familiar, el miedo y la zozobra. Es una reflexión sobre las consecuencias sociales de un hecho victimizante que ha estado presente en el país durante décadas.

5. VIOLENCIA CONTRA LA TIERRA:

En Colombia los recursos naturales han sido gravemente afectados dentro del conflicto armado. Esta mesa muestra cómo la tierra ha sido un elemento de disputa para los actores del conflicto armado y las violencias, y las consecuencias que esto ha traído, provocando contaminación de fuentes hídricas, muerte de animales, mercantilización de la tierra, deterioro ambiental y afectaciones sociales como el destierro.

6. EXILIO:

Millones de personas se han ido a vivir lejos de Colombia a causa del conflicto armado y las violencias. Esta mesa habla de aquellos que se han trasladado a otros países para escapar de la guerra, se refiere a la soledad que han debido afrontar lejos de la tierra natal, de las costumbres y de sus seres queridos, en lugares donde la adaptación y la añoranza son parte del día a día.

7. VERDAD, JUSTICIA Y REPARACIÓN:

De las voces de las víctimas y la sociedad se escucha el clamor por la verdad, justicia y reparación. Es una exigencia para conocer lo ocurrido, para transitar por el dolor y para que las víctimas sean reconocidas. Aunque los daños causados por la guerra nunca desaparecen, estas etapas son necesarias para hacer memoria y procurar la no repetición.

8. VOTO Y CULTURA DEMOCRÁTICA:

Reflexión sobre la democracia en Colombia y las múltiples fracturas que ha experimentado, cruzada por una historia de corrupción política que ha generado en los ciudadanos desconfianza en los mecanismos de elección y en el Estado. Es un llamado sobre la importancia de fortalecer la democracia.

9. MILITARES Y POLICÍAS:

En un conflicto armado como el colombiano, que se ha perpetuado durante décadas, millones de jóvenes, la mayoría de los estratos más bajos, han sido enlistados en las filas del Ejército y la Policía Nacional. Miles de ellos han perdido la vida, han sido secuestrados o han resultado heridos mientras libran batallas con las que se busca ponerle fin a la guerra. Este es un homenaje a los jóvenes que arriesgan sus vidas a diario, y que también hacen parte de las cifras de víctimas del conflicto armado interno.

10. DEFENSORES DE DERECHOS HUMANOS:

Un grupo de aves diversas representa el papel que los defensores de Derechos Humanos tienen en la sociedad como tejedores de lazos y cómo con su voz personifican las voces de comunidades que piden el respeto de sus derechos. Una forma de mostrar su importancia y el daño que se le hace a la sociedad cuando uno de ellos es violentado.

11. DIVERSIDAD SEXUAL Y DE GÉNERO:

Aborda la problemática de los crímenes por prejuicio contra la diversidad sexual y de género. Aparece la victimización de la comunidad LGBTI y se manifiesta un clamor por el respeto a la diversidad.

12. MUJERES:

Representación de las transgresiones que las violencias causan en las vidas de las mujeres: las heridas que quedan en sus cuerpos, las pérdidas de sus seres queridos, la violencia cotidiana y el despojo. Se resalta su fortaleza y capacidad de resistencia y de asociación, para reconstruir los lazos sociales y las vidas mientras se reclama por justicia y se busca incansablemente la verdad.

13. LA GUERRA Y LA VIDA:

La violencia puede irrumpir en la vida de las personas a cualquier edad. Niños, jóvenes, adultos y ancianos pueden quedar en medio de una guerra que ha atacado duramente a la población civil, tanto en el campo como en la ciudad. Una ruleta simboliza el azar del conflicto armado y las violencias; un contexto en el que cualquier momento, podemos conocer el dolor.

14. COMUNIDADES INDÍGENAS:

Muestra la gradual destrucción del mundo indígena en Colombia a causa del conflicto armado y las violencias que han afectado sus territorios, su cultura y sus vidas.

15. PUEBLO AFRODESCENDIENTE

Pequeñas luces señalan los lugares de Medellín en los que existen asentamientos del pueblo afrodescendiente. Población que ha tenido presencia histórica en la ciudad, pero que aún es cuestionada y discriminada por sus costumbres y color de piel.

16. CAMPESINOS:

Representa la manera en la que los campesinos han sido afectados a causa del conflicto armado, y la destrucción de sus vidas con el despojo de sus tierras, la pérdida de sus animales, el asesinato de sus familiares y el desplazamiento a la ciudad.

Testimonios de 24 personas víctimas de la violencia o testigos de la misma, que narran, desde diferentes perspectivas, hechos y épocas, una tragedia a la que asistimos todos como protagonistas o espectadores. Son relatos personales que se convierten en el reflejo de miles de historias similares, en las que

aparece el impacto del conflicto armado y las violencias, el daño causado por los hechos violentos y la resistencia que mantienen para ganarle a la realidad que la guerra les impuso.

Activistas, líderes, víctimas y testigos, traen sus memorias al presente para compartirlas, entablar un diálogo con el

espectador e implicarlo en su historia, a la vez que lo llevan a la reflexión sobre un fenómeno de violencia que ha atravesado durante décadas la historia del país y ha afectado a millones de personas, esas voces plurales que están allí son una muestra de aquello.

MEMORIA SONORA

Palabra, sonido y poder

La música como medio para narrar el dolor, para hablar de las heridas, de los ausentes, de los desaparecidos, los asesinatos y el despojo. Formas de nombrar las historias de las atrocidades que han ocurrido en Colombia, que se convierten a la vez en expresiones de resistencia y

denuncia para reclamar verdad, justicia y hablar sobre las posibilidades de crear un futuro diferente.

Las canciones que se encuentran en esta experiencia son la voz de personas, grupos y comunidades que hacen memoria a partir de la música, para

que se reconozcan los daños del conflicto armado en los territorios y en sus habitantes, y es una apuesta para transitar por el dolor, sanar y resurgir. En cada una de las palabras de estas canciones emergen la vida y la lucha contra la impunidad y el olvido.

El arte se manifiesta como medio de reflexión, de denuncia y de expresión del dolor, ilustrando, con sus diferentes técnicas, las historias de las violencias en el país. Los artistas se acercan a los relatos generales y particulares para pronunciarse, para hacer una interpretación de

hechos de sus épocas o del pasado, o para registrar una imagen exacta de momentos del conflicto armado y las violencias.

La realidad del país aparece retratada en la pintura, la fotografía y los audiovisuales, herramientas con las que se abordan las historias para dar

una visión sobre la magnitud de la violencia, su impacto en la sociedad y su perdurabilidad. El arte aparece como un narrador de las memorias del país y como una apuesta para que los actos de barbarie que han marcado a la sociedad no se olviden.

RECINTO DE LA MEMORIA

Un homenaje a la vida

Las fotografías de los ausentes nos recuerdan sus vidas, nos llevan a los momentos del pasado cuando quedaron capturados en una imagen que los muestra con toda la alegría de la existencia. Son sus rostros, sus presencias y las de sus familiares en momentos cotidianos antes de que la violencia se los llevara, desaparecidos o asesinados. Son recuer-

dos congelados de instantes y presencias que se añoran.

Las imágenes pasan en las pantallas en un recinto oscuro en el que la mirada se centra en las personas que están en medio de cumpleaños, bautizos, en sus casas, de vacaciones, con sus familias, y entendemos el dolor y la magnitud de la pérdida, y los daños causados por esa historia

interrumpida que congeló una vida y fracturó la de todos los seres a su alrededor. Además de convocar a la reflexión, este recinto es también un lugar para celebrar la vida de los que no están, por eso los recordamos en su cotidianidad, para confirmar que siguen presentes y agradecer a sus sueños y presencias por hacer parte de nuestra historia.

RESISTENCIAS

La fuerza de la gente

Voces que se levantan y se unen para denunciar, reclamar y resistir. Voces de líderes, defensores de derechos humanos, víctimas y de la sociedad civil que claman por la verdad y por la paz. Este mural es un tejido de presencias de seres humanos, que han dedicado sus vidas a trabajar por la defensa de los

derechos en sus territorios y comunidades; este entramado lo completa la sociedad que se une a una lucha que es de todos.

Algunas de las personas que aquí aparecen ya no están porque han perecido a causa de las violencias, por el hecho de nombrar los horrores, reclamar la verdad y trabajar por construir

la paz en el país. Las palabras de todos resuenan, de los que continúan con la resistencia y de los que dedicaron hasta su último momento a soñar con un país mejor. Este es un reconocimiento para ellas y ellos, que cada día hacen memoria y, a pesar de las presiones, se niegan a guardar silencio.

CRÉDITOS

ALCALDÍA DE MEDELLÍN 2012-2015

ANÍBAL GAVIRIA CORREA
Alcalde de Medellín

WILSON ENRIQUE LÓPEZ
Secretario de Gobierno y Derechos Humanos

MARÍA DEL ROSARIO
ESCOBAR PAREJA
Secretaria de Cultura Ciudadana

LUCCIÓN GONZÁLEZ DUQUE
Directora Museo Casa de la Memoria

CARLOS URIBE URIBE
*Director Museo Casa de la Memoria,
período 2012-2013*

LUZ PATRICIA CORREA MADRIGAL
Directora Unidad Municipal de Atención y Reparación Integral a Víctimas

ISABEL DAPENA ECHEVERRÍA
*Directora Museografía y Curaduría,
Museo Casa de la Memoria*

YESENIA RODRÍGUEZ BEDOYA
Diseñadora Museografía

ADRIANA MARÍA PINEDA ESTRADA
*Profesional del Área de Curaduría,
Museo Casa de la Memoria*

RICARDO GÓMEZ
Director de Cultura, Museo Casa de la Memoria

ADRIANA RODRÍGUEZ
Directora de Comunicaciones, Museo Casa de la Memoria

LUZ AMPARO SALAZAR ARANGO
*Coordinadora Escuela de Mediadores,
Museo Casa de la Memoria*

CLARA VASCO ESTRADA
Directora Administrativa, Museo Casa de la Memoria

SILVIA JANETH MUÑOZ ORTIZ
Directora Financiera, Museo Casa de la Memoria

ERIKA MARÍA RIVERA RÚA
Directora Gestión y Alianzas, Museo Casa de la Memoria

SIRLEY MUÑOZ MURILLO
*Profesional del Área de Comunicaciones,
Museo Casa de la Memoria*

ESTEFANÍA GONZÁLEZ
*Directora de Gestión del Conocimiento,
Museo Casa de la Memoria*

ALCALDÍA DE MEDELLÍN 2008-2011

ALONSO SALAZAR
Alcalde de Medellín

JUAN FELIPE PALAU ÁNGEL
Secretario de Gobierno

ISABEL DAPENA ECHEVERRÍA
Directora Museografía

YESENIA RODRÍGUEZ BEDOYA
Diseñadora Museografía

ADRIANA MARÍA PINEDA ESTRADA
Apoyo de Curaduría

LUZ VIVIANA MOLINA VALDÉZ
Apoyo Museografía

CAROLINA ZAPATA
Apoyo Museografía

MARÍA CAMILA VÉLEZ
Apoyo Museografía

PROGRAMA DE ATENCIÓN A VÍCTIMAS DEL CONFLICTO ARMADO 2008-2011

LUCCIÓN MERCEDES OSSA
Directora

JUAN CARLOS POSADA
Coordinador

VALERIA MEJÍA ECHEVERRÍA
Gestora Cultural

LINA TORO ÁLVAREZ
Comunicadora

JULIETA LONDOÑO
Apoyo administrativo

JULIANA ARANGO ÁLVAREZ
Diseñadora

NATALIA ZULUAGA
Directora de Proyectos

ERIKA MARÍA RIVERA RÚA
Apoyo Administrativo

ANA MARÍA MUÑOZ GUZMÁN
Profesional Iniciativas de Memoria

LUISA RENDÓN
Profesional de Documentación de Casos

MARTHA GONZÁLEZ ÁVALOS
Coordinadora Área Jurídica y de Reparaciones

ANDRÉS ARREDONDO
Profesional de Memoria Histórica

GLORIA JOHANA GAVIRIA
Profesional de apoyo administrativo

CATALINA PUERTA
Líder Línea de Desaparición Forzada

LUZ MARY HINCAPIÉ
Coordinadora de Memoria Histórica

SORANI RICO
Coordinadora Centro de Documentación

PARQUE EXPLORA

ANDRÉS ROLDÁN GIRALDO
Director Ejecutivo

CLAUDIA AGUIRRE RÍOS
Directora de Educación y Contenidos

ULISES JARAMILLO CÓRDOBA
Director de Proyecto

JUAN PABLO GAVIRIA ARTEAGA
Director de Innovación y Desarrollo

GERARD MARTIN ARLINGTON
Escritor relato sociohistórico

MARY ROLDÁN SIERRA
Asesora relato sociohistórico

MARÍA VICTORIA URIBE ALARCÓN
Asesora relato sociohistórico

ADRIANA GONZÁLEZ GIL
Instituto de Estudios Políticos, Universidad de Antioquia, Asesores relato sociohistórico

ANA MARÍA MUÑOZ GUZMÁN
Coordinadora de Producción de Contenidos

CAROLINA GIRALDO SERNA
Coordinadora de diseño

CATALINA PUERTA HENAO
Investigadora

YESENIA RODRÍGUEZ BEDOYA
Profesional en producción

ALEJANDRA ESTRADA SIERRA
Curadora

VERÓNICA MEJÍA ACEVEDO
Curadora

VÍCTOR JIMÉNEZ DURANGO
Productor general

ANDRÉS ARREDONDO
Co-investigador

SIRLEY MUÑOZ MURILLO
Asistente de producción

LIZA ACEVEDO SÁENZ
Asistente de contenidos

CARLOS SERNA
Investigador Cronología

ALBEIRO MARTÍNEZ MAZO
Auxiliar contable y apoyo

HERNÁN FRANCO HIGUITA
Profesional en diseño

JUAN DAVID URREA CARDONA
Profesional en diseño

SANTIAGO ARANGO GARCÍA
Profesional en diseño

LAURA PÉREZ
Ilustradora

ADRIANA FONTÁN
Corrección de estilo

ARIEL SAFDIE
Traducción

EDUARDO RESTREPO RUÍZ
Coordinador de producción

JOHN CORONADO
Coordinador Centro de Producción Audiovisual

JUAN DAVID JARAMILLO LONDOÑO
Realizador audiovisual

YEISON VÉLEZ PUERTA
Auxiliar Estudio de TV.

ELVIS ZAPATA TORRES
Analista, realizador y editor

NELSON VANEGAS BELIS
Técnico de producción

FERNEY CORREA RAMÍREZ
Técnico de producción

ANDRÉS LEBRÚN VALENCIA
Técnico de producción

MUSEO DE ANTIOQUIA

ANA PIEDAD JARAMILLO
Directora

LUCÍA GONZÁLEZ
Directora Período 2004-2011

CARLOS EDWIN RENDÓN
Coordinador

SILVANA TOBÓN
Historiadora Investigación

JUAN ESTEBAN ORDOÑEZ
Historiador Investigación

CAROLINA CHACÓN
Investigación Curaduría Artistas

ELIANA SÁNCHEZ
Polítologa Investigación

WILLIAM ANTHONY EVANKO
Asesor de Sala

ISABEL DAPENA
Directora Museografía

YESENIA RODRÍGUEZ
Profesional en Museografía

FELIPE BRISEÑO
Diseñador industrial

LUZ VIVIANA MOLINA VALDÉZ
Apoyo de Museografía

CAROLINA ZAPATA
Apoyo de Museografía

ANDRÉS GÓMEZ
Practicante de Museografía

CONRADO URIBE
Apoyo de Curaduría

ADRIANA RÍOS
Apoyo de Curaduría

JOSÉ VILLA
Músico

LINA PÉREZ
Diseñadora gráfica

JOHNY BENJUMEA
Ilustrador

VÍCTOR GARCÉS
Ilustrador

TOMÁS ARANGO
Diseñador gráfico

CATALINA JIMÉNEZ
Directora de Proyectos

CORPORACIÓN REGIÓN

MARTA INÉS VILLA
Directora

MAX YURI GIL
Coordinador campo programático

JUAN FERNANDO VÉLEZ
Coordinador administrativo

LUZ AMPARO SÁNCHEZ
Coordinadora de proyectos

ANA MARÍA JARAMILLO
Investigadora

EMPRESA DE DESARROLLO URBANO

MARGARITA MARÍA
ÁNGEL BERNAL
Gerente General EDU

MARÍA EUGENIA RAMOS
Gerente General Período 2011

MARTA LUCÍA ACEVEDO PÉREZ
Subgerente de Gestión Contratación

JORGE MONTOYA
Subgerente de Gestión de Proyectos

ALEIDA YANET ORTIZ MUÑOZ
Coordinadora PUJ Centro Oriental

LUZ TATIANA MEDINA
Ingeniería Civil Parque Bicentenario

JUAN DAVID BOTERO OSORIO
Arquitecto Parque Bicentenario

CRÉDITOS EXPERIENCIAS DE SALA CENTRAL

AUSENCIAS. Contar el dolor
Fragmentos testimoniales tomados de los libros *Jamás olvidare tu nombre* (2006), *El cielo no me abandona* (2007), *Donde pisé aún crece la hierba* (2008) y *Llanto en el paraíso: crónicas de la guerra en Colombia* (2008).

Escritores: John Ferney Giraldo / Amanda Uribe / Luz Amparo Vásquez / Diomedes Osorio / Rubiel Giraldo / María Isabel Giraldo / Carlos Alberto Correa / Luz Marina Álvarez / Jaime Enrique Uribe / Fabián De Jesús Montoya / Eloisa Oliveros / Patricia Nieto, docente Universidad de Antioquia, compiladora y coordinadora de los talleres “De su puño y Letra”

Apoyan: Alcaldía de Medellín, Secretaría de Gobierno Editorial Universidad de Antioquia

PAISAJES NOSTÁLGICOS. Los secretos de la tierra
Video elaborado a partir del trabajo de documentación audiovisual de los colectivos:

El Retorno Producciones
Observatorio Audiovisual e Investigativo sobre procesos comunitarios y de resistencia de la Asociación Campesina de Antioquia, ACA
Corporación Pasolini en Medellín
Colectivo K-minantes

Realizadores: Mauricio Robledo / Raúl Soto Rodríguez / José Miguel

Restrepo Moreno / Víctor Hugo Jiménez Durango / Carolina Carmona Ortiz

Paisaje sonoro: Juan Diego Galvis, El Alto Estudio

MEDELLÍN. Horizontes y Fronteras

Asesor: Luis Eduardo González, Centro de Estudios del Habitat-CEHAP, Universidad Nacional de Colombia

Consultas: Alejandro Echeverri, Centro de Estudios Urbanos y Ambientales - URBAM, Universidad EAFIT / Beatriz Susana Acosta, Departamento de Informática y sistemas, Laboratorio de Sistemas de Información Geográfica, Universidad EAFIT / Roberto Luis Jaramillo, docente Universidad Nacional / Michel Hermelin, ingeniero de geología y petróleos / Ana María Jaramillo, Corporación Región.

Apoyos visuales: Instituto Geográfico Agustín Codazzi / Archivo fotográfico, Biblioteca Pública Piloto / Archivo fotográfico, periódico *El Mundo* / Museo Universitario de la Universidad de Antioquia / Centro de Estudios del Habitat, CEHAP / Archivo fotográfico Oscar Calvo / Archivo visual Luis Fernando González / Archivo del fotógrafo Juan Fernando Ospina / Archivo del fotógrafo Carlos Vidal / Archivo del fotógrafo Albeiro Lopera / Archivo del fotógrafo Jesús Abad Colorado / Archivo del fotógrafo Stephen Ferry / Archivo de la fotógrafa Natalia Botero / Corporación Afrocolombiana de Desarrollo Social y Cultural Carabantú / Jorge Orlando Melo

(Editor). 1996. *Historia de Medellín* volúmenes 1 y 2. Medellín: Suramericana de Seguros.

TERRITORIOS SENSIBLES. Relieves de memoria y violencia

Mapas: Instituto Geográfico Agustín Codazzi / Cifras cartografía Antioquia tomadas de: Observatorio Derechos Humanos (DDHH) y Derecho Internacional Humanitario (DIH), Consejería Presidencial para los Derechos Humanos, Presidencia de la República / Red Nacional de Información, Unidad para la Atención y Reparación Integral a las Víctimas, UARIV.

Datos cartografía, lugares de memoria, a partir de: Luz Mary Hincapié H., Andrés Darío Arredondo, José Rodrigo Henao (compiladores). 2010. Imágenes que tienen memoria. Medellín: Alcaldía de Medellín. Proyecto Rutas de la Memoria. Alcaldía de Medellín, Museo Casa de la Memoria, Corporación Región. 2013. **Fotografías cartografía lugares de memoria:** Natalia Botero / Carlos Vidal / Julián Loaiza

MEDELLÍN EN MOVIMIENTO. Esquina, barrio y ciudad

Agradecimientos especiales: Metro de Medellín / Cabildo indígena Chibcariwak / Instituto Tecnológico Metropolitano, ITM / Universidad de Antioquia / Plaza Minorista José María Villa

Producción: Cala producciones

Paisaje sonoro: Juan Diego Galvis, El Alto Estudio

PALABRA DE NIÑO. Desarmar el sentido

Definiciones tomadas de: Javier Naranjo (compilador). 2013 [1999] *Casa de las estrellas. El universo contado por los niños*. El Retiro, Antioquia: Corporación rural Laboratorio del Espíritu.

Apoyan: Javier Naranjo, Gloria Bermúdez, Biblioteca y Centro Comunitario Rural Laboratorio del Espíritu.

CRONOLOGÍA. Tramas de la historia y la violencia

Apoyan: Archivo Histórico de Antioquia / Archivo Histórica de Medellín / Biblioteca Pública Piloto de Medellín / Fondo Gaitán / Fundación Cine Documental / Fundación Patrimonio Fílmico / Fonoteca Radio Nacional de Colombia / Archivo fotográfico Fundación Caminos de Esperanza / Madres Candelaria / Archivo fotográfico Madres Candelaria, Línea Fundadora / Archivo fotográfico Centro de Estudios del Hábitat - CEHAP / Archivo fotográfico Jaime Celis / Archivo fotográfico Sady González, Banco de la República / Archivo Fabiola Lalinde / Archivo Gonzalo Arango, Corporación Fernando González, Otraparte / Archivo Manuel Mejía Vallejo / Caracol Noticias / Caracol Radio / Periódico *El Colombiano* / Periódico *El Mundo* / Periódico *El Espectador* / Revista *Semana* / Archivo del fotógrafo Albeiro Lopera / Archivo del fotógrafo Jesús Abad Colorado / Archivo del fotógrafo Stephen Ferry / Archivo de la fotógrafa Natalia Botero

LAS MÚLTIPLES CARAS DE LA VIOLENCIA. El fotógrafo como testigo

Fotografías: Natalia Botero / Jesús Abad Colorado / Stephen Ferry / Albeiro Lopera

Agradecimientos especiales: Corporación Pasolini en Medellín / Claudia Patricia Monsalve / Vicky Paz / Folkert Van Dunné

SUSURROS. Historias para gritar

Testimonios tomados de: Banco de Testimonios, Museo Casa de la Memoria

Agradecimientos especiales: Cruz Elena Gómez / Sorani Rico

HISTORIAS PRESENTES. Palabras de encuentro

Testimonios: Valeria Algarín / Orlando Loaiza / Hilda Domicó / Luis Fernando Álvarez "El Aka" / Fabiola Lalinde / Gabriel Díaz / Iván Cepeda / Gloria Cuartas / Patricia Ramírez / Pastora Mira / Camilo Jaramillo / Humberto Gaviria / Alberto Arroyave / Carlos Mario Correa / Ricardo Gómez "Don Vito" / Gerardo Cardona / Gilberto Martínez / Jairo Antonio Soto / Jorge Toro / Luis Alberto Arango / Luis Hernán Ospina / Narciso Torres / Manuel Bermúdez / Rosalba Cardona / Marina Gallego / Teresita Gaviria / Consuelo Arbeláez / Luis Fernando García / Sugey Taborda / Yolanda Perea / Max Yuri / Gerardo Vega

Dirección General y Seguimiento: Programa de Atención a Víctimas del Conflicto Armado. Alcaldía de Medellín / Museo Casa de la Memoria. Alcaldía de Medellín / Juan

Diego Mejía / Museo de Antioquia / Corporación Parque Explora

Productoras: Cala Producciones / Telecinco / Lulo Films

Realizadores: Ojo de Tigre / Cabeza Púrpura / Platóhedro / Pasolini / Lulo Films / Agatas Films / Lucas Jaramillo

Animaciones e Ilustración: Johny Benjumea / Víctor D. Garcés Ruiz

Traducción: Arkix S.A. / Ariel Safdié

LA MIRADA DEL ARTE

Apoyan: Colección Sady González, Banco de la República / Museo Pedro Nel Gómez / Marta Restrepo / Artistas y especialistas que aportaron información sobre sus obras

MEMORIA SONORA

Donaciones de las siguientes bandas y solistas: Amalgama / AKA / Asuntos pendientes / Andrea Echeverri / Bellavista Social Club / Compilado Barriología / Cantos del Desarraigo / Ceiba / Claudia Gómez / Desadaptadoz / Diana Avella / Etnocidio / Sociedad FB7 / Frankie ha muerto / Humano X / Intifada / Kiño K-Music / Los Auténticos Parranderos / Lucia Vargas / Luis Mendoza / MC Kno / Mary Hellen / Masacre / Mojiganga / Monteadentro / Niquitown / Niyireth Alarcón / Parlantes / Pasajeros / Sharle Mattius / Silvia Ortega / Tarmac / Thy Antichrist / Vagabundos / Víctor Agudelo / Compilado Territorio Sonoro / Toque de Madera / 4 Cabezas

MESAS

Consultas: Centro Nacional de Memoria Histórica / Gobernación de Antioquia / Asociación de Profesores de la Universidad de Antioquia, Asoproudea / Escuela Nacional Sindical / Comisión de Derechos Humanos de la Mesa Amplia Regional Estudiantil de Antioquia, MAREA / Centro Popular Afrodescendiente / Comité Permanente por la Defensa de los Derechos Humanos de Antioquia / Fundación Héctor Abad Gómez / Walter Bustamante / Patricia Nieto

RECINTO DE LA MEMORIA

Apoyan: Asociación Caminos de Esperanza, Madres de la Candelaria / Asfades / Madres de la Candelaria, Línea fundadora / Movimiento de Víctimas de Crímenes de Estado, Movic / Reiniciar / Casa Tres Patios / Familiares de víctimas del conflicto socio político y armado de Colombia

RESISTENCIAS

Diseño y producción: Colectivo Deunity

Fotografías aportadas por:

Jeison Castaño, Jeihhco, Casa Kolacho
Danilo Pizarro, periódico *El Tiempo*
Álvaro Sierra, Revista *Semana*

MEDELLÍN: MEMORIAS DE VIOLENCIA Y RESISTENCIA.

Primera edición: abril de 2015
© Museo Casa de la Memoria
© Alcaldía de Medellín

ISBN: 978-958-8845-35-7

Edición y diseño: Tragaluz editores S.A.S.

Textos e imágenes: Museo Casa de la Memoria

Impresión y acabados: Marquillas S.A.

Un proyecto de:

MUSEO
Casa de la Memoria

Diseño y contenidos:

En asocio con:

MEMORIA

oria

Retoque digital sobre collage tríptico creado por participantes del laboratorio de la exposición Des-apariciones.

memoria

(Del lat. *memoria*).

f. Facultad psíquica por medio de la cual se retiene y recuerda el pasado. *f.* Recuerdo que se hace o aviso que se da de algo pasado. *f.*

Libro, cuaderno o papel en que se apunta algo para tenerlo presente.

EN ASOCIO CON:

UN PROYECTO DE:

CONTENIDO

8 INTRODUCCIÓN

12 LA MEMORIA ¿Para qué la memoria?

13 LA HISTORIA

14 LA MEMORIA HISTÓRICA

16 ALGUNAS PRÁCTICAS SOCIOCULTURALES Memoria histórica

17 MEDELLÍN: MEMORIAS DE VIOLENCIA Y RESISTENCIA

21 ¡BASTA YA! Colombia, Memorias de Guerra y Dignidad

23 CASO LA ESCOMBRERA Comuna 13, Medellín

26 MIRADAS Memorias del desplazamiento forzado

28 Algunas experiencias en la exposición de sala MEDELLÍN: MEMORIAS DE VIOLENCIA Y RESISTENCIA Memoria histórica

29 CRONOLOGÍA Tramas de la historia y la violencia

30 MEDELLÍN Horizontes y fronteras

31 TERRITORIOS SENSIBLES Relieves de memoria y violencia

32 LAS MÚLTIPLES CARAS DE LA VIOLENCIA El fotógrafo como testigo

33 LA MEMORIA COLECTIVA

34 ALGUNAS PRÁCTICAS SOCIOCULTURALES Memoria colectiva

35 RETRATOS DE MEMORIA Exposiciones y muestras documentales

36 MUDAS Del documento histórico al archivo vivo, fotografía y talleres de imagen pensamiento

37 EN EL CIELO CABEMOS TODOS Fotografía, huellas y relatos

38 VOLVER Retorno al hogar de familias emberás

39 ESCENARIOS DE SIGNIFICACIÓN Discursos y denuncias desde las víctimas

41 MEMORIAS Y DESMEMO- RIAS DE QUEBRADA ARRIBA (LA TOMA)

43 MEDELLÍN, TERRITORIO DE MEMORIAS Creación de un “mapa de lugares de memoria

45 LA MEMORIA COMUNITARIA

46 ALGUNAS PRÁCTICAS SOCIOCULTURALES Memoria comunitaria

47 TEJER CON EL HILO DE LA MEMORIA Puntadas de dignidad en medio de la guerra

49 MEMORIAS EN DIÁLOGO

52 LA MEMORIA INDIVIDUAL

53 ALGUNAS PRÁCTICAS SOCIOCULTURALES Memoria individual

54 DES-APARICIONES

57 ALGUNAS EXPERIENCIAS EN LA EXPOSICIÓN DE SALA CENTRAL Memoria individual

58 AUSENCIAS Contar el dolor

59 SUSURROS Historias para gritar

60 HISTORIAS PRESENTES Palabras de encuentro

61 RECINTO DE LA MEMORIA Un homenaje a la vida

52 EL ARTE Y LA MEMORIA

64 ALGUNAS PRÁCTICAS SOCIOCULTURALES Arte y memoria

65 VIDEO-VERÓNICA

67 LA LIBERTAD ES... LA VIDA ES...

69 ALGUNAS EXPERIENCIAS EN LA EXPOSICIÓN DE SALA CENTRAL Arte y memoria

70 LA MIRADA DEL ARTE Otros lenguajes para narrar la historia

71 ALGUNAS PRÁCTICAS SOCIOCULTURALES

72 EL MUSEO, UN PROYECTO PEDAGÓGICO

73 PROYECTOS ESCUELAS CON MEMORIA

77 ESCUELA DE MEDIACIÓN

78 EL MUSEO, UN PROYECTO SOCIAL Y POLÍTICO

80 PALABRAS CLAVES

83 BIBLIOGRAFÍA

Memoria Histórica

Memoria Viva

Imaginario

Silencio

Experiencia

Memoria Colectiva

Testimonio

Olvido

MEMORIA

Memoria Comunitaria

Recuerdo

Recordar

Huella

*Prácticas
comunitarias*

Arte y Memoria

Recuerdo

Memoria Individual

Hegemonía

Poder

Narrativas

Diversidad

RESISTENCIA

*Desobediencia
civil*

Memorias en Diálogo

Solidaridad

Resiliencia

Hábitat

*El Cuerpo
como Territorio*

TERRITORIO

Destierro

Territorialización

*Apropiación
Social*

*Territorio
Simbólico*

Prácticas Pedagógicas

**PEDAGOGÍA DESDE
LA MEMORIA**

**CONFLICTO
Y GUERRA**

*Conflicto
Armado*

Violencias

Perdón

Justicia

**EL DAÑO EN
LA CULTURA**

Reparación

RECONCILIACIÓN

Reintegración

Verdad

**CULTURA
DE PAZ**

**CULTURA VIVA
COMUNITARIA**

**POSTCONFLICTO Y
PROCESO DE PAZ**

*Restitución
de Tierras*

Expropiación

**Prácticas
Socioculturales**

Retorno

*Reclutamiento
Forzado*

TIERRAS

*Desarrollo
Rural*

Restitución

**PROYECTO
PATRIARCAL**

Guerra

MASCULINIDADES

INTRODUCCIÓN

“Un país solo vive en confianza, solo se constituye como nación solidaria cuando comparte una memoria, un territorio y unos saberes originales. No basta tenerlos. Es necesario compartirllos”.

“La urgente tarea de refundación de Colombia es ante todo una tarea cultural: debemos emprender una gran expedición por el olvido; debemos pronunciar un conjuro contra la venganza desde las encrucijadas de nuestro territorio en peligro...” (Ospina, 2002).

El Museo Casa de la Memoria se ha planteado en su misión el reto de una contribución efectiva a la comprensión de los hechos y lógicas del conflicto armado colombiano, que pase por el reconocimiento y la valoración de la dignidad de las víctimas y del rol de las resistencias no violentas, y que ayude a una transformación cultural de nuestra sociedad hacia formas no violentas de solución de conflictos sociales y políticos. Este desafío plantea la necesidad de establecer una relación permanente con organizaciones de víctimas, y el reto aún mayor de generar solidaridad en otros sectores sociales tradicionalmente apáticos a un conflicto que han sentido distante y ajeno, y sin cuya participación el proceso actual de reconciliación nacional sigue siendo incompleto.

A diferencia de otros museos de memoria en el mundo, preocupados por encontrar formas de sanar la relación de un país con su pasado de guerra o de dictadura, el Museo Casa de la Memoria se ocupa de la memoria de un conflicto aún vivo. Es decir, de la memoria de un presente conflictivo, arraigado en el pasado tenso de un país poco cohesionado como nación, y en la antesala de un futuro que, se espera, será diferente y esperanzador, dadas las perspectivas de reconciliación que se abren.

El hecho de suceder en medio de un conflicto armado implica un gran desafío al sopesar las diferentes “versiones de los hechos”, dadas las presiones que los actores armados implicados pueden ejercer (e históricamente han ejercido) para imponer sus intereses. Por eso, ha sido necesario proponer los relatos de las víctimas, de quienes no formaron los ejércitos enfrentados, sino que padecieron su acción, como eje articulador del tejido complejo de relatos que interesan al Museo en su construcción de memoria, y como clave para abrir el debate a otras voces, más allá de la lógica binaria y a blanco y negro de dos ejércitos en confrontación y sus respectivos discursos.

Todo esto permite al Museo, en su interacción con las víctimas, una alternancia cada vez más fluida entre los roles simbólicos que ha asumido: el de MUSEO y el de CASA, pues constituye también un espacio de acogida y hospitalidad, algo muy valioso para una población que con cruel frecuencia ha sido y sigue siendo golpeada por la tragedia del destierro. Pero lo más importante es que el Museo se ha convertido también en un lugar de esperanza, con los ejemplos permanentes de generosidad y valentía de estas poblaciones aguerridas y fuertes, que como el guayacán florecen en medio de la adversidad.

APARTE DEL TEXTO “UN MUSEO QUE ES LA CASA DE LA MEMORIA”
POR RICARDO GÓMEZ
DIRECTOR DE CULTURA DEL MUSEO CASA DE LA MEMORIA.

¿Qué hace que Colombia se haya habituado a vivir bajo la gravitación de ese monstruo inevitable, siempre significativo y siempre insignificante? Tal vez lo que tiene que ser conjurado no es el monstruo particular, por el que sus propios patrocinadores y voceros terminan sintiendo terror, y al que finalmente destruyen, sino la costumbre colectiva de estar a la vez fascinados y aterrorizados con él. Como el mítico Minotauro de Creta, que exigía cada año el tributo de la sangre joven de la isla, este monstruo parece ineluctable, pero es verdadera la interpretación que hizo de él Borges en su relato Asterión: la principal necesidad del monstruo es la de desaparecer, y lo único que verdaderamente lo sostiene es el temor que la sociedad le profesa (Ospina, 2002).

La memoria es una plataforma para la reafirmación, es un escenario para el diálogo, pero también es un campo de lucha, que pretende dirimir qué versión del pasado reciente debe prevalecer en función del futuro que se quiere construir.

La memoria no es un lugar de supresión de las diferencias, sino, precisamente, el escenario de enunciación de ellas. El relato resultante tiene que ser una narrativa polifónica. En suma, hay tantas memorias como relaciones de poder.

El papel del historiador, del analista, del sociólogo, de aquel que desde un “lugar de poder” interpreta, deberá ser al menos enriquecido por el de aquel que reconoce, escucha y valora, no ya sus propias posturas, sino las palabras y los silencios de una sociedad en conflicto, para que así pueda, como parte de ese nuevo historiador colectivo, “mantener viva la memoria con el fin de que los horrores del pasado no vuelvan a suceder por desconocimiento” (Centro Nacional de Memoria Histórica, 2012).

Entonces, no se trata de los hechos. Es la CULTURA la que está en el centro de esta pregunta por la memoria. Y es la cultura y no la justicia la que ha de ofrecer una respuesta, una salida a los atavismos que parecen condenarnos. Es la pregunta por sí mismo, por el otro y por lo otro, y las relaciones que hemos establecido entre nos, las que han de indagar las ciencias sociales. Es la pregunta “por la construcción cultural de la sociedad” la que ha competido y compete hoy a las organizaciones, a las comunidades, para que el monstruo del miedo y la guerra no siga consumiendo nuestras vidas.

Pero en el ejercicio de memoria, las **memorias de la resistencia** son el relato épico de la tragedia. Es decir, la fuerza que conduce a la utopía de la paz. Es así como aquí la resistencia cumple un papel determinante en la medida en que da cuenta del coraje con el que comunidades de todos los tiempos y lugares han sacado fuerza para hacer frente a la guerra, esgrimiendo los más profundos sentimientos y criterios éticos y de humanidad. Son nuestra esperanza, son aliento y es por esto que las memorias de resistencia juegan un papel redentor de la humanidad misma que nos habita en medio de la desesperanza, del dolor.

Parodiando a Hannah Arendt, pudiéramos decir:
“Hay en el país demasiada gente para que el olvido sea posible”.

LUCÍA GONZÁLEZ DUQUE
DIRECTORA
MUSEO CASA DE LA MEMORIA
2015

”

“La memoria y su construcción han ocupado un lugar central en el trabajo y las prioridades de un extenso número de grupos comunitarios, organizaciones de la sociedad civil, grupos de víctimas / sobrevivientes y organizaciones no gubernamentales, durante períodos de conflicto / postconflicto”.

(Centro Nacional de Memoria Histórica, 2013).

“Se está haciendo memoria del conflicto como forma de reconocer la actualidad de las demandas de las víctimas... Sin embargo, el conflicto colombiano sigue vigente, y esto se ve representado en el mapa heterogéneo de memorias: en algunos lugares se escuchan voces, en otros, se mantiene el silencio”

(Lopera, 2011)

”

“A escala mundial, la estrecha relación entre memoria y conflicto se ha evidenciado durante la última centuria. Basta recordar algunos hechos que han sido denunciados por organismos defensores de los derechos humanos: ataques violentos, masivos y sistemáticos, cometidos por los totalitarismos de derecha e izquierda, los efectos perdurables del colonialismo en distintos continentes, las guerras de baja intensidad libradas durante la Guerra Fría o las prácticas sistemáticas de intimidación y de tortura perpetradas por todo tipo de regímenes dictatoriales. En este contexto, la denuncia pública de los eventos violatorios de los derechos humanos ha conducido a diferentes agentes e instancias a cuestionar los alcances de la historia para dar cuenta de estos acontecimientos y a reclamar la memoria como respuesta política a la injusticia, como recurso para que el pasado doloroso de las víctimas se haga presente en forma de justicia”.

(Lopera, 2011)

”

“La sociedad civil, en medio del prolongado conflicto, ha ido teniendo una presencia cada vez más protagonista. Los estudios analizados dan cuenta de cómo en el país, en unas regiones más que en otras, grupos y organizaciones de ciudadanos han emprendido luchas y resistencias para reconstruir la memoria histórica, han participado en los procesos de búsqueda de la verdad; han ejercido presión en defensa de la vida, de los derechos humanos, en favor de la democracia, en pro de los derechos sociales. También se muestra cómo estos colectivos han sido promotores de propuestas y de diálogos con relativa incidencia en las políticas públicas”.

(Lopera, 2011)

LA MEMORIA

Las memorias se refieren a las huellas y los significados que deja en nosotros lo vivido. Las memorias son cambiantes, están asociadas a emociones y reconstruyen de manera selectiva eventos, datos y hechos, según los significados que le atribuimos al pasado, los intereses en juego, y las representaciones que nos hacemos de nosotros mismos, de los otros y del lugar que ocupamos en la sociedad (Museo Casa de la Memoria, 2014).

¿PARA QUÉ LA MEMORIA?

El Museo es una Casa de puertas abiertas, a las memorias y a los relatos, a la reflexión y a la conciencia. Es un escenario de expresión plural que abarca la multiplicidad misma de las experiencias; el recuerdo de los sobrevivientes, su valor para contar, resistir, transformar y también las múltiples narrativas desde las cuales se hace memoria con la posibilidad de interpretar e interpelar para avanzar hacia la comprensión del conflicto sociopolítico y armado en Colombia.

La memoria es una ventana a los territorios, aporta para entender la condición de la ciudad o del país y el lugar de cada uno de nosotros en una sociedad atravesada por las violencias. A través de ella se conectan realidades y se construye colectivamente, mientras nos reconocemos e identificamos. Abre un espacio que aporta al esclarecimiento de la verdad, para hacer justicia y garantizar que nunca más se repitan hechos de violencia y las afectaciones a la vida, para luchar en contra de la impunidad y fortalecer acciones activas y constantes que nos muestran que, desde los territorios, se piensa y se construye la paz.

Albergar memorias permite resignificar la Vida, movilizar experiencias, abrir horizontes y reconocer las historias, las personas y comunidades en resistencia; dejar de sentirnos ajenos y comprometernos con el cambio. Para contagiarse del valor y la fuerza de las víctimas y sus familias, para ser sensibles y actuar frente al reclamo cotidiano de una sociedad más justa, para recorrer juntos el camino hacia una reconciliación que permita recomponer el tejido social y hacer parte de la construcción de un futuro diferente.

LA HISTORIA

“El retorno al pasado implica asumirse en condición de deuda con las épocas nombradas como tardías; quedar a salvo de este compromiso demanda un paso obligado por los caminos de la memoria, la cual guarda los hechos que son y no dejarán de ser historia: la vida, las palabras y su constante ir y volver”. (Nieto, 2014)

Es el oficio especializado de reconstruir e interpretar el pasado de las sociedades humanas, utilizando metodologías que parten de la definición de unas preguntas de investigación y que están basadas en el análisis de diversas fuentes de información, con el fin de alcanzar veracidad.

Actualmente, se reconoce que los historiadores están influidos por las creencias, prejuicios y miradas de su tiempo, y que cada generación cambia la mirada sobre el pasado desde preguntas nuevas que su propia generación se hace y que responden a inquietudes y desafíos del presente.

Son loables algunas corrientes del mundo contemporáneo que han decretado el fin de la Historia, porque han entendido que esta no es ni puede ser un relato... Son múltiples los relatos que dan cuenta del transcurrir. La Historia, con mayúscula, ha sido construida por los vencedores, o acotada por los intereses hegemónicos, es por esto que los ejercicios de historia desde tendencias hegemónicas son parciales y excluyentes.

“La historia para Marc Bloch se mostrará como una ciencia por huellas. En lo sucesivo, se pueden disipar algunas de las confusiones relativas al uso del término ‘huella’, siguiendo el de ‘importancia’” (Ricoeur, 2004).

“... Son huellas escritas y eventualmente archivadas” (Ricoeur, 2004).

LA MEMORIA HISTÓRICA

“Y si no hay historia, no puede haber memoria histórica, ya que el presente es una permanente repetición y reproducción del pasado. En muchas sociedades del pasado y del presente, lo vivido como ‘real’ no es la temporalidad histórica, sino el tiempo mítico que remite permanentemente, en rituales y repeticiones, a un momento fundacional, original. La performance ritualizada del mito, sin embargo, no es estática. No se trata de la ahistoricidad, sino de que los acontecimientos ‘nuevos’ se insertan en estructuras de sentido preexistentes, que pueden estar ancladas en mitos. Hacerlo implica que ‘toda reproducción de la cultura es una alteración’ (Sahlins, 1988, 135), que la representación del mito es cambio” (Jelin, 2002).

“A través de un proceso de reconstrucción de la memoria histórica, los hechos relacionados con violaciones a los derechos humanos y al derecho internacional humanitario, deben ser sacados a la luz pública para que se conozca una versión más compleja y veraz de la historia nacional...” (Giron, 2013).

“... La violencia es uno de los hechos que más ocupan la memoria de un país, un grupo humano y una cultura. Así, los testimonios de quienes han sido víctimas de hechos violentos o del conflicto, como en el caso colombiano, sirven para dar cuenta, para documentar lo que las personas consideran importante recordar y así contar lo que desde su perspectiva ocurrió y por qué ocurrió” (Nieto, 2014).

En los relatos de la historia de las naciones muchas voces y experiencias quedaron silenciadas, censuradas, excluidas. Por eso surge el concepto de memoria histórica, que busca incluir otras voces en la reconstrucción del pasado compartido para el esclarecimiento de los hechos. Manteniendo el uso de métodos que promueven la rigurosidad del oficio del historiador en el acopio de huellas, datos y voces, el concepto de memoria histórica reconoce que las narrativas del pasado se insertan en las disputas sociales, simbólicas y políticas del presente.

La memoria histórica reconoce, además, que las narrativas que explican las experiencias de las personas y los colectivos son diversas y dinámicas y, por tanto, cambiantes, e incorporan otros aspectos de las identidades, como valores, convicciones, emociones, tradiciones culturales y cosmovisiones. En contextos donde han ocurrido violaciones a los derechos humanos y al derecho internacional humanitario, la memoria histórica reconoce y hace visibles las voces silenciadas de quienes han sido víctimas. Luego de la Segunda Guerra Mundial, es claro que la reconstrucción de la memoria de un conflicto armado o de una dictadura debe incluir la voz de las víctimas.

Así, en nuestro caso, la memoria histórica tiene una intención pedagógica de promover una comprensión del conflicto armado colombiano y de los hechos de violencia ejercidos sobre personas y comunidades en el país, y un reconocimiento personal y social del impacto que esto ha tenido en las vidas de colombianos y colombianas, con el fin de evitar la repetición de los hechos victimizantes.

MUSEO CASA DE LA MEMORIA, 2014.

ALGUNAS PRÁCTICAS SOCIO-CULTURALES

MEMORIA HISTÓRICA

“En Colombia, la conflictividad de las memorias se evidencia en la ausencia de un debate nacional sobre la dimensión colectiva del daño causado por la violencia. Actualmente, a pesar de los esfuerzos de diversos sectores sociales por visibilizar sus memorias, no existen las condiciones ni la voluntad política por parte del Estado para construir una memoria histórica que sea producto de una pluralidad de voces en el espacio público acerca de los hechos violentos que han afectado al país desde hace más de 40 años”.

(Giron, 2013)

MEDELLÍN: MEMORIAS DE VIOLENCIA Y RESISTENCIA

Exposición de la Sala Central

Esta exposición es la primera exhibición en situarse en la Sala Central del Museo Casa de la Memoria; su noción ha estado inmersa en la misma concepción del Museo Casa de la Memoria, pues en buena medida es el rostro a través del que las personas identificarán al Museo y en ella se materializa una labor principal del mismo: hacer memoria del conflicto armado en Colombia.

No existe una verdad. No hay una historia completa. Cada uno narra, desde su punto de vista, el rol que ha desempeñado en el entramado. Y al entrecruzarse, los relatos se transforman, se enriquecen, se complejizan. La exposición “Medellín: memorias de violencia y resistencia” es el tejido de versiones de una historia que nos ha tocado a todos en menor o mayor medida: la historia de las violencias de Medellín. Como todas las historias, esta es incompleta, subjetiva, imperfecta. Pero es un relato a varias voces; como las de las víctimas que han sufrido alguna o varias de estas violencias; las de

los victimarios, que hablan a través de sus hechos; las de testigos pasivos, pero no indiferentes, que narran en tercera persona; las de actores sociales y políticos que han propiciado que los hechos vayan por uno u otro camino. Hay tantos museos como visitantes e interpretaciones. Se espera que el Museo Casa de la Memoria provoque reflexiones, ideas, emociones y motive para que haga parte de la construcción de una nueva propuesta de sociedad. Al fin y al cabo, todos también hacemos parte de esta historia.

LAS VIOLENCIAS, LAS VÍCTIMAS, LOS CONTEXTOS, LAS RESILIENCIAS Y LAS RESISTENCIAS SON LOS TEMAS GENERALES QUE ARTICULAN ESTA EXPOSICIÓN DE SALA CENTRAL.

LAS VIOLENCIAS

Su apreciación es eminentemente subjetiva, sin embargo, se trata de conductas, situaciones y acciones mediante las que se genera daño, tanto físico como psicológico, a individuos, colectividades o incluso al entorno. Las violencias pueden ser estructurales o coyunturales, se manifiestan bajo distintas formas y se fundamentan en acciones e ideas que las justifican y las pueden perpetuar. Influyen directamente en quienes las experimentan, limitando sus posibilidades o potenciando sus capacidades para sobrevivir.

En esta sala se abordan tres tipos de violencia que, para fines explicativos, aparecen separados, pero que en la realidad pueden superponerse y combinarse:

- * *La violencia asociada a una dimensión política, usualmente relacionada con las confrontaciones bipartidistas, y la violencia generada por guerrillas, paramilitares y agentes del Estado.*
- * *La violencia asociada a una dimensión económica, usualmente relacionada con el narcotráfico, el crimen organizado y la corrupción.*

- * *La violencia asociada a una dimensión socioeconómica, usualmente relacionada con la delincuencia común, la desigualdad económica y la exclusión social. Esta última solo será abordada en función de su articulación con las violencias política y la del crimen organizado.*

LAS VÍCTIMAS

Entendemos por víctimas a cada una de las personas y colectivos que han sufrido daños en relación con las violencias referidas, quienes han sido agredidas en el marco del conflicto armado, quienes las han experimentado por las dinámicas del narcotráfico y el crimen organizado, así como quienes han vivido la violencia como producto de las dinámicas de desigualdad y marginalidad.

LAS RESILIENCIAS Y LAS RESISTENCIAS

Aquellas manifestaciones que evidencian la capacidad de recuperación, propuesta y protesta en individuos y colectivos afectados directa o indirectamente por las violencias. Las resiliencias permiten a quienes han sido víctimas sobreponerse y generar estrategias para sobrevivir en medio de las violencias; mientras que las resistencias posibilitan en la sociedad civil alternativas para el restablecimiento de lazos sociales fracturados, el rechazo a aquellas, el reconocimiento y la denuncia de hechos y actores, el fortalecimiento de la participación, la cooperación y solidaridad, incluyendo la construcción colectiva y la memoria histórica.

LOS CONTEXTOS

Son los marcos sociales, culturales, económicos y políticos que soportan los hechos y acontecimientos sucedidos. Analizados en conjunto nos permiten interpretar o entender un fenómeno o un proceso en un espacio-tiempo específico. En nuestro caso, los contextos se refieren a la confluencia de diversos elementos y agentes en el desarrollo de las dinámicas entre víctimas, violencias, resiliencias y resistencias.

LISTA DE EXPERIENCIAS EXPOSICIÓN SALA CENTRAL

AUSENCIAS

Contar el dolor

PAISAJES NOSTÁLGICOS

Los secretos de la tierra

MEDELLÍN

Horizontes y fronteras

TERRITORIOS SENSIBLES

Relieves de memoria y violencia

MEDELLÍN EN MOVIMIENTO

Esquina, barrio y ciudad

PALABRA DE NIÑO

Desarmar el sentido

CRONOLOGÍA

Tramas de la historia y la violencia

LAS MÚLTIPLES CARAS DE LA VIOLENCIA

El fotógrafo como testigo

PALABRAS

Claves para pensar la guerra

SUSURROS

Historias para gritar

LA MIRADA DEL ARTE

Otros lenguajes para narrar la historia

MESAS

Identidades, tierra y cultura política

HISTORIAS PRESENTES

Palabras de encuentro

MEMORIA SONORA

Palabra, sonido y poder

RECINTO DE LA MEMORIA

Un homenaje a la vida

RESISTENCIAS

La fuerza de la gente

UN PROYECTO DE:

Museo Casa de la Memoria
Alcaldía de Medellín

APOYA:

Corporación Parque Explora
AECID / Agencia Española de Cooperación
Internacional para el Desarrollo

SE UNEN A ESTA INICIATIVA:

Organizaciones de víctimas, organizaciones
comunitarias, colectivos de comunicaciones,
fotorreporteros, artistas, entre otros.

¡BASTA YA!

COLOMBIA, MEMORIAS DE GUERRA Y DIGNIDAD

Exposición temporal.
Noviembre de 2013

Esta exposición, basada en el “Informe General ¡Basta Ya! Colombia, Memorias de Guerra y Dignidad”, conceptualizada por el Centro Nacional de Memoria Histórica e invitada y coproducida por el Museo Casa de la Memoria, da cuenta de cincuenta años de conflicto armado en Colombia, revelando, tanto la magnitud de la guerra librada y las graves consecuencias e impactos sobre la población civil, como la capacidad de resistencia, mientras propone tres ejes de reflexión:

EL HORROR:

Violencias de todos los actores armados y violación de derechos humanos.

LOS DAÑOS, EL SUFRIMIENTO Y EL DOLOR:

Daño e impactos del conflicto en la población civil.

DIGNIDAD, RESISTENCIA E INICIATIVAS DE MEMORIA:

Cómo las víctimas y la sociedad resisten ejemplar, valiente y extraordinariamente ante el conflicto, y cuáles son sus iniciativas de memoria.

Adicionalmente, como componente de participación, todas las personas que deseen pueden entregar sus frases, ideas, pensamientos u opiniones que contribuyan a la paz en la urna “1000 Propuestas para la No Repetición”, que se encuentra al finalizar el recorrido por los tres ejes.

Contemplamos el horror. Olfateamos el miedo. Sentimos el dolor de un país desangrado. Vemos los grupos armados, sus prácticas de guerra y la devastación que, a su paso firme, arrastra a los pueblos inermes. Con imágenes, sonidos y palabras, todas reales y fuertes, esta exposición nos asoma al destierro, a las familias que huyen, a los cuerpos abatidos; y nos presenta, como manantial de vida, a las mujeres y hombres que resisten y sobreviven, a los jóvenes que luchan, a los niños y niñas que siembran la esperanza.

Décadas de guerrillas, paramilitarismo, narcotráfico, exclusión, discriminación, violación de derechos humanos y tremenda impunidad, no han terminado con el valor de una sociedad que, aunque por momentos parece acostumbrarse a la guerra, se levanta día a día y continúa denunciando y negándose al olvido. Sus rostros, tejidos y diversas formas de organización y resistencia se hacen visibles en esta exposición que ofrece una interpretación visual, sonora y objetual de nuestra guerra.

Esta muestra es de nuevo un grito para que cese el conflicto que a tantas generaciones nos ha golpeado en todos los rincones de Colombia. Montañas, llanos, mares, ríos, nevados, desiertos, selvas y ciudades han sido escenarios del conflicto; y nosotros, todos, los testigos a veces silenciosos que hoy disponemos nuestros sentidos ante la barbarie y la extraordinaria resistencia, y lloramos lágrimas de pena y de ilusión. Esta exposición, como el Informe General, nos pone el país como espejo y sentimos honda la indignación por tantas pérdidas y sufrimientos, entonces, gritamos fuerte ¡Basta Ya!, aferrándonos a la memoria como recurso para que nuestras víctimas sean escuchadas, dignificadas, reparadas y para que otros, si no nosotros, podamos conocer la paz.

Extractos de la exposición y del prólogo del Informe ¡Basta Ya!

UN PROYECTO DE:

CNMH /Centro Nacional de Memoria Histórica

APOYA:

Museo Casa de la Memoria
Alcaldía de Medellín

El Museo Casa de la Memoria, como espacio abierto a albergar iniciativas de organizaciones de víctimas para procesos y proyectos afines a su misión, se une en la visibilización, denuncia y búsqueda de la verdad sobre el caso de La Escombrera, presentando, en el marco de la VI Semana por la Memoria, el libro *Caso La Escombrera* comuna 13, Medellín, conceptos técnicos por forenses internacionales, realizado por la Secretaría de Gobierno de la Alcaldía de Medellín, el Programa de Atención a Víctimas del Conflicto Armado, el Equipo Argentino de Antropología Forense, el Equipo Peruano de Antropología Forense, la Fundación de Antropología Forense de Guatemala y el PNUD.

El Museo se une también a la consolidación de la exposición de una importante galería fotográfica construida por el MOVICE, que presenta los rostros de un gran número de personas desaparecidas que se presumen ocultas bajo las tierras de La Escombrera. Y apoya la denuncia por la desaparición forzada, sumando otras dos galerías fotográficas, una de víctimas pertenecientes a la UP, consolidada por las Viudas de la Unión Patriótica, y otra de retratos de víctimas de Crímenes de Estado, Capítulo Antioquia, consolidada por el MOVICE.

Esta reflexión tuvo lugar en la VI Semana por la Memoria, en el mes de noviembre de 2013, como parte del conjunto expositivo “Retratos de memoria”.

“La zona conocida como La Escombrera, ubicada en la comuna 13 (San Javier), en la zona centro occidental de Medellín, ha suscitado durante los últimos años diversas controversias, debido a las denuncias instauradas por familiares de personas desaparecidas, por organizaciones sociales y de defensa de derechos humanos en la ciudad, dada la presunción de que este lugar ha sido utilizado por actores armados para cometer delitos de lesa humanidad. Se sospecha la existencia de sitios de enterramiento clandestino, a los que eran llevados cientos de mujeres y hombres, en su mayoría pobladores de la zona, de quienes se dice que, luego de ser torturados y desaparecidos, fueron ejecutados e inhumados en el lugar, aprovechando el uso de este terreno como depósito de escombros (...), facilitaba el ocultamiento de los cuerpos y de las pruebas de los delitos que pudieron haber sido cometidos en la zona.

... En respuesta a esta situación, así como a la necesidad de agilizar los procesos de búsqueda de personas desaparecidas, la Alcaldía de Medellín firmó un convenio con la Fiscalía General de la Nación (...) para apoyar la labor —exclusiva de la Fiscalía— y en apoyo a las víctimas del conflicto armado, quienes tienen derecho a una respuesta oportuna y efectiva por parte del Estado. (...) El Programa de Atención a Víctimas tomó la decisión de realizar un estudio técnico serio sobre la viabilidad de realizar exhumaciones en el complejo sector de La Escombrera...

... En el diagnóstico se encontró que las posibilidades de hallar restos de seres humanos en este lugar se tornaban cada vez más complejas, en especial porque el uso dado al terreno haría que la búsqueda de sitios de enterramiento clandestino se tornara difícil por la naturaleza propia del terreno, su vasta extensión y profundidad, y la información imprecisa sobre los lugares exactos donde pudieran encontrarse restos...

... Estos conceptos han sido remitidos a la Fiscalía General de la Nación, la Dirección Nacional y Regional de la Unidad de Justicia y Paz, además de la Oficina de NN y Desaparecidos del CTI, autoridades encargadas por mandato legal de diseñar las estrategias y puesta en acción de actividades para dar respuesta a esta problemática (...) La Alcaldía de Medellín ha buscado contribuir a la materialización de medidas de dignidad y satisfacción para las víctimas directas y sus allegados, quienes han sido los protagonistas de estos procesos en la búsqueda por la verdad y la justicia”.

Fragmento extraído de la introducción del Libro Caso La Escombrera.

UN PROYECTO DE:
Movimiento de Organizaciones de Víctimas de Crímenes de Estado / MOVICE.
CON APOYO DE:
Museo Casa de la Memoria
Alcaldía de Medellín

MIRADAS

MEMORIAS DEL DESPLAZAMIENTO FORZADO

Exposición temporal.
Diciembre de 2012

Esta exposición audiovisual, presentada en el marco de la conmemoración del Día de los Derechos Humanos, documenta la problemática del desplazamiento forzado dando cuenta de la compleja y profunda heterogeneidad de un fenómeno que, además de un desplazamiento espacial o territorial, cercena otros derechos fundamentales; y pone en el escenario, además, el desarraigo en sus más hondas y múltiples acepciones.

La exposición proyecta las series: Tenemos nuevos vecinos, realizada en 2004-2005 (posterior al denominado desplazamiento masivo) y Multitud invisible, realizada en 2007 (uno de los años con mayor desplazamiento individual). El cuerpo de trabajo presenta testimonios de las víctimas y conceptos de académicos e investigadores, permitiendo entender y aprehender el fenómeno del desplazamiento, cuestionando la inmutabilidad de la situación a pesar del paso del tiempo y las implicaciones que el ser desplazado genera en los diversos ámbitos de la vida; así, configura, desde lo íntimo, colectividades cruzadas por el conflicto y crea nuevos horizontes de sentido.

Es en la pregunta por el otro que subyace en los documentales donde Luigi Baquero confronta de manera directa al espectador y abre la posibilidad de que la otredad se vuelva mismidad, generando espacios de reflexión al contraponer memorias plurales, contradictorias y en continua construcción; reconociendo múltiples verdades desde perspectivas históricas, culturales y testimoniales, y cuestionando la responsabilidad del Estado, de los múltiples actores y la de la sociedad civil.

ADRIANA PINEDA E.
ÁREA DE MUSEOGRAFÍA Y CURADURÍA.
MUSEO CASA DE LA MEMORIA

“El desplazamiento forzado en Colombia es un proceso de larga duración, está presente en la configuración de la Nación colombiana prácticamente desde los inicios de la república, este país ha vivido procesos de desplazamiento continuos y sistemáticos... El desplazamiento urbano preside buena parte de los macroprocesos sociales que ha vivido este país... Todos tenemos una historia de desplazamiento detrás, una historia personal de desplazamiento, o nosotros, o nuestros padres, o nuestros abuelos, por eso es tan importante reconstruir esas historias de los desplazamientos, para que las personas que hoy están afectadas por ese fenómeno, que hoy son víctimas del desplazamiento, entiendan que su situación personal no es de ellas, y puedan inscribir sus historias personales en las grandes corrientes de la historia del país y puedan entender su situación como una situación colectiva... Resulta un poco simpático que los habitantes de Medellín miren mal a los desplazados que llegan, porque en la práctica esta es una ciudad hecha de desplazados, entonces, el desplazamiento es un eje de existencia de la ciudad”.

MARÍA TERESA URIBE
INVESTIGADORA

FRAGMENTOS EXTRAÍDOS DEL VIDEO
DEJÉ PEDAZOS DE CUERO EN EL ALAMBRE
LUIGI BAQUERO

ALGUNAS EXPERIENCIAS EN
LA EXPOSICIÓN EN LA SALA

MEDELLÍN: MEMORIAS DE VIOLENCIA Y RESISTENCIA

MEMORIA HISTÓRICA

”

“... Más allá de la reconstrucción testimonial de acontecimientos históricos relacionados con experiencias traumáticas, la puesta en escena de la memoria debe ampliar su campo de acción, articulándose con propuestas políticas, jurídicas y simbólicas que desemboquen en políticas públicas encaminadas a la consolidación de una ética ciudadana. Desde esta perspectiva, entendemos el trabajo de memoria como mecanismo ético-político para restituir el sentido de dignidad, contribuyendo a la elaboración colectiva del duelo por los crímenes de lesa humanidad y las violaciones a los derechos humanos”.

(Giron, 2013)

CRONOLOGÍA

TRAMAS DE LA HISTORIA Y LA VIOLENCIA

Experiencia Sala
Central

Esta experiencia se basa en una multimedia que se presenta como una línea de tiempo rizomática con datos locales, departamentales, nacionales e internacionales.

Siete personas pueden interactuar simultáneamente, navegando a través de los años, observando los acontecimientos de cada época. La multimedia permite seleccionar un año de interés y conocer los sucesos en diferentes escalas espacio-temporales.

Aborda datos, hechos, acontecimientos, fechas y lugares desde un punto de vista histórico. Informar y contextualizar en torno a acontecimientos y procesos locales o no, asociados a las violencias desde 1930 hasta la actualidad.

Cada uno de nosotros tiene su propia representación del tiempo: como una línea, como una espiral, por ciclos o, incluso, sin forma específica. En esta experiencia, aunque el tiempo se presenta de forma lineal, se entrecruzan los sucesos que han marcado la historia, tanto local, como regional, nacional e internacional. Esta mirada pretende contribuir al análisis de las políticas de los últimos 70 años y, en ellas, del uso y abuso del poder que ha ayudado a la generación de conflictos y violencias en el mundo. Pero también nos habla de múltiples maneras que la humanidad ha encontrado para levantarse, fortalecerse y enfrentar el orden del mundo a pesar de la destrucción y el dolor.

>< MEDELLÍN

HORIZONTES Y FRONTERAS

Experiencia Sala
Central

Ubicar al visitante en el territorio de Medellín, contextualizándolo en el proceso de poblamiento y desarrollo de la ciudad, las posibilidades de ocupación del suelo y cómo tales fenómenos han implicado dinámicas de inclusión y exclusión, también, formas de identificación con el territorio, violencias y dinámicas de resistencia mediante la expresión comunitaria, cultural y artística. El visitante puede ver la historia del poblamiento de la ciudad a través de la animación de la maqueta y de la proyección superior de profundización. El video podrá ser visto según los intereses del visitante o a partir del ritmo que se proponga, haciendo uso de una perilla para controlar la navegación en la línea de tiempo.

Esta experiencia se focaliza en las tensiones que le han dado forma a una ciudad con muchas contradicciones y procesos complejos a lo largo de la historia: sus orígenes indígenas, la sociedad colonial, las múltiples migraciones y los procesos de poblamiento, pasando por el proceso de industrialización, la organización del espacio urbano y las dinámicas de las políticas públicas.

A pesar de los esfuerzos, estas situaciones son aprovechadas por actores armados para alimentar conflictos y violencias urbanas: desde el control de la vida privada hasta las lógicas económicas de la ciudad. Sin embargo, a estas tensiones se oponen siempre experiencias de vida, luchas por el reconocimiento y resistencias permanentes que han moldeado la ciudad que hoy conocemos.

[30]

>< TERRITORIOS SENSIBLES

RELIEVES DE MEMORIA Y VIOLENCIA

Experiencia Sala
Central

Tres cartografías interactivas revisan cómo las violencias se asocian y se expresan en el territorio. Tienen, además, una reflexión sobre el subregistro y la memoria adherida sobre la pared superior.

La experiencia se presenta a través de pantallas táctiles que permiten al visitante seleccionar lo que verá a partir de su criterio íntimo, facilitando una reflexión con base en tres tipos de cartografía: la primera nos muestra la proliferación de hechos victimizantes en los municipios de Antioquia. En la segunda, encontramos casos significativos de violencia que han impactado a Medellín. La tercera cartografía recoge algunos lugares de memoria en la ciudad y permite al visitante participar creando unos nuevos; ante todo nos dice que, a pesar de la guerra, muchas manos contribuyen a construir la PAZ.

[31]

✕ LAS MÚLTIPLES CARAS DE LA VIOLENCIA

EL FOTÓGRAFO COMO TESTIGO

Experiencia Sala
Central

En la historia colombiana se mezclan distintos actores y formas de violencia. Nuestro conflicto, uno de los más complejos y antiguos del mundo, no solo ha tenido móviles políticos, sino económicos y de control social. Se afectan todo tipo de poblaciones, que se han manifestado reivindicando la necesidad del respeto y el derecho a la vida.

La fotografía nos ofrece otras maneras de percibir la guerra. El fotógrafo, poniendo su cámara como intermediaria, nos involucra en su experiencia. Nos habla de lo lejos que estamos de conocer los alcances de la crueldad humana.

Este espacio rinde homenaje a los fotógrafos que arriesgan su vida para que el país conozca de primera mano el dolor de las víctimas, los horrores y el entrecruzamiento de actores de esta guerra. A través de su lenguaje, la fotografía, nos cuentan historias que muchos preferirían ignorar.

LA MEMORIA COLECTIVA

“En contextos de violencia sociopolítica y conflicto armado, la memoria colectiva se sitúa en un campo conflictual, donde las diferentes memorias, ancladas en experiencias subjetivas de los diferentes sectores de víctimas, compiten entre sí” (Giron, 2013).

“... La memoria colectiva solo consiste en el conjunto de huellas dejadas por los acontecimientos que han afectado al curso de la historia de los grupos implicados que tienen la capacidad de poner en escena esos recuerdos comunes con motivo de las fiestas, los ritos y las celebraciones públicas”. (Ricoeur, 1999, 19).

Si bien la memoria es atributo de los individuos, existe la memoria colectiva, es decir, las memorias de hechos que han impactado a las comunidades y que se construyen a varias voces, como un relato en coro. Las memorias colectivas interpretan lo sucedido en nuestra experiencia individual en un marco de referencia compartido que es la experiencia colectiva, recogen el significado que distintos grupos sociales les otorgan a los acontecimientos históricos. Por eso, la comunicación y la conversación cumplen un papel fundamental en la forma como se configura y se transmite la memoria colectiva.

Frente al conflicto contemporáneo del país, la memoria colectiva devela el daño o afectación producto de una intención que no es aleatoria, sino que, por el contrario, obedece a un proyecto “criminal” o intencionado, que adquiere un nuevo y mayor valor en la medida en que es identificado, y, así, su lucha no es ya por la reivindicación individual sino colectiva y por ende histórica.

MUSEO CASA DE LA MEMORIA, 2014.

ALGUNAS PRÁCTICAS SOCIO- CULTURALES MEMORIA COLECTIVA

”

“Memoria que nos interpela y nos demanda; memoria que incomoda al cómodo y acomoda al incómodo (...). Porque la memoria afirma la vida, y nos compromete con la humanidad. Porque la memoria detiene cualquier abuso de poder, otorga espíritu de resistencia y dignifica. Porque la memoria rescata de la humillación y el exilio. Porque la memoria exige que la autocrítica no sea mera disculpa sino el ejercicio que nos ayude a retomar nuestros ideales como nación”.

(Goldman-Rabino)

El espacio de representación de la serie de exposiciones que el Museo Casa de la Memoria de Medellín abre en el marco de la VI Semana por la Memoria, en conjunto con los talleres que las construyen y acompañan, se convierte en una experiencia dialógica entre las víctimas, la institucionalidad, los defensores de derechos humanos, los artistas y la ciudadanía para abrir las puertas al sentido de memoria viva.

“Retratos de memoria”, una prosopografía o biografía colectiva que proyecta modos múltiples de ver y de representar experiencias humanas de duelo, pérdida y dolor, que busca encontrar sentido en la liberación de lugares de reflexión en torno a significados emocionales y simbólicos profundos, frente a la aprehensión de imágenes, relatos o paisajes de memorias individuales y colectivas que en relación con el conflicto armado y las violencias que continuamente afronta Colombia, prevalecen con el temple esperanzador de la existencia en la capacidad humana de trascender y descubrir horizontes de sentido.

Estas exposiciones son, en conjunto con la programación académica, cultural y comunitaria, el fondo de una suma de iniciativas que la Alcaldía de Medellín y el Museo Casa de la Memoria quieren crear. Canal expresivo que invita a la autocrítica individual y comunitaria frente a la historia y las responsabilidades sociales, donde se comprenda la coexistencia de la memoria en cuanto conveniente y orientadora para pensar en el futuro.

El espacio expositivo alberga fotografías de gran formato, mudanza, registro del abandono, desolación y paso del tiempo que han sufrido las familias de San Carlos, Antioquia; uno de los lugares con mayores riquezas hídricas y de interés geográfico, que por disputas territoriales entre grupos armados tiene el mayor número de desplazados del Oriente antioqueño.

La idea de la imagen como objeto de contemplación es, para el artista Víctor Muñoz, la negación del sentido de su obra. El artista, quien ha compartido como mediador y tallerista en diversos escenarios del arte y la cultura de nuestra ciudad, propicia el encuentro con la imagen desde el lugar de la imagen pensamiento. La exposición se propone como un espacio de laboratorio abierto a la participación de grupos heterogéneos de personas y a la inclusión de reflexiones desde diversos medios de expresión estética.

El artista, con el Museo Casa de la Memoria, convoca a talleristas para trabajar en una experiencia de construcción colectiva que indaga sobre las representaciones históricas, las imágenes del conflicto, las tradiciones orales, la poética del territorio, entre otros acercamientos.

Algunas prácticas realizadas en los talleres abordaron narrativas como **resistencia lírica**: composición de letras musicales; **escrituras de pared**: sobre posición de signos, capas, estados y políticas de la apropiación pública; **oralidad y confabulación**: narraciones e historias para sí recordar, contar y cantar; **la piel, la casa, el mundo**: diseño y apropiación de mis idearios estéticos en tránsito; **el cuerpo habla**: intermitencia en los trayectos y constelaciones en el territorio.

UN PROYECTO DE:

Víctor Muñoz, artista
Museo Casa de la Memoria
Alcaldía de Medellín

EN EL CIELO CABEMOS TODOS

FOTOGRAFÍA, HUELLAS Y RELATOS

Exposición temporal del conjunto “Retratos de memoria”.
Noviembre 2013

El 5 de mayo del 2013, en el cañón ubicado en el barrio Bellavista de la comuna 13, desplazaron a la gran familia fundadora, que es toda la población que habitaba este territorio. Mientras realizaron un taller de croché con mi madre, las hermanas Álvarez me contaron un poco de lo vivido ese triste día en que tuvieron que abandonar sus casas y perder todo contacto con su familia durante una semana. Esta familia quedó con una marca muy grande: vivir con miedo. Este trabajo pretende, en primera instancia, acercarnos a las vivencias de esta comunidad con la idea de visibilizar una parte del conflicto violento que nos acompaña hace décadas. En segundo lugar, queremos comenzar a soñar con un lugar donde podamos estar tranquilos, como lo hacían nuestros padres, que bien dicen que “en el cielo cabemos todos”.

Este es un escenario para retratarnos mientras escuchamos la historia de esta familia y escribimos nuestro sentir...

Extraído del texto introductorio de la exposición de Luigi Baquero

UN PROYECTO DE:

Luigi Baquero, documentalista
Museo Casa de la Memoria
Alcaldía de Medellín

CON APOYO DE:

Comunidad de La Loma

>< VOLVER

RETORNO AL HOGAR DE
FAMILIAS EMBERÁS

Exposición temporal del conjunto “Retratos de memoria”.
Noviembre 2013

Retorno al hogar, exposición fotográfica, es un recuento del regreso a La Puria, Carmen de Atrato (Chocó), de familias indígenas emberás que a causa de la violencia se vieron obligadas a abandonar su hogar.

Encontrar en la ciudad el camino de regreso a lo que se es, reconocer con valentía las ausencias sentidas y retornar para festejar el origen, los ancestros, las tradiciones, el territorio; retornar para celebrar las raíces, la comunidad y la vida misma es lo que pretende dar a conocer esta muestra fotográfica.

El regreso a casa tiene como consecuencia recuperar los lazos con la tierra, con ese pasado que permite proteger y mantener en el presente la propia cultura.

Después de algunos años por fuera de su territorio ancestral a causa de la violencia y el conflicto armado, la comunidad del resguardo La Puria, su guardia indígena y las familias retornadas comienzan a construir juntas y desde su memoria lo que será su vida de ahora en adelante.

UN PROYECTO DE:

María Jimena Hernández Zapata, David Estrada Larrañeta, Bluephoto Agency, Unidad Municipal de Atención y Reparación Integral a las Víctimas del Conflicto Armado, Proyecto Retorno Indígena, Alcaldía de Medellín.

>< ESCENARIOS DE SIGNIFICACIÓN

DISCURSOS Y DENUNCIAS DESDE LAS VÍCTIMAS

Exposiciones y encuentros
en diversas fechas

El Museo Casa de la Memoria sirve como espacio para el fortalecimiento discursivo y de construcción simbólica de las diferentes organizaciones y grupos de víctimas. Durante los últimos años se ha logrado acoger o apoyar múltiples encuentros, diálogos, seminarios, cátedras, obras teatrales, exposiciones que surgen de un interés común a organizaciones, colectivos comunitarios y a la misión misma del Museo.

Entre estos escenarios, cabe destacar algunos como el que tuvo lugar en la VI Semana por la Memoria, en el mes de noviembre de 2013. Como parte del conjunto expositivo “Retratos de memoria”, se abrió un escenario importante para exhibir galerías fotográficas propias de diferentes organizaciones, expresiones sobre el daño individual y colectivo, que denuncian asesinatos, desapariciones forzadas y crímenes de estado. En este caso, se unieron a la iniciativa el MOVICE y Las Viudas de la UP para dar forma a una exposición,

Galería de retratos, que estuvo acompañada por los listados de personas víctimas de diferentes lugares de la ciudad y el departamento, entre ellas, víctimas que se presumen en La Escombrera y víctimas de regiones de Antioquia y, a su vez, por las consignas, pendones, carteles y pasacalles, distintivos de lucha y resistencia.

Entre otras, se acentúa también la conmemoración de los “15 años de lucha y resistencia” de las Madres de La Candelaria, tanto de la Línea Fundadora como de Caminos de Esperanza, realizada en mayo de 2013, quienes visibilizaron sus procesos en relación con las memorias familiares, las historias de lucha y resistencia y agradecieron a medios y personajes que han sido importantes para el desarrollo y visibilización de sus intenciones y procesos.

Igualmente, se destaca el proceso de memoria de la masacre en Villatina de un adulto, siete jóvenes y una niña de 8 años, ocurrida el 15 de noviembre de 1992. En conmemoración se apoyó la recuperación de la escultura del maestro Édgar Gamboa, Los niños de Villatina, enalteciendo este espacio nuevamente como un lugar de memoria importante para la ciudad. La escultura, ubicada en el Parque del Periodista, fue erguida en el año 2003, luego de que el Estado reconociera su responsabilidad en los hechos ante la Corte Interamericana de Derechos Humanos por la participación de sus fuerzas.

MEMORIAS Y DESMEMORIAS DE QUEBRADA ARRIBA (LA TOMA)

Investigación y laboratorio
expositivo temporal.
Diciembre 2014

“Tras terminar este recorrido exhaustivo por la quebrada Santa Elena, no es extraño que doña Piedad nos pregunte si pronto van a intervenir la quebrada, ‘¿y ese parque si lo van a hacer ligero?, yo me acuerdo que desde que mi abuela existía, ella me decía eso no lo van a ver ni los hijos de los hijos suyos, y es la verdad, yo ya tengo bisnieto’. Sin embargo, doña Piedad quisiera verlo, aunque siente incertidumbre, pues dice que a lo mejor le va a tocar salir de su barrio y eso es lo que no quisiera porque, a pesar de la violencia, ella siente un fuerte arraigo. ‘Uno, a pesar de tanta violencia y tanta cosa y que el barrio La Toma estuvo mal, pues desde niño uno veía lo que fueron Los Chías, Los Paraos, Los Mochas, esos antiguos se agarraban a machete en mitad de esa calle y no se veía sino el chispero y eso era de cada ocho días y la gente le tenía temor a La Toma, pero, a pesar de todo, uno quiere mucho el barrio, uno se apegas’.

NATALIA QUICENO Y ANA MARÍA MUÑOZ, LA COMUNA 8, 2008, P. 90.

A partir de la invitación extendida por el Museo Casa de la Memoria, Taller 7, espacio independiente con sede en el Centro de Medellín, plantea una investigación y un laboratorio expositivo de ilustración sobre el sector de La Toma, buscando poner en diálogo diferentes disciplinas y saberes con el fin de compilar las memorias y las transformaciones del lugar y de los habitantes del territorio en el que hoy se emplaza el Museo. Consolidar un mapa de pensamiento que incluya sus historias y memorias entendiendo las complejidades y los tejidos sociales que atravesaron y atraviesan este lugar.

Los ejes de reflexión de este proceso van desde **el agua, los puen-**

tes y el poblamiento (de la toma de agua al acueducto, ... y bajo los puentes, la quebrada, poblamiento) **al desarrollo urbano y la fábrica Coltejer** (desarrollo industrial, primeros años de industrialización, Coltejer, en las inmediaciones de la fábrica, segunda etapa de industrialización, formalización de barrios), pasando por **los procesos urbanísticos del siglo XX y comienzos del XXI** (ciudad planificada) y concluyendo en el **conflicto y la memoria**.

En la construcción de escenarios de relato ilustrado, creada y activada, participan los artistas invitados: Alejandra Higuera Montenegro, Sebastián Restrepo, Álvaro Vélez (Truchafrita). Y en la investigación: Catalina Acosta, Luis Fernando González. Taller 7: Adriana Pineda, Julián Urrego y Mauricio Carmona.

UN PROYECTO DE:

Taller 7
Museo Casa de la Memoria
Alcaldía de Medellín

CON EL APOYO DE:

Fundación Universitaria Bellas Artes

Este espacio abre la posibilidad de crear una cartografía virtual y participativa, en donde cada comunidad o sujeto puede incluir sus percepciones al pensar sobre los lugares de memoria y los sitios de memoria. Ambos entendidos como conceptos complementarios: si bien en el lenguaje común parecen sinónimos, en realidad suponen etapas y procesos distintos en los trabajos de la memoria y de construcción de cartografías de la violencia, la solidaridad y la resistencia no violenta.

Los lugares de memoria configuran cartografías no solo como una referencia a un espacio o alguna otra categoría geográfica, sino a elementos simbólicos, dirigidos a transformar sentimientos personales o grupales en significados públicos y colectivos que expresan las luchas por recuperar, dar respuesta, sentido, voz, a procesos traumáticos y excluyentes para rememorar, conmemorar, homenajear y reparar actos valientes que aportan en el camino hacia la reconciliación, sobre bases de verdad y justicia.

Conoce el mapa en línea y participa:
<http://mapa.museocasadelamemoria.org/>

UN PROYECTO DE:

Museo Casa de la Memoria
Alcaldía de Medellín

CON EL APOYO DE:

Fundación Universitaria Bellas Artes
AECID (Agencia Española de
Cooperación Internacional para el
Desarrollo)

LA MEMORIA COMUNITARIA

“Las acciones de recuperación de memoria –individuales y colectivas– desde las comunidades territorializadas han estado vinculadas, fundamentalmente, al desarrollo de las historias locales” (Fauré, Olguín, & Urrutia, 2009).

La memoria comunitaria es el resultado de las prácticas que realiza una comunidad para recordar los hechos vividos. La comunidad es el conjunto de individuos que se unen por una causa específica o por el territorio en que habitan. El Museo Casa de la Memoria aporta en la contextualización de patrimonio cultural para incorporar a las comunidades afectadas y que manifiesten sus procesos históricos como prácticas de resistencia a los conflictos que han sucedido en sus localidades.

La memoria no es un objeto ni un fin en sí misma, es una construcción medida por las experiencias personales, por la legitimación comunitaria. Allí los sujetos, los objetos y los espacios tienen un carácter definitorio de la identidad y de la personalidad de los pueblos. Es en este sentido en que memoria comunitaria e identidad definen la proyección de su presente. Esta memoria no tiene carácter positivo ni negativo, no se valora por lo bueno o por lo malo, sino por la trascendencia de los acontecimientos.

BEATRIZ SALAZAR
INVESTIGACIÓN
FUNDACIÓN UNIVERSITARIA BELLAS ARTES

ALGUNAS PRÁCTICAS SOCIO- CULTURALES

MEMORIA COMUNITARIA

”

La memoria, aun la personal, como resultado de prácticas políticas y sociales producto de la confrontación de actores con distintos grados de poder. No nacemos con una memoria; la construimos a lo largo de nuestras vidas en una relación continua con los demás y en aprendizaje social”.

(Centro Nacional de Memoria Histórica, 2013)

TEJER CON EL HILO DE LA MEMORIA

PUNTADAS DE DIGNIDAD EN MEDIO DE LA GUERRA

Exposición itinerante
en México.
Octubre 2014

El trabajo de la memoria implica poner en juego escenarios, actores, dispositivos y apuestas que dan lugar a nuevas relaciones sociales, a transformaciones subjetivas que comunican, no solo el sufrimiento, sino la dignidad y la resistencia que emerge en medio de la guerra. La exposición “Tejer con el hilo de la memoria” propone reconocer y potenciar el valor del tejido para narrar a partir del trabajo emprendido por las “Tejedoras por la Memoria de Sonsón”, que, a través de sus manos, hilos, agujas, palabras y silencios, dan sentido a lo sucedido y configuran un espacio de enunciación colectiva; un costurero para fomentar un oficio, tramitar dolor, devolver la dignidad a los ausentes, celebrar la vida y restaurar el tejido social roto por la guerra.

Esta exposición reflexiona sobre la vida de las tejedoras y la situación de ser víctimas y sobrevivientes del conflicto armado. Cada tejido está cargado de emotividad, es una pieza única, con un lenguaje propio que emerge de su proceso creativo y sanador. Estos tejidos son un llamado a la no-repetición de los crímenes cometidos y a la sensibilización de la población frente a las luchas por la memoria, la verdad, la justicia y la reparación de las víctimas.

UN PROYECTO DE:
Tejedoras por la Memoria de Sonsón

CON EL APOYO DE:
*Museo Casa de la Memoria
Alcaldía de Medellín*

MEMORIAS EN DIÁLOGO

EL MUSEO, UN PROYECTO DE CULTURA

Interacción continua
desde diversos territorios

La memoria está asociada a prácticas y ejercicios, a “hacer memoria”: al acto de memorar. Estos ejercicios dejan rastros que se dejan seguir, sedimentos que se asientan más con cada paso dado y que luego es posible recoger. Esos rastros no tienen una sola forma, son diversos, a veces, incluso, contradictorios en sus lecturas del contexto, como las voces consultadas para investigarlos en los ejercicios de memoria de una comunidad o de una sociedad. Los relatos contenidos en cada objeto, en cada práctica, en cada texto, son de interés de nuestra sociedad entera, que en búsqueda permanente de una identidad escurridiza y voluble, quiere hacerse consciente del valor de su diversidad, y de la multitud de rostros que constituyen su cuerpo social.

Conscientes de la realidad del trabajo de memoria que se viene haciendo en los territorios desde hace mucho tiempo, proponemos un proyecto llamado “Memorias en Diálogo”, que a su vez se constituye en escenario de diálogo entre organizaciones, territorios, experiencias y perspectivas frente al tema de la memoria del conflicto sociopolítico armado, arraigado en unos territorios específicos y sus tensiones, y con la pretensión firme de explorar también las formas

de resistencia y resiliencia que han ayudado a fortalecer a estas comunidades en medio de la adversidad, y los lugares físicos y simbólicos desde los que se hace memoria.

El proyecto consta de dos componentes:

Diálogos: pretende promover el diálogo de saberes y la creación colectiva entre las organizaciones de víctimas, artísticas y comunitarias, en torno a las memorias del conflicto armado, las violencias relacionadas y las resistencias no violentas a través de escenarios formativos, de análisis, reflexión y trabajo colaborativo para contribuir a la mejor comprensión y apropiación del contexto, de tal manera que ayude a avanzar hacia horizontes de transformación. Este componente pretende generar conversaciones y, a partir de ellas, fabricar relatos nuevos que aporten a la construcción territorial de memoria.

Narrativas: este componente se plantea la generación de espacios para la circulación crítica de relatos asociados a la memoria del conflicto armado y otras violencias relacionadas, a las resistencias no violentas a que este y sus causas han dado pie en diferentes

narrativas y lenguajes, para el encuentro e intercambio entre los circuitos alrededor de dichas narrativas y otros representantes de la sociedad de Medellín y Antioquia, como organizaciones sociales, de víctimas y comunitarias. En este componente, más que relatos nuevos, se proponen escenarios de circulación, visibilización y debate crítico alrededor de los relatos que ya han producido las comunidades, sus organizaciones y algunos artistas y realizadores interesados en el tema de la memoria y en una mirada crítica al contexto, no solo local, sino nacional y global.

UN PROYECTO DE:

Área de Cultura
Museo Casa de la Memoria
Alcaldía de Medellín

EN ALIANZA CON:

La Corporación Picacho con Futuro, la ACJ / YMCA, la Corporación Con-Vivamos, Corpades y la Corporación para la Comunicación Ciudad Comuna

LA MEMORIA INDIVIDUAL

“... La memoria aparece como radicalmente singular: mis recuerdos no son los vuestros. No se pueden transferir los recuerdos de uno a la memoria del otro... La memoria es un modelo de lo propio, de posesión privada, para todas las vicisitudes del sujeto” (Ricoeur, 2004).

La memoria individual es la interpretación de los hechos que le han acontecido a un individuo y que dependen de su sensibilidad, de sus valores morales, éticos, estéticos, condición psicológica, creencias religiosas y que definen una imagen mental de los acontecimientos del pasado. Esta memoria individual, si bien interpreta el pasado, define también su presente, pues la situación vivida como experiencia interiorizada configura niveles de respuesta a las situaciones que el presente plantea. Es importante mencionar que la memoria individual son los pensamientos y reflexiones existenciales de los sujetos, aquellos afloran en un diálogo con la colectividad a través de la palabra de los objetos, de los sujetos y de los espacios. Bajo estas instancias, la memoria individual explicita una perspectiva en la que se leen los acontecimientos, lo que deja entrever que existen, además, otras perspectivas o memorias individuales frente a acontecimientos semejantes.

El Museo Casa de la Memoria busca que los individuos puedan recordar las experiencias propias de los hechos vividos, compartiendo todas aquellas experiencias que han dejado una huella en las víctimas del conflicto.

BEATRIZ SALAZAR
INVESTIGACIÓN
FUNDACIÓN UNIVERSITARIA BELLAS ARTES

ALGUNAS PRÁCTICAS SOCIO-CULTURALES

MEMORIA INDIVIDUAL

”

“La memoria es una producción subjetiva: lo que recordamos no es la realidad objetiva ni total, sino una porción de esa realidad, algunos hechos, imágenes, sensaciones, sentimientos, olores, etc., sobre todo aquellos que han sido significativos en nuestra experiencia. Por ello, es un proceso no solo racional y objetivo, sino, fundamentalmente, subjetivo y, usualmente, intersubjetivo, en el que, a través de esa subjetividad, le damos algún significado a esa experiencia recordada. Es por ello que, como plantea Elizabeth Jelin, debemos entender los procesos de memoria ‘como procesos subjetivos, anclados en experiencias y en marcas simbólicas y materiales’.

(Fauré, Olguín, y Urrutia, 2009).

DES-APARICIONES

DEL ALBUM SOCIO-FAMILIAR
A LAS PÁGINAS DE UNA HISTORIA NACIONAL

Laboratorio de narrativa y
exposición temporal.
Mayo 30 a agosto 30 de 2014

La desaparición forzada es el borramiento de cualquier tentativa y sospecha de vida, ausencia sin motivo o explicación, eliminación física de la prueba de existencia de un acto violento; la certeza de que sin cuerpo no hay proceso ni verdad, conforma un mecanismo de guerra para generar terror, debilitar las familias y desterrar a los pobladores de sus territorios.

En Colombia se registraron 78 319 desapariciones entre 1970 y 2012 según el Sirdec (Sistema de Información Red de Desaparecidos y Cadáveres), 19.254 de estas desapariciones fueron clasificadas como presuntamente forzadas, mientras la Unidad Nacional de Víctimas habla de 30.159 desaparecidos. Los informes sobre exhumaciones y desapariciones cuentan 4892 personas encontradas hasta el año 2013 en la web de la Fiscalía Nacional (Centro Nacional de Memoria Histórica, 2014).

La familia de una persona desaparecida siente la consecuencia innegable de un amor que existe tan fuerte como dolorosamente, mientras se aferra a la posibilidad del reencuentro tras la búsqueda y la esperanza.

"Las cifras también se quedan atónitas".

CARLOS VÁSQUEZ

La idea inicial de esta exposición se articula con la conceptualización original del proyecto de archivo y memoria "Construcción del álbum sociofamiliar de la historia de los desaparecidos a partir de la recuperación de los archivos fotográficos existentes y fotografiados en la actualidad por las organizaciones sociales y sus familiares. Narraciones de historias de vida", y se proyecta hacia la construcción, tanto de memorias individuales, como a la consolidación de una memoria colectiva del daño, para que nos ubique en perspectiva de futuro.

La exposición se fundamenta en la recuperación de los recuerdos individuales y compartidos, abre camino a dinámicas que vinculan

la memoria como acto de resistencia, un acto contra la guerra que destroza, desgarrar e induce en ocasiones al olvido e invisibilización de las múltiples historias de quienes vivimos el país.

Las imágenes surgen del recuerdo para encontrarse como lo hacen las palabras no fortuitas, mientras el coraje crece para compartir colectivamente sentidos del presente que buscan otras miradas y realidades.

Cada uno de los álbumes familiares elaborados es señal de ausencia obligada, relatos íntimos que conjugan la denuncia y la exclamación de resistencia civil en contra de toda desaparición, mientras la verdad, casi siempre inalcanzada, interpela la presencia del ausente y el anonimato de una cifra.

Las mujeres que participaron, creyeron y nos dejaron entender y compartir su dolor. Las familias dispusieron su hogar para llegar al fondo de esta tarea, mientras ellos mismos comprenden la lucha de sus madres, esposas e hijas, y lo que hacen en las organizaciones o cuando están fuera de casa.

Cada mujer, en un acto de valentía, persiste en la búsqueda y rastrea en sus elementos identitarios la fortaleza para encontrarse, para reexistir.

La exposición propone una reflexión ordenada desde los siguientes ejes temáticos: la ausencia, el recuerdo, la búsqueda, la reconstrucción, e incluye la participación en la creación de memoria colectiva en las páginas de una historia nacional.

“Des-apariciones nos condujo a un ejercicio de memoria y recopilación de las historias que nos han causado un profundo dolor. Este proceso nos permitió juntarnos en medio de lágrimas, risas y chistes.

... Hacer memoria es tan importante como luchar juntas, es la vía para sensibilizar frente a este crimen atroz: la desaparición forzada”.

SILVIA QUINTERO

UN PROYECTO DE:

Museo Casa de la Memoria
Alcaldía de Medellín

EN ALIANZA CON:

Natalia Botero
María Elena Toro
Silvia Quintero
Gloria Holguín
Doralina Carvajal
Nazly Jiménez
Amparo Can
Luz Mery Velásquez C.
Alejandra Laverde
Elizabeth Laverde
María Edith Correa
Gloria Elena Macías

CON EL APOYO DE:

Fundación Universitaria Bellas Artes

SE UNEN A ESTA INICIATIVA:

Unidad Municipal de Atención y
Reparación a Víctimas, Mesa Departamental de Desaparición Forzada,
Mujeres Caminando por la Verdad,
Nueva Vida Esperanza, Corporación
Proyecto DES, Madres de La Candelaria

ALGUNAS EXPERIENCIAS EN LA EXPOSICIÓN DE SALA CENTRAL

MEMORIA INDIVIDUAL

“... La memoria aparece como radicalmente singular: mis recuerdos no son los vuestros. No se pueden transferir los recuerdos de uno a la memoria del otro... La memoria es un modelo de lo propio, de posesión privada, para todas las vivencias del sujeto”.

(Ricoeur, 2004)

Contextualizar, a través de fragmentos de testimonios, las historias de personas que han sido víctimas. Dimensionar la magnitud del daño y la pérdida, sin adentrarse en el hecho violento. Esta experiencia consta de un conjunto de paredes que muestra una serie de minitestimonios. Algunos están adheridos en *plotter* y otros aparecen flotando sobre una pared de espejos. Los testimonios hacen referencia a los daños colaterales, poco valorados, pero sumamente dolorosos, que aparecen tras la vivencia de un hecho violento.

El conflicto ha quebrado millones de vidas y a menudo olvidamos los pequeños detalles, los ritos cotidianos que ya no pueden ser; añorar el sabor de los mangos, la caricia de la brisa en la mañana, las voces de los hijos, el olor de la casa habitada, la tranquila sensación de una familia segura y completa. Entender estas pérdidas nos permite dimensionar la magnitud de los daños, intuir el inmenso universo de sufrimientos, añoranzas y amores perdidos que se entremezclan en la proyección del pasado, en la soledad del presente y en el reto de construir el futuro.

Esta experiencia presenta, mediante retratos sonoros, historias fuertes de hechos victimizantes y otras afectaciones narradas por sus víctimas. La experiencia contrasta la complejidad de los relatos con la simpleza de los contenedores, la caja sellada que no deja ver su contenido hace referencia al ocultamiento, a lo que está tapado, al mismo tiempo estimula la imaginación. 13 cubos de madera instalados a una altura media en la pared, formando una línea horizontal. Los cubos contienen relatos sonoros sobre historias de destierro (desplazamiento), secuestro, homicidio, reclutamiento ilícito, minas, violación, ataques a bienes civiles, tortura, amenaza, masacre, desaparición y fronteras invisibles.

Muchas de las vivencias más traumáticas de la guerra están ocultas. Muchas víctimas han sido marcadas por horrores profundos, que duelen tanto como la indiferencia y el silencio obligado que viene con el miedo y la impunidad. Sin negar que el olvido o el silencio también son opciones para las víctimas, invitamos a la escucha y a la solidaridad frente al dolor de los demás, frente a aquellas historias que quieren salir a la luz, ser oídas y tratadas colectivamente, para encontrar salidas a aquello que duele más cuando se vive en soledad. Los testimonios narrados dan cuenta de distintos hechos, cada uno hace parte de la gran historia de daños que aún están en mora de ser escuchados, acompañados y sanados.

HISTORIAS PRESENTES

PALABRAS DE ENCUENTRO

| Experiencia Sala Central

Esta experiencia tiene como objetivo dar cuenta del impacto de las violencias a través de múltiples personajes, elegidos según criterios de diversidad, su rol en el conflicto, su estatuto de víctimas o de resistentes. Seis pantallas reproducen las personas en tamaño natural, mientras narran sus historias de vida en relación con la tragedia del conflicto armado y las violencias.

Narrar es darle forma física a la memoria. En esta experiencia, el pasado y el presente se conjugan para conversar en torno a nuestra historia común. Aquí convergen una gran diversidad de relatos, tiempos, sensaciones, vivencias y sentidos que aportan a la construcción de memorias colectivas.

Estos testigos y víctimas del conflicto nombran, dan sentido y comparten sus memorias, incluso a pesar del dolor. Ellos aportan sus testimonios para entablar diálogos que nos permitan también reflexionar sobre nuestro papel en la historia de las violencias del país.

RECINTO DE LA MEMORIA

UN HOMENAJE A LA VIDA

| Experiencia Sala Central

Este recinto es un espacio de conmemoración que propone una experiencia emocional a través de la luz, la oscuridad y el reflejo. Espacio oscuro y de techos altos con filtros de luz que sirven para evocar el recuerdo.

Reflexionar y honrar a las víctimas, propiciando una relación directa entre el visitante y las memorias de seres asesinados o desaparecidos forzosamente a causa del conflicto armado. Busca también dar cuenta de la dimensión de las pérdidas a través de fotografías de las víctimas y de su vida cotidiana.

Lloramos por nuestros muertos, por nuestros desaparecidos, por nuestros heridos. Lloramos por nosotros mismos y por lo que causan las violencias que se volvieron cotidianas en nuestra historia. Y aunque la muerte hace parte de la vida, es difícil aceptarla cuando otro ser humano decide sobre ella. Ese llanto expresa dolor por tantas historias interrumpidas, tantos sueños rotos, tantas vidas en suspenso. Pero nuestras víctimas también merecen una celebración, una que nos recuerde los momentos felices, la belleza que nos queda en medio del dolor. En este recinto queremos compartir y celebrar la vida de nuestras víctimas, sus sueños y su amorosa presencia en nuestra historia.

EL ARTE

ISABEL DAPENA
DIRECTORA DE MUSEOGRAFÍA Y CURADURÍA
MUSEO CASA DE LA MEMORIA

El arte colombiano ha encontrado en la memoria uno de sus escenarios de creación y pensamiento más importantes y agudos.

Aún en el arte contemporáneo, el ejercicio metafórico, la denuncia explícita o las elaboraciones que documentan, desde la memoria, problemáticas como el conflicto armado y temas culturales o de identidad nacional, han abierto caminos desafiantes y retos que propenden en la conexión arte-sociedad. Algunos de ellos, desde la perspectiva de género, hombres o mujeres, reconocidos o emergentes, desde diversos procedimientos y técnicas, plantean un panorama reflexivo sobre el tema:

Clemencia Echeverri en su obra *Treno*, (canto fúnebre), videoinstalación de catorce minutos de duración, construye un diálogo entre dos orillas del río Cauca en Colombia, sometiendo al espectador a una inmersión en el crecimiento desmedido del agua, y los gritos, a través de llamados sin respuesta. Al mismo tiempo, el sonido actúa como plataforma de un territorio por donde transita el flujo del agua y la voz, evocando pérdida y violencia.

Carlos Uribe en su obra *Murmullo*, introduce a los espectadores en una secuencia de fotografías de ciudades latinoamericanas, fragmentos de favelas de Río de Janeiro, barrios de invasión en Bogotá y barriadas de Lima, Caracas y La Paz; da paso a proyectar en esta videoinstalación la visión nocturna de los barrios de las laderas de Medellín en plena actividad bélica, integrando luces que destellan y que representan los disparos que el artista vio y vivió desde su casa en la Comuna 13 de esta ciudad, y brillos de luciernagas, (especies antropófagas que con la luminosidad atraen a sus víctimas) que establecen similitudes con las maniobras de los violentos. Murmullo marca la memoria incruenta de barriadas a la vuelta de la esquina de cualquier ciudad de América Latina, pero a su vez nos remite a través de la metáfora, al paisaje bucólico que alguna vez allí existió.

Juan Manuel Echavarría en su obra *Requiem NN*, video de corte documental, registra en Puerto Berrío las tumbas de los NN, cadáveres que han bajado por el río, y el rito de apropiación de los habitantes de ese puerto ribereño que escogen sus tumbas en el cementerio con la marca “elegido”, adoptándolos

como suyos con nombre y apellido, en una relación de beneficio mutuo y respeto, atribuyéndoles milagros. O desde su obra *Bocas de Ceniza*, video en el que siete cantantes narran con su voz lo que ocurrió en el municipio de Bojayá, Chocó, el triste destino de la población civil en este territorio, por el enfrentamiento entre grupos armados.

Jose Alejandro Restrepo, Libia Posada, Mario Opazo o la misma **Doris Salcedo**, entre otros, han contribuido igualmente, en la insistencia de la memoria con obras potentes desde lenguajes contemporáneos, posturas deladoras y críticas en el ámbito estético, sociopolítico e incluso religioso.

"Alguien decía: El arte dice cosas que los historiadores no pueden decir"
Beatriz González.

El arte re-conoce, permite ver aquello que era invisible a nuestros ojos y pensamientos, abre la posibilidad de comprender, transmutar y derivar modos sensibles que alientan a viajar en diferentes tiempos, no solo del lenguaje sino también de la memoria y la historia. Atraviesa realidades sociales, políticas, económicas, entre otras, vividas por individuos, comunidades, colectividades y sociedades.

Es relevante valorar los logros del arte en los procesos comunitarios y el papel del artista en el reconocimiento de la identidad local. Desde la relación con el otro o la significación del contexto territorial como lugar esencial en la conformación de memorias, prácticas comunitarias o procesos de construcción social del territorio, cuando se piensa a la comunidad como autor, co-autor, guía, agenciante o co-curador de un proyecto artístico-político. Cuestionan el papel del arte y replantean nuevas líneas dentro del campo artístico y de las políticas culturales.

“Las prácticas artísticas comunitarias pueden (in)operar como prácticas antisistémicas capaces de de-construir o, por lo menos, desestabilizar propósitos e instituciones definidos por la identidad absoluta de un ser sin relación (being-without-relation): ‘este absoluto puede presentarse bajo las especies de la Idea, del Individuo, del Estado, de la Ciencia, de la Obra de Arte, etc. Su lógica siempre será la misma, en la medida en que es sin relación’ (Nancy: 2000, 16). Es decir, pensar las prácticas artísticas comunitarias como eventos de lo político, como apertura radical al otro”.
Prácticas artísticas en comunidad: una pregunta por la importancia de lo político en el arte. Ludmila Ferrari.

El Museo Casa de la Memoria acude a la capacidad del arte que interpela mediante la experiencia, y que suscita sentidos y reflexiones propias que posibilitan formas de hacer Memoria o de generar vínculos hacia la comprensión de lo que nos ha ocurrido como sociedad y como cultura. En este sentido, el arte y su sinfín de posibilidades se instauran para permanecer desde la diversidad de formas de discursos y significaciones.

ALGUNAS PRÁCTICAS SOCIO- CULTURALES

ARTE Y MEMORIA

”

“... La tarea de la puesta en escena del Museo de Antioquia en la exposición “Destierro y reparación” al hacer un completo recorrido sobre la geografía, la antropología, la sociología y hasta la estética de lo que ha sido este fenómeno que marca a Colombia. Fragilidad, movilidad, miedo y desamparo; objetos, personas, recorridos, lugares y causas del destierro, son tema para más de 50 artistas del siglo XX que dan cuerpo al hecho de sacar a alguien por la fuerza de su lugar y dejarlo sin piso. Obras que tocan, sacuden, remueven”.

(Cano-Posada, 2008)

[64]

✕ VIDEO-VERÓNICA

JOSÉ ALEJANDRO RESTREPO
RETROPROYECCIÓN 2000-2003

| Exposición temporal
Agosto 2014

El artista José Alejandro Restrepo propone en este espacio contemplativo una experiencia ritual, reflexiva y confrontante sobre la trascendencia de las imágenes sagradas, en este caso del culto cristiano-católico, frente a las desgarradoras y venerables imágenes de las madres viudas del conflicto armado en Colombia portando el rostro de sus familiares e hijos.

El efecto revelador en la obra de Restrepo ocurre por el encuentro de imágenes. Se trata de una operación dialéctica. “Dos íconos, pertenecientes a diferentes tiempos y espacios, se suman en un acto de combustión. Estallan las dos madres –la virgen Verónica y las víctimas– en partículas esclarecedoras, simultáneamente (...) para romper todo relato del origen”, señala el curador Andrés García La Rota.

[65]

El antecedente no es otro que la Verónica, la impronta ensangrentada del rostro de Cristo sobre una tela, la vera-ícona, etimológicamente la imagen verdadera. Su poder (como el de toda imagen) no radica tanto en que sea verdadera. Tal como lo refiere el mismo Restrepo, “las imágenes son verdaderas porque tienen y ejercen poder y por eso son un codiciado botín de guerra para las partes en conflicto”.

No solamente la “imagen” es un botín político, sino la “verdad” es un botín político. Allí yace realmente la metáfora que esta videoinstalación propone como lectura crítica y reveladora del dolor (o indolencia) sobre las víctimas, que no es otro que el rostro de la realidad contradictoria que vive este país. ¿Quién tiene la verdad? ¿Qué se pretende con la verdad?

¿Tendrá algún día este país llamado Colombia un rostro esclarecido?

¿Habrà verdad, justicia, y reparación?

CARLOS URIBE

HISTORIADOR, ARTISTA Y GESTOR CULTURAL

UN PROYECTO DE:

José Alejandro Restrepo

Museo Casa de la Memoria

Alcaldía de Medellín

LA LIBERTAD ES... LA VIDA ES...

Exposición temporal.
Mayo de 2013

En conmemoración de los eventos Mayo por la Vida y de la Cumbre por la No Violencia en el 2013, el artista bogotano Rafael Ortiz invita a las asociaciones de víctimas del conflicto armado a participar de un proyecto artístico en el edificio del Museo, en el espacio donde a futuro se instalaría la Sala Central, y realiza a su vez una intervención en las fachadas, abrazando su perímetro completo con una tela blanca que se enlaza y se anuda mientras que sostiene el formato gigante de las palabras libertad y vida, dejándolas incorporadas o prensadas entre la tela y el edificio, a la vista del transeúnte.

¿Quién define los conceptos de libertad y de vida cuando las ideas están en constante puja debido a los diferentes conflictos que enfrentamos como sociedad?

Son fuerzas contradictorias las que modifican estos principios, lejanos talvez de las definiciones de diccionarios y términos homologados por la cultura y la civilización.

“La libertad es... La vida es...” cree en la necesidad de preguntarles a aquellas personas o asociaciones que a partir de experiencias de vida derivadas de los hechos de violencia y hostigamiento, tienen una voz presente con derecho a redefinir palabras esenciales como libertad y vida. Sumarse a estas voces, apoyando sus procesos en un acto simbólico, un acuerdo entre las partes producto del conflicto de una sociedad que requiere solidaridad y seguimiento.

En la exhibición el visitante participó:

* *Recorriendo la sala mientras se escuchan voces testimoniales que hablan sobre libertad y vida.*

* *Tomando una cinta blanca contenida dentro de las palabras libertad y vida, escribiendo qué significa cada una según la historia de vida, definiendo así la idea y sentir de ellas.*

* *Envolviendo las columnas del espacio con la cinta para sellar un pacto de solidaridad.*

Toda sociedad sana y constructiva parte de la salvaguarda de los derechos fundamentales de sus ciudadanos. Entre ellos se destacan los que contienen las palabras libertad y vida. Según el diccionario, la palabra libertad es “la calidad de estar y ser libre”, y vida es “la unión del alma y el cuerpo”. Si la libertad se restringe por causa y como efecto de la violencia, la vida no se construye plenamente. Sin el derecho a la vida, a la protección de la vida, no se pueden desarrollar las libertades plenas y equitativas que son las bases para la honra y dignidad humanas.

Objetos, nudos, palabras y cintas blancas que representan las voces de las víctimas en la ciudad, y una clara invitación a construir convivencia y paz desde cada uno.

UN PROYECTO DE:

Rafael Ortiz, artista
Museo Casa de la Memoria
Alcaldía de Medellín
Corporación Reiniciar
Fundación Manos Visibles
Madres de La Candelaria Línea
Fundadora

ALGUNAS EXPERIENCIAS EN LA EXPOSI- CIÓN DE SALA CENTRAL

ARTE Y MEMORIA

ALGUNAS PRÁCTICAS SOCIO-CULTURALES

Dar cuenta de la producción, las propuestas y los lenguajes contruidos por las artes visuales para denunciar y reflexionar sobre el impacto del conflicto armado en Colombia. La experiencia consiste en una selección de obras que aparecen en una pantalla táctil, en ella el visitante puede visualizar el conjunto de obras a modo de collage y profundizar en cada una para conocer la importancia de los procesos de memoria en el arte.

Cada expresión, cada técnica, cada disciplina ha contado la violencia en sus propios términos. Más allá de documentar, el arte reflexiona, toma partido, denuncia, muestra lo complejo del dolor y de la guerra. El arte se pronuncia donde las palabras se quedan cortas. Se mueve en el espacio de los sentimientos, reta las ideas y las palabras, desplaza la lógica y quiebra arquetipos. Esta plataforma multimedial es una muestra de lo mucho que el arte ha dicho sobre la violencia en Colombia. Una muestra diversa donde convergen todo tipo de artistas: conservadores y contestatarios; de este siglo o del anterior; de técnicas convencionales o contemporáneas; de obras de museo o de la calle. El arte es otra manera de acercarse a la memoria de un país complejo y diverso.

El Museo tiene el desafío de construir medios democráticos y convocar diversas esferas de relacionamiento; estéticas expandidas, nuevas comunicaciones, tecnologías y formas de expresión creativas, que obedecen al fortalecimiento de redes, horizontes de la paz y encuentros con sentido; teniendo presente las implicaciones políticas, culturales, de dignificación de las víctimas y de esclarecimiento de la verdad.

Desde las prácticas, se proyecta la búsqueda estratégica de producir, circular y activar Memorias Situadas que se enlazan con las posibilidades de gestionar y compartir conocimiento, impactar en la movilización social hacia la incidencia política y lograr el desarrollo de una pedagogía para la Paz y la Reconciliación.

EL MUSEO, UN PROYECTO PEDAGÓGICO

“La memoria intenta preservar el pasado solo para que le sea útil al presente y a los tiempos venideros. Procuremos que la memoria sirva para la liberación de los hombres y no para su sometimiento”.

Jacques Le Goff

El Museo Casa de la Memoria es en esencia un proyecto y dispositivo pedagógico. Proyecto, en tanto su intención fundamental se centra en la posibilidad de generar procesos reflexivos que motiven la transformación cultural y social hacia el cambio de paradigmas sociales que permitan y promuevan el respeto por la diferencia, el valor sagrado de la vida y el diálogo como instrumento para la resolución de conflictos. Dispositivo pedagógico, porque se compone de instrumentos, mecanismos y contenidos intencionalmente seleccionados, acordes a los contextos de país, región y ciudad que catalizan e interpelan a los visitantes frente a sus análisis colectivos o individuales, en relación con la complejidad del conflicto armado y sus violencias relacionadas.

Para enunciar los procesos pedagógicos emprendidos, es importante definir el carácter político de la memoria, entendida como la posibilidad que ofrece, desde los ejercicios reflexivos, de comprender el rol de cada sujeto en el contexto histórico que lo influye, pero que, además, tiene la posibilidad de transformar, permitiendo la aprehensión de conceptos en los sujetos que formen una postura crítica, reflexiva y analítica, no solo sobre el conflicto armado, sino,

y de manera especial, sobre las causas sociales, culturales, económicas y políticas que lo instauran y promueven.

Las apuestas pedagógicas reconocen la perspectiva de trabajo psicosocial, denominación, que sugiere de entrada una diferencia tajante con la perspectiva de trabajo conocida como psicológica o clínica tradicional, en la que la mirada es “objetiva”, “positivista” o “externa” del problema que se va a tratar y, por ende, sus soluciones también lo son. Es decir, los modelos clínicos tradicionales se han regido por la enumeración y medicalización de los síntomas, estos configuran unos cuadros clínicos específicos de acuerdo a unos tratados estadísticos diseñados para ese fin.

Mientras que la apuesta por la perspectiva de trabajo psicosocial introduce dos elementos claves: la subjetividad y el contexto.

Reconoce un sujeto único, diferenciado y con características peculiares que prevalecen sobre los signos o los síntomas y no al contrario, es decir, cobra más fuerza el sujeto que el sufrimiento.

Comprende la relación existente con el sujeto como una que responde al marco de referencia que lo contiene, significa y dota de sentido. De este modo, el sujeto no se analiza aislado, sino en relación con un contexto particular, a partir del que se relaciona con el mundo.

La noción psicosocial reconoce la mirada relacional entre sujeto y contexto, la intrínseca relación entre ambos, no solo de la afectación, sino de la reparación o recuperación de la misma. De esta manera, la perspectiva de memoria desde la que trabajamos es aquella que reconoce las posibilidades que tienen las víctimas de superar y resistir los daños del conflicto armado.

PROYECTO ESCUELAS CON MEMORIA

Potenciar la escuela como espacio de promoción de paz, de reconocimiento de la diversidad, de respeto por el otro y valoración de la vida, donde la resolución pacífica de conflictos sea la metodología inherente al proceso pedagógico de enseñanza-aprendizaje. Las acciones específicas para lograr este fin se realizan a través de tres componentes:

1. Laboratorio pedagógico para maestros y maestras: construyendo la memoria, haciendo historia

Concientizar a los docentes, las docentes y las instituciones educativas del sector público y privado de la ciudad de Medellín sobre la importancia de incluir en los contenidos académicos

del currículo escolar, conocimientos, prácticas y metodologías que sirvan para abordar la historia del conflicto armado en Colombia y sus consecuencias sociales y culturales. Para generar en los estudiantes la sensibilidad y conciencia de su contexto histórico que nos permita apuntar a la construcción de una cultura de paz desde la escuela.

“Las acciones con los estudiantes, y en general con los ciudadanos, orientadas hacia la consolidación de una cultura de paz, tienen en el Museo un recurso valiosísimo, diría, paso obligado para acercarnos al pasado que no queremos repetir y al presente y futuro posibles de construir” (opinión de un docente participante del curso en el 2014).

2. Memoria joven

Iniciativa de la Unidad Municipal de Atención y Reparación a Víctimas, que ha sido reconocida como una “buena práctica para la prevención del conflicto armado en América Latina y el Caribe. Por su potencial reflexivo y la creación de herramientas pedagógicas se supone, para este año, el Museo Casa de la Memoria y el Colectivo de Comunicaciones Lluvia de Orión se sumaron para fortalecer el proceso, desde la profundización de contenidos, la visibilización y divulgación de la iniciativa”.

Generar procesos reflexivos y críticos con los jóvenes y las jóvenes de la ciudad es una apuesta clave en la perspectiva de transformación cultural desde la que pretendemos visionar los contenidos y propuestas del Museo. De esta forma, Memoria Joven permite que los jóvenes conozcan y analicen el conflicto armado desde las perspectivas de los derechos humanos, la no repetición, pedagogía para la paz, la formación ciudadana y la “edu-comunicación”, entendida esta última como herramienta de conocimiento, divulgación masiva de los proyectos, participación colaborativa y creativa a través de la comunicación. Para que a partir de estos conceptos construyan recursos pedagógicos y didácticos que lleguen a otros públicos y transmitan los análisis y las reflexiones.

“Al principio del proceso, yo no me sentía segura de mí misma, me daba pena hablar, no era capaz de expresarme. Me daba miedo. Pero siento que estoy como acompañada, que quiero reventar esa burbuja que me detiene, y la etapa formativa me ayudó mucho. Ahora, la proyectiva me ayuda más, no me da tanta pena porque quiero hablar y expresarme. No dejar que nada me encierre. Siento que esto que he aprendido lo quiero compartir con aquellos que conozco. La mirada que tengo es muy diferente” (testimonio de joven participante).

3. Trasversalizando el currículo

Incidir en los contenidos y procesos educativos, apoyar la labor de los maestros y maestras desde los dispositivos del Museo han permitido acercar a otros públicos y posicionarlo en los procesos de enseñanza-aprendizaje. De esta manera, el Museo se ha convertido en una plataforma que permite cumplir los logros académicos de las diferentes áreas, realizando un ejercicio, en este caso con el Colegio San Ignacio de Loyola, y transversalizando los contenidos académicos así:

Ciencias Sociales: sustenta las causas y consecuencias que trae para el país el fenómeno del desplazamiento forzado.

Educación Artística: describe detalladamente dos formas de expresión artística o estética, utilizadas por el Museo o por las víctimas para dar a conocer o sanar el sufrimiento vivido a partir de la experiencia que les ha tocado asumir.

Ética: de acuerdo con los diferentes conceptos del mal que hemos venido trabajando desde el periodo pasado (maniqueísmo, cristianismo), y las visiones del mal presentadas en algunos de los textos analizados en este periodo (*La divina comedia, El príncipe, Utopía, Del albedrío esclavo*), y con la contextualización que sobre el tema del mal pudo trabajar en su visita al Museo (preguntas explicadas en clase como preparación a la visita), realice un escrito sobre el mal y sus consecuencias en la ciudad de Medellín en los últimos 20 años. En dicho escrito debe responder a asuntos tales como el origen del mal, consecuencias, efectos, reflexión ética sobre las acciones moralmente malas.

Filosofía: en su visita al Museo Casa de la Memoria deberá atender a unos elementos que a continuación se explicarán, con el objetivo de recoger los insumos necesarios para trabajar un texto argumentativo en el que expondrá filosóficamente el problema del conflicto y un par de hipótesis que deberán ser examinadas a la luz de los criterios trabajados en clase durante el periodo.

ESCUELA DE MEDIACIÓN

Busca consolidar la formación de los mediadores para hacer de los componentes expositivos de la Casa de la Memoria espacios incluyentes donde los visitantes logren la comprensión, reflexión y diálogo de memorias sobre el conflicto armado y las violencias en la ciudad. El perfil que forma el equipo de mediación del Museo busca que sea proveniente de las disciplinas de las ciencias sociales y humanas, de las organizaciones de víctimas y grupos sociales interesados en visibilizar y reflexionar sobre el rol ciudadano y de comprensión sobre el conflicto armado en el país y en la ciudad.

Dentro de la formación se establecen como temas de intervención la profundización en: competencias conceptuales sobre las diversas violencias, víctimas, contextos y resistencias. También, abordaje de temas de comunicación verbal y no verbal, herramientas psicosociales, rol del mediador en lectura de públicos y el establecimiento de diálogos constructivos hacia un horizonte de paz, y una intervención social en la que los públicos que visitan el Museo puedan participar y vincularse directamente a las actividades pedagógicas que propone. Se desarrollan, además, procesos de evaluación y seguimiento con el fin de establecer nuevos perfiles y fortalecer la activación de ejercicios de memoria contruados conjuntamente entre los públicos y el equipo de mediación.

EL MUSEO, UN PROYECTO SOCIAL Y POLÍTICO

Una de las finalidades del Museo Casa de la Memoria es cumplir con el deber de memoria del Estado, expresado en uno de los artículos de la Ley de Víctimas y Restitución de Tierras (1448 de 2011), de la siguiente manera:

“Propiciar las garantías y condiciones necesarias para que la sociedad, a través de sus diferentes expresiones tales como víctimas, academia, centros de pensamiento, organizaciones sociales, organizaciones de víctimas y de derechos humanos, así como los organismos del Estado que cuenten con competencia, autonomía y recursos, puedan avanzar en ejercicios de reconstrucción de memoria como aporte a la realización del derecho a la verdad del que son titulares las víctimas y la sociedad en su conjunto”. En el parágrafo del mismo artículo, se establece que “en ningún caso las instituciones del Estado podrán impulsar o promover ejercicios orientados a la construcción de una historia o verdad oficial que niegue, vulnere o restrinja los principios constitucionales de pluralidad, participación y solidaridad y los derechos de libertad de expresión y pensamiento”.

Artículo 143 de la Ley N.º 1448 de 2011

El deber de memoria del Estado se traduce, entonces, en el derecho a la memoria de las víctimas en particular y de la sociedad en general, siendo necesario comprender las dimensiones individuales y colectivas de tal derecho, entendiendo la memoria individual como la encaminada a la reparación de la víctima, y la colectiva, como la orientada a la reconstrucción de la memoria histórica del conflicto para cimentar garantías de no repetición tanto para las víctimas como para la sociedad que las genera, para aportar a la verdad jurídica y a la construcción de horizontes de paz y reconciliación

Por lo anterior, el componente social del Museo Casa de la Memoria está constituido por tres elementos:

Primero, la promoción de la participación y la movilización ciudadana a través de procesos de formación con diversos actores sociales y políticos para lograr el reconocimiento de las personas como sujetos de derechos, como actores sociales y políticos capaces de contribuir a la transformación de realidades violentas en aprendizajes sociales para la convivencia; de aportar a la construcción de una democracia respetuosa de los derechos humanos y jugada por la no repetición. Esto implica que los proyectos que desde el Museo se ejecutan, promueven el reconocimiento del otro/a en la diferencia, y parten de sus intereses y propuestas, del entendimiento de sus particularidades, del respeto por las distintas opciones sexuales, la pertenencia a una etnia, a un credo o a una generación.

Segundo, el desarrollo de procesos de memoria colectiva, con cuyos resultados se pueda incidir en la formulación, difusión y concreción de garantías de no repetición, privilegiando la memoria de las víctimas, basados en el deber ético de memoria que tenemos como sociedad y en el deber jurídico de memoria que tiene el Estado

Un último elemento presente en el componente social del Museo es la incorporación de la dimensión territorial para comprender la importancia de los contextos en el desarrollo, no solo de las personas, sino de los grupos sociales; entender el territorio, no solo desde su dimensión física, sino como factor de desarrollo en el que se ponen en relación sujetos y actores, organizaciones e institucionalidad, teniendo en cuenta aspectos sociales, económicos, culturales, ambientales y de gestión del conocimiento.

UN PROYECTO DE:

Área de Social

Museo Casa de la Memoria

Alcaldía de Medellín

PALABRAS CLAVES

Olvido

No es ausencia o vacío. Es la presencia de esa ausencia, la representación de algo que estaba y ya no está, borrada, silenciada o negada. El olvido, lo contrario de la memoria, su enemigo.

Recuerdo

Consiste en la evocación de sucesos, eventos o información experimentada en el pasado, como parte de la memoria es subjetivo y relativo a la experiencia e inherente a los procesos de aprendizaje. Por el recuerdo experimentamos, no solo el carácter pasado de las cosas ausentes, sino el propio tiempo, lo destacable es la compañía en el modo de aprender.

Recuerdo

Viene del latín recordari, que a su vez proviene de re, nuevo, y cordis, corazón. Recordar quiere decir mucho más que tener a alguien presente en la memoria. Significa volver a pasar por el corazón. En el corazón, antiguamente se pensaba, yacen las facultades de la memoria.

Huella

Lo que el pasado deja son huellas, en las ruinas y marcas materiales, en las huellas mnésicas del sistema neurológico humano, en la dinámica psíquica de las personas, en el mundo simbólico. Pero esas huellas, en sí mismas, no constituyen “memoria”, a menos que sean evocadas y ubicadas en un marco que les dé sentido

Silencio

Mecanismo de distanciamiento de la muerte y de la experiencia vivida.

Testimonio

Corresponde a la narración de los sucesos que han marcado la vida de una persona.

Experiencia

Se refiere a las vivencias directas, inmediatas, subjetivamente captadas de la realidad. Pero una reflexión sobre el concepto de “experiencia” indica que esta no depende directa y linealmente del evento o acontecimiento, sino que está mediada por el lenguaje y por el marco cultural en el que se expresa, se piensa y se conceptualiza.

Diversidad

Variaciones de la información en la recuperación, conservación, protección y difusión de la memoria humana.

Imaginario

Es la incesante y esencialmente indeterminada creación sociohistórica y psíquica de figuras, formas e imágenes que proveen contenidos significativos y los entretajan en las estructuras simbólicas de la sociedad.

Memoria Viva

La idea de memoria viva no se refiere a un corpus teórico definido, como el de memoria histórica, por ejemplo, que tiene todo un universo de referencias (el de la historiografía, por ejemplo) y autores (Pierre Nora) muy definido y claro, en el que ya se ha llegado a cierto grado de consenso; sino que se refiere a una perspectiva diferente frente al tema, a un lugar desde el que se produce esta memoria, el comunitario, y una forma de hacerla. La idea de memoria viva está asociada a la de cultura viva comunitaria, y se refiere a esa memoria surgida directamente de la experiencia de las comunidades mismas, a partir de la cotidianidad y la vivencia de sus territorios, y que ha marcado a fuego las identidades que han construido como comunidades en sus devenires. La memoria viva, en palabras de Julio de Zan (2008), “ya no es la de las glorias de antiguas batallas victoriosas, ni el culto de grandes héroes nacionales, sino la memoria de los crímenes y del sufrimiento de las víctimas, de los antihéroes del horror y de las políticas de exclusión” (De-Zan, 2008).

BIBLIOGRAFÍA

BADILLA, H. (s.f.). *Para comprender el concepto de Resiliencia*. <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/docente/pd-000179.pdf> (Consulta: 13-02-15).

BOZZANO, H. (2009). *Territorios: el Método Territorio. Una mirada territorial a proyectos e investigaciones no siempre territoriales*. 8th. International Conference of Territorial Intelligence and culture of development. Salerno. www.territorial-intelligence.eu/index.../salerno09-bozzano-es.pdf (Consulta: 13-02-15).

CANO, A. (2008). *El arte produce imágenes allí donde hay un vacío de representación. donde un asunto concreto como el destierro, en colombia se hace inexistente*. <http://www.elespectador.com/columna42984-reparadores> (Consulta: 13-02-15).

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA. (2012). *¡Basta Ya! Colombia: memorias de guerra y dignidad*. <http://www.centrodememoriahistorica.gov.co/micrositios/informeGeneral/#-thash.qWiSQrr7.pdf> (Consulta: 13-02-15).

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA. (2013). *Recordar y narrar en el conflicto. Herramientas para reconstruir memoria histórica*. <http://www.centrodememoriahistorica.gov.co/informes/informes-2009/recordar-y-narrar-el-conflicto> (Consulta: 13-02-15).

CENTRO DE NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA. (2014). Tomo I: *Normas y dimensiones de la desaparición forzada en Colombia*. <http://www.centrodememoriahistorica.gov.co/informes/informes-2014/desaparicion-forzada> (Consulta: 13-02-15).

CHIROLLA, G. (2010). *Política de una trenodia audio-visual*. http://200.21.104.25/kepes/downloads/Revista6_12.pdf (Consulta: 13-02-15).

ECHEVERRÍA, M. y RINCÓN, A. (2000). *Ciudad de territorialidades. Polémicas de Medellín*. <http://www.bdigital.unal.edu.co/2170/1/MCE-INV22.PDF> (Consulta: 13-02-15).

DELGADO, O. (2001). *Espacio y territorios: razón, pasión e imaginarios*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Vicerrectoría General. Red Espacio y Territorio. 725 p.

DE-ZAN, J. (2008). *Memoria e identidad*. <http://www.scielo.org.ar/pdf/topicos/n16/n16a03.pdf> (Consulta: 13-02-15).

DOMÍNGUEZ, J.; FERNÁNDEZ, C.; TOBÓN, D.; VANEGAS, C. (2014). *El arte y la fragilidad de la memoria*. Medellín: Universidad de Antioquia; Instituto de Filosofía y Símbolo. 380 p.

FAURÉ, D. (2009). *Los caminos de la memoria (y de la historia)*. <http://es.scribd.com/doc/95424537/Memoria-patrimonio-y-trabajo-comunitario-Daniel-Faure-Myriam-Olguin-Miguel-Urrutia> (Consulta: 13-02-15).

FERRARI, L. (2014). *Prácticas artísticas en comunidad: una pregunta por la importancia de lo político en el arte*. <http://revistaerrata.com/ediciones/errata-7-creacion-colectiva-y-las-practicas-colaborativas/practicas-artisticas-en-comunidad-una-pregunta-por-lo-politico-en-el-arte/> (Consulta: 13-02-15).

GIL, J. (2014). *Del arte que no pasa por arte*. <http://revistaerrata.com/ediciones/errata-7-creacion-colectiva-y-las-practicas-colaborativas-del-arte-que-no-pasa-por-arte/> (Consulta: 13-02-15).

GIRALDO, R. (2006). *Poder y resistencia en Michel Foucault*. <https://www.google.com/url?sa=t&rc=t-j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0CCcQFjAB&url=http%3A%2F%2Fguillomartinezpino.jimdo.com%2Fapp%2Fdownload%2F5689835613%2FPoder%2B%2FBresistencia.pdf%3Ft%3D1415417127&ei=EOovVYW6B8rdsATMtoGgDg&usq=AFQjC-NEYIIgeF422UYU8G eMdeNoQ5FokA&sig2=OMIWdJx-aKjTHriP1oaz7w> (Consulta: 13-02-15).

GIRÓN, C. (2013). *Pedagogía social de la memoria histórica en Colombia*. http://www.comisionporlamemoria.org/investigacionyensenanza/pdf_biblioteca/Gir%C3%B3n-%20Pedagog%C3%ADa%20social%20de%20la%20memoria%20hist%C3%B3rica%20en%20Colombia.pdf (Consulta: 13-02-15).

GOLDMAN, D. (2010). *Oración para el Te Deum del Bicentenario en la Basílica de Luján*. <http://www.betel.org.ar/rabinto.asp> (Consulta: 13-02-15).

HALBWACHS, M. (1995). *Memoria colectiva y memoria histórica*. <https://www.google.com/url?sa=t&rc=t-j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB4QFjAA&url=http%3A%2F%2Ffdialnet.unirioja.es%2Fdescarga%2Farticulo%2F758929.pdf&ei=Fu4vVYmoMdDisASphoCwBA&usq=AFQjCNHJjJMCB9pl2D05P7dJudOozaviWA&sig2=wqHEA6oivjzWHcVbuhDVQg> (Consulta: 13-02-15).

INSTITUTO NAIONAL DE MEDICINA LEGAL Y CENCIAS FORENSES. (s.f.). *Sistema de Información Red de Desaparecidos y Cadáveres*. <http://sirdec.medicinalegal.gov.co:8083/sirdec/main/sistema.jsp> (Consulta: 13-02-15).

JELIN, E. (2002). *De qué hablamos*

cuando hablamos de memoria. <http://es.scribd.com/doc/242281012/Jelin-Cap2-1-pdf#scribd> (Consulta: 13-02-15).

GIRALDO, M. (2011). *Estudios sobre memoria colectiva del conflicto armado en Colombia: un estado de la cuestión*. http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312308325_ARQUIVO_PonenciaEstudiosobrememoriacolectivadelconflictoarmadoenColombia.pdf (Consulta: 13-02-15).

LA VÍA CAMPESINA. (2009). *Declaración de los derechos de las campesinas y campesinos*. <http://viacampesina.net/downloads/PDF/SP-3.pdf> (Consulta: 13-02-15).

MEDELLÍN. CONCEJO. (2011). *Acuerdo 50 de 2011: por medio del cual se establece una política pública para el reconocimiento y la promoción de la cultura viva comunitaria en la ciudad de Medellín*. <http://plataformapuen.te.blogspot.com/p/acuerdo-50-de-2011.html> (Consulta: 13-02-15).

MOLINA, N. (2004). *Resistencia comunitaria y transformación de conflictos. un análisis desde el conflicto político-amado colombiano*. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=53700637> (Consulta: 13-02-15).

MONTAÑEZ, G. (1998). *Espacio, territorio y region: conceptos básicos para un proyecto nacional*. http://acoge2000.homestead.com/files/Montanez_y_Delgado_1998.pdf (Consulta: 13-02-15).

MUSEO CASA DE LA MEMORIA. (2014). *Marco conceptual*. Medellín: Museo Casa de la Memoria.

NIETO, J. (2014). *Sobre la naturaleza de la memoria histórica*. Módulo I Medellín: Universidad de Antioquia; Museo Casa de la Memoria.

OSPINA, W. (2002). *Un país que perdió la confianza*. <http://www.semana.com/on-line/articulo/un-pais-perdio-confianza/54043-3> (Consulta: 13-02-15).

PLATAFORMA PUENTE. CULTURA VIVA COMUNITARIA. (2013). *Compilación de documentos para la reflexión y la incidencia política*. <https://es.scribd.com/doc/232494668/Compilacion-Cultura-Viva-Comunitaria-2013> (Consulta: 13-02-15).

RAMÍREZ, I. (2013). *Proyecto Memorias en diálogo*. Medellín: (s.n.)

RICOEUR, P. (1999). *La lectura del tiempo pasado: memoria y olvido*. http://200.95.144.138.static.cableonline.com.mx/famtz/smr/index_archivos/

curso/Paul Ricoeur La Lectura del Tiempo_Pasado_Memoria_y_Olvido.pdf (Consulta: 13-02-15).

RICOEUR, P. (2004). *La memoria, la historia, el olvido*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. 673 p.

SCOTT, J. (2007). *Los Dominados y el Arte de la Resistencia*. <http://geopolitica.iiec.unam.mx/sites/geopolitica.iiec.unam.mx/files/37199055-Scott-James-C-Los-dominados-y-el-arte-de-la-resistencia-1990.pdf> (Consulta: 13-02-15).

VILLALBA, C. (2004). *El concepto de resiliencia. Aplicaciones en la intervención social*. <http://www.addima.org/Documentos/Articulos/Articulo%20Cristina%20Villalba%20Quesada.pdf> (Consulta: 13-02-15).

CRÉDITOS

UN PROYECTO DE:

Museo Casa de la Memoria
Alcaldía de Medellín.

LUCÍA GONZÁLEZ
Directora Museo Casa de la Memoria

ISABEL DAPENA
Directora Museografía y Curaduría. Museo Casa de la Memoria

YESENIA RODRÍGUEZ
Diseñadora Museografía. Museo Casa de la Memoria

RICARDO GÓMEZ
Director de Cultura. Museo Casa de la Memoria

ADRIANA RODRÍGUEZ
Directora de Comunicaciones. Museo Casa de la Memoria

SIRLEY MUÑOZ
Profesional de Comunicaciones. Museo Casa de la Memoria

LUZ MARÍA LONDOÑO
Directora de Investigación y Contenido. Museo Casa de la Memoria

ESTEFANÍA GONZÁLEZ
Directora de Gestión del Conocimiento. Museo Casa de la Memoria

ALEJANDRA CARDONA
Directora de Pedagogía. Museo Casa de la Memoria

EN ASOCIO CON:

Fundación Universitaria Bellas Artes

BEATRIZ SALAZAR
Investigación. Fundación Universitaria Bellas Artes.

DENIS MURILLO
Apoyo Editorial. Fundación Universitaria Bellas Artes.

PROYECTO EDITORIAL:

Diseño:
Tragaluz editores

Edición de textos:
Isabel Dapena.
Museo Casa de la Memoria.

Compilación de Contenidos:
Yessenia Rodríguez.
Museo Casa de la Memoria.

Fotografías:
Adriana Roca.

Impresión:
Marquillas S.A.

AGRADECIMIENTOS:

A cada una de las personas y organizaciones que hicieron parte de los procesos y proyectos sociales, pedagógicos, expositivos y académicos que hoy forman parte esencial de esta Memoria.

MEMORIA

Primera edición: abril de 2015
© Museo Casa de la Memoria
© Alcaldía de Medellín

ISBN: 978-958-8845-36-4

El Museo Casa de la Memoria es en esencia un escenario pedagógico de alcance social, cultural y político: pretende contribuir desde el ejercicio de la memoria, en escenarios de diálogos abiertos y plurales, críticos y reflexivos, a la comprensión y superación del conflicto armado y las diversas violencias de Medellín, Antioquia y el país; haciendo de la construcción de relatos sobre el conflicto armado y las respuestas de resistencia, espacios de reparación simbólica que ayuden al restablecimiento de la dignidad de la población afectada, de su existencia y re-existencia, y a elevar el nivel de conciencia de toda la población sobre la necesidad de restituir las dinámicas de convivencia en los territorios, a fin de aportar a la transformación social, cultural y política de la sociedad, hacia una que tramite pacíficamente sus conflictos, respete y valore la vida.

MUSEO
Casa de la Memoria